



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**PRÁTICAS DE EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO FAMILIAR:
EXPERIÊNCIAS DO BOLSA FAMÍLIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS DA
CIDADE DE FLORIANÓPOLIS**

GABRIÉLLI DO LIVRAMENTO GONÇALVES

**Palhoça
2023**

GABRIÉLLI DO LIVRAMENTO GONÇALVES

**PRÁTICAS DE EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO FAMILIAR:
EXPERIÊNCIAS DO BOLSA FAMÍLIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS DA
CIDADE DE FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Administração da Universidade
do Sul de Santa Catarina como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em
Administração

Orientador: Prof. Dr. Nei Antonio Nunes
Co-orientador: Prof. Dr. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra

Palhoça
2023

GABRIÉLLI DO LIVRAMENTO GONÇALVES

**PRÁTICAS DE EMANCIPAÇÃO NA GESTÃO FAMILIAR: EXPERIÊNCIAS DO
BOLSA FAMÍLIA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS DA CIDADE DE
FLORIANÓPOLIS**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Administração e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 31 de agosto de 2023.

Documento assinado digitalmente



NEI ANTONIO NUNES
Data: 30/10/2023 18:14:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor e orientador Nei Antonio Nunes, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Documento assinado digitalmente



JOSE BALTAZAR SALGUEIRINHO OSORIO DE AM
Data: 01/11/2023 17:38:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente

Rene Birochi
Data: 30/10/2023 18:43:17-0300
CPF: ***.432.538-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Renê Birochi, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Documento assinado digitalmente



LUCIANO DAUDT DA ROCHA
Data: 31/10/2023 08:38:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Luciano Daudt da Rocha, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Documento assinado digitalmente



GIANCARLO MOSER
Data: 01/11/2023 15:08:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Giancarlo Moser, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

G63 Gonçalves, Gabriéli do Livramento, 1999-
Práticas de emancipação na gestão familiar: experiências do Bolsa
Família em comunidades vulneráveis da cidade de Florianópolis /
Gabriéli do Livramento Gonçalves. – 2023.

103 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina,
Pós-graduação em Administração.

Orientação: Prof. Dr. Nei Antonio Nunes

1. Gestão Familiar. 2. Programa Bolsa Família (Brasil). 3.
Feminismo. I. Nunes, Nei Antonio. II. Universidade do Sul de Santa
Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 353.53310852

Ficha catalográfica elaborada por Carolini da Rocha CRB 14/1215

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser.

(Michel Foucault)

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta pesquisa só foi possível graças ao apoio, afeto e dedicação de pessoas maravilhosas que cruzaram meu caminho e estiveram ao meu lado nos últimos anos, contribuindo de maneira significativa para minha trajetória até aqui. À elas, todo o meu carinho, minha admiração e profunda gratidão.

Primeiramente, agradeço aos meus familiares que, com incondicional amor, me dão todo o suporte necessário para transpor as barreiras e construir caminhos rumo à realização dos meus maiores sonhos: aos meus pais, Vivian e Advocir, meus maiores símbolos de resiliência e coragem, agradeço por todo o comprometimento e sacrifícios que fizeram ao longo destes anos, dedicando-se incansavelmente a proporcionar o melhor futuro possível para mim. Ao meu namorado, Vicente, sou grata por todo o amor e companheirismo, por todas as formas de incentivo e por sempre me acolher no melhor dos abraços quando tudo parece incerto. Agradeço também aos meus sogros, Sr Pedro e Dona Bernadete, e a minha cunhada Valentina, por todo o carinho e palavras de encorajamento ao longo do caminho.

Ao meu orientador e inspiração de docente, professor Nei Antonio Nunes, também dedico toda a minha gratidão, respeito e admiração. Primeiramente, por ter aceitado o desafio de orientar uma pesquisa como esta em um curso de administração, embarcando com entusiasmo e muito comprometimento nesta temática tão importante para mim. Agradeço pela sua cuidadosa orientação, por toda a paciência durante o processo e pelos valiosos ensinamentos, e aqui parafraseio sir Isaac Newton quando digo: “Se eu vi mais longe, foi porque estava sobre os ombros de gigantes”. Obrigada por oferecer a nós, seus alunos, seus ombros para que nós possamos ver mais longe.

Estendo meus agradecimentos ao professor Baltazar Guerra, meu co-orientador, e ao Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Sustentável (GREENS) por ele liderado, que desde a graduação me proporciona grandes oportunidades através da pesquisa. “A pesquisa transforma vidas” é uma frase que ele costuma dizer, e eu sou prova disto: se estou aqui hoje, em um programa de pós-graduação, é graças aos trabalhos que realizamos no grupo.

Meu reconhecimento também a todos os professores do PPGA da UNISUL, que não medem esforços para auxiliar-nos nessa jornada de construção de conhecimento, sempre dispostos a compartilhar. Aos professores membros da banca de qualificação e defesa, agradeço por todas as ricas contribuições para o aprimoramento desta pesquisa: foi um prazer

e uma honra ouvi-los e ter meu trabalho avaliado por docentes tão inteligentes — e também de olhar tão sensível e cuidadoso — como vocês.

Aos colegas do Programa — e aqui destaco o Marcelo, a Jocélia, a Roberta, o Alexandre, a Samira e o João — sou grata pela parceria e companheirismo ao longo desse período, e pela leveza que proporcionam a este processo tão árduo. Saio com a certeza de que cultivamos amizades que transcendem os muros da universidade.

Agradeço também, de forma muito especial, àqueles que tornaram esta pesquisa possível, construindo pontes e partilhando experiências: ao Padre Vilson Groh, pela tarde de conversas e pela indicação de contatos valiosos na comunidade; a diretora Fráya, do Marista Escola Social Lucia Mayvorne, por toda a atenção e esforços generosamente despendidos na intermediação com as mulheres entrevistadas; a Daiane Piccoli, mobilizadora social do bairro Serrinha, que igualmente nos auxiliou nesse primeiro contato com as mulheres; e, claro, agradeço imensamente a todas as mulheres que participaram da pesquisa, que reservaram um tempo precioso de seus dias para nos encontrar e, de forma muito solícita, conversar e compartilhar suas vivências com uma, até então, desconhecida.

Agradeço, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição que me apoiou nesta trajetória através da remuneração das minhas pesquisas realizadas durante o curso de mestrado e vem apoiando, de forma significativa, a produção de ciência e a valorização dos pesquisadores e pesquisadoras no Brasil.

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar os efeitos do Programa Bolsa Família nas relações de poder dentro da gestão familiar, e assim, nas práticas de emancipação das mulheres beneficiárias de comunidades vulneráveis da cidade de Florianópolis. Trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa e com enfoque descritivo. Foi constituída a partir de revisão da literatura, pesquisa documental e entrevistas realizadas com mulheres beneficiárias e ex-beneficiárias de comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Verificou-se que a titularidade feminina do benefício do Bolsa Família contribui para o aumento da autonomia das mulheres em situação de pobreza, refletindo-se na possibilidade de novas reações e comportamentos nas relações de poder no âmbito familiar e social.

Palavras-chave: gestão familiar. Programa Bolsa Família. Michel Foucault. práticas de emancipação. autonomia das mulheres.

ABSTRACT

This research sought to analyze the effects of the Bolsa Família Program on power relations within family management, and thus, on the emancipation practices of women beneficiaries from vulnerable communities in the city of Florianópolis. This is a qualitative field research with a descriptive approach. It was created based on literature review, documentary research and interviews conducted with female beneficiaries and former beneficiaries from communities in the Maciço do Morro da Cruz. It was found that female ownership of the Bolsa Família benefit contributes to increasing the autonomy of women in situations of poverty, reflected in the possibility of new reactions and behaviors in power relations within the family and social sphere.

Palavras-chave: family management. Bolsa Família Program. Michel Foucault. emancipation practices. women's autonomy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de análise.....	46
Quadro 2 - As camadas da pesquisa.....	51
Quadro 3 - Procedimentos de coleta na pesquisa qualitativa.....	55
Quadro 4: Categorias de análise.....	56
Quadro 5: perfil das mulheres beneficiárias entrevistadas.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de incidência de pobreza no Brasil.....	27
Figura 2 - As formas de oposição ao poder.....	38
Figura 3: As três fases da análise de conteúdo.....	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 JUSTIFICATIVA.....	19
2. BASES TEÓRICAS DA PESQUISA.....	22
2.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	22
Estrutura do Programa.....	23
As condicionalidades e os Programas Complementares do Bolsa Família.....	24
PBF e o desenvolvimento social.....	26
As contribuições do PBF para o desenvolvimento social das mulheres beneficiárias.....	29
2.2 A GENEALOGIA FOUCAULTIANA DO PODER.....	30
A Microfísica do Poder.....	32
Poder-saber.....	34
Poder relacional.....	35
Positividade do Poder.....	39
2.3 PRÁTICAS DE EMANCIPAÇÃO.....	40
2.4 A INTERSECCIONALIDADE DO PODER E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	47
3. METODOLOGIA.....	51
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	51
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	54
3.3 COLETA DE DADOS.....	54
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	57
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	59
Microfísica do poder.....	61
Poder-saber.....	68
Poder-relacional.....	74
Positividade do poder.....	79
Práticas de emancipação.....	83
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
6. REFERÊNCIAS.....	99

1. INTRODUÇÃO

“*O Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres*”. É com essa frase de Barros et al., (2001) que iniciamos a nossa reflexão acerca dos problemas estruturais enraizados na sociedade brasileira, herança de anos de elevada concentração de renda e exclusão econômica e social. A questão da pobreza e da miséria no país, portanto, encontra-se diretamente vinculada à limitação do acesso, de parte da população, aos benefícios materiais disponíveis e ao usufruto de seus direitos sociais (FIGUEIRÓ, 2010; HENRIQUES, 2000; KAGEYAMA, 2006; MAGALHÃES, 2008).

Mas essa não é a realidade apenas do Brasil. Como exposto por Mattei (2015) toda a América Latina apresenta marcas históricas que remontam ao processo de colonização. A antiga lógica colonizadora chegou ao continente americano para estabelecer uma estrutura socioeconômica que priorizava o atendimento dos interesses das metrópoles estrangeiras, deixando para trás rastros de destruição que culminaram na pobreza, na concentração de renda e na desigualdade social.

Em 1971, o jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano escreveu:

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (GALEANO, 2010, p. 5).

Para além das análises históricas do colonialismo como fonte de dominação e pobreza, torna-se relevante ressaltar que, apesar da pobreza e da desigualdade social abissal como a brasileira ter suas raízes em um passado distante, ela é reproduzida cotidianamente por meios modernos e, especificamente simbólicos, de se legitimar a dominação. A forma como a sociedade brasileira enxerga hoje seus problemas sociais e políticos deriva de uma visão sobretudo economicista, que tende a reduzir a questão da pobreza à lógica da acumulação econômica. A força desse liberalismo economicista — subproduto de um tipo de liberalismo triunfalista hoje dominante em todo o planeta — só foi possível graças à construção de uma dicotomia entre o mercado, frequentemente idealizado como um paraíso repleto de virtudes, e o Estado, frequentemente demonizado e associado à corrupção e a todos os males existentes.

É a partir dessa perspectiva que a perpetuação dos privilégios econômicos de uma parcela muito pequena da população é sustentada como um interesse coletivo, em uma suposta "batalha maior" contra a corrupção estatal, considerada o único mal primordial. Mas, ao perceber a realidade das classes sociais apenas sob a ótica econômica, o economicismo liberal esconde e torna invisível todos os fatores não-econômicos da desigualdade, expressos em condições sociais, emocionais, morais e culturais (SOUZA, 2009).

Embora não exista uma solução definitiva para os problemas relacionados à concentração de riqueza e desigualdade social, a partir do século XX os países desenvolvidos encontram sob o conceito de 'Welfare State'¹ uma forma de minimizar os obstáculos derivados da pobreza extrema. Os países em desenvolvimento, por outro lado, têm mais dificuldades para implementar políticas sociais e, em sua maioria, atuam no alívio dos efeitos da pobreza e na garantia da sobrevivência básica para as famílias (PASE; MELO, 2016; SOUZA; PINTINHA, 2020).

Ao longo das últimas décadas, portanto, os governos dos países da América-Latina buscaram implementar diversos programas de transferência de renda, visando combater a pobreza e as desigualdades a partir da elaboração de políticas públicas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade (MATTEI, 2015). Os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) apresentam, nesse sentido, elementos comuns que os transforma na principal estratégia adotada a partir de 1990: focalização na pobreza e na extrema pobreza; proteção ao grupo familiar como um todo; transferência monetária mensal; adoção de condicionalidades, com destaque à saúde e educação, e ações complementares para a interrupção da pobreza intergeracional (SILVA, 2016).

No México, o programa de TCR inicialmente denominado *Programa de Educação, Saúde e Alimentação* (Progresa), e posteriormente conhecido como Oportunidades, foi criado em 1997, tendo como foco o combate à pobreza extrema, a redução da evasão escolar e a diminuição das taxas de mortalidade materna e infantil. O público amparado eram famílias em situação de vulnerabilidade com crianças em sua composição, predominantemente residentes de áreas rurais. Priorizava-se as mães como responsáveis pelo recebimento do benefício, e as condicionalidades para a manutenção do benefício situavam-se nas áreas da saúde e da educação (CAVALCANTE, 2011).

¹ Estado de bem-estar social: de acordo com o Cambridge Dictionary, um sistema que permite ao governo de um país prover serviços sociais como saúde, subsídios de desemprego, etc. às pessoas que necessitam, sendo isto pago através dos impostos recolhidos.

O primeiro PTCR do Chile foi criado no ano de 2002 durante o governo de Ricardo Lagos, sob o nome *Chile Solidário (CS)*. O Programa atuava a partir de um sistema integrado de benefícios que incluía transferência de renda monetária garantida, apoio psicossocial às famílias beneficiárias, e acesso preferencial aos programas e serviços de oferta pública nas áreas da saúde, educação e profissionalização (RACZYNSKI, 2008).

No Peru, o *Programa Nacional de Apoyo Directo a los más Pobres*, conhecido pelo nome “Juntos”, surgiu em 2005 por meio de um projeto no distrito de Chuschi, na região de Ayacucho — uma das regiões mais pobres do país. O critério de seleção incorpora as mulheres gestantes ou com crianças até os 14 anos de idade, e as famílias selecionadas recebem o benefício de maneira condicionada à utilização de serviços de saúde, nutrição, educação e identidade (CABRERA, 2015).

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe — CEPAL (2009) tais esforços para a implementação dos PTCR situam-se numa conjuntura de reconhecimento dos governos acerca da importância do direcionamento de recursos e a ampliação de serviços à população mais pobre, uma vez que o desenvolvimento social é visto como potencializador do desenvolvimento econômico, e vice-versa.

É neste contexto que no ano de 2003 surge no Brasil o Programa Bolsa Família (PBF), um programa federal projetado para atuar no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais a partir da transferência direta de renda para famílias em situação de vulnerabilidade. Combinando ações de alívio imediato às questões relacionadas à pobreza, com atividades estruturantes de longo prazo nas áreas da educação, saúde e assistência social, o PBF representou um importante avanço para a proteção social brasileira nas duas últimas décadas (CALGARO, 2016). Segundo dados recentes, no ano de 2020 o programa englobava 13,2 milhões de famílias, o equivalente a 41 milhões de pessoas (CMAP, 2020).

Dessa forma, foi possível verificar no Brasil — assim como em grande parte dos países da América Latina e Caribe — uma redução na diferença da renda média das famílias entre 2002 e 2011. As transferências do governo federal contribuíram com entre 15% e 20% da redução observada da desigualdade. Paralelamente, a estabilidade da renda gerada por um aporte público regular e previsível garantia certa segurança para as famílias decidirem sobre a alocação de seus recursos, e as condicionalidades do Bolsa Família para a manutenção do benefício promoveram a inclusão e o aumento das oportunidades de desenvolvimento social dos membros das famílias alcançadas (CAMPELLO, 2013).

Estudos também apontam para as contribuições do PBF na condição social das mulheres beneficiárias: o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília (GARCIA, 2006) destaca a afirmação de autoridade no espaço doméstico e a mudança de sua percepção como cidadãs, enquanto Moreira et al., (2012) mencionam a diminuição das desigualdades de gênero bem como efeitos no empoderamento e na autonomia feminina, tendo em vista que o cartão de crédito do benefício era entregue preferencialmente às mulheres (mães) da família.

Como exposto por Rego e Pinzani (2014) no livro intitulado “Vozes do Bolsa Família” as mulheres em situação de pobreza, em todos os países do mundo, sofrem diariamente com diferentes formas de opressão e invisibilidade. A sujeição feminina difere das formas de sujeição a que outros indivíduos e classes são expostos, e, ao mesmo tempo, é potencializada também por estas, de forma que a marginalização sofrida pelas mulheres tem caráter híbrido de injustiças econômicas, sociais e culturais atreladas às questões de gênero. Atua sobre as mulheres, primeiramente, uma apropriação de sua subjetividade como consequência da dominação masculina e das instituições sociais e culturais que a apoiam e reproduzem: as mulheres não são apenas treinadas para servir aos homens, mas são socialmente ensinadas a “desejarem servi-los”.

Além disso, em grande medida a educação feminina se pautou normativamente para a vida privada e doméstica, destituída de conteúdos voltados aos princípios de autonomia, enquanto os homens são vistos quase sempre como provedores e protetores da família, assumindo também um papel de protagonismo na esfera pública. Isso acarretou, historicamente, na visão de que a mulher deve ser “subordinada” ao marido dentro das relações familiares, cuidando do lar e dos filhos enquanto o “chefe da família” (no papel de provedor) cuida do sustento da casa. Com isso, as mulheres encontraram-se em uma situação de vulnerabilidade e cada vez mais suscetíveis a atos de violência de seus companheiros, dada a total dependência — principalmente econômica — destes. Achados na literatura indicam que a violência conjugal, assim como a violência doméstica, constitui violência de gênero. No Brasil, as principais vítimas de violência doméstica são mulheres e meninas negras, pobres, de regiões menos desenvolvidas onde prevalece uma cultura patriarcal caracterizada pela relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar (CHERON; SEVERO, 2010; REICHENHEIM, 2011).

Resgatando o argumento inicial desta pesquisa, trabalhamos através do ponto de vista de que a pobreza possui uma dimensão muito maior do que meramente econômica. Apesar do

baixo nível de renda ser uma das principais causas da pobreza, defendemos neste estudo a visão de que pobreza é também a privação de diferentes capacidades de uma pessoa (ANTUNES, 2002), que reflete nas relações de poder em que está inserida. Neste sentido, a abordagem do empoderamento² implica a necessidade de ações voltadas para o desenvolvimento de capacidades das mulheres em situação de pobreza, vulnerabilidade e marginalização social, visando atingir criticamente as diferentes formas de estereótipos, exclusão e violência que se abatem sobre as mulheres como coletividade.

Apesar da diversidade de estudos que integram a análise do PBF e suas implicações nas relações de gênero, os efeitos do Programa Bolsa Família nos níveis de emancipação das mulheres dentro do contexto das relações de poder ainda são pouco explorados no meio acadêmico. Nesse sentido, a presente pesquisa visa discutir os conceitos de poder e emancipação sob a perspectiva foucaultiana para analisar as experiências das mulheres beneficiárias do BF. É importante salientar que, ao tratarmos o conceito de emancipação através das lentes analíticas de Foucault, estamos fazendo um recorte de seu pensamento, trabalhando dentro dos limites de sua fase genealógica, tendo em vista que o tema remete a uma discussão que perpassa toda a sua produção teórica. É ainda relevante citar que políticas de transferência condicionada de renda — como o Bolsa Família — são ações emergenciais de enfrentamento às privações imediatas resultantes da pobreza. Sozinhas, as PTCR não têm a força de gerar mobilidade social, mas de oferecer subsídios para o desenvolvimento das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Assim, com base nos estudos genealógicos foucaultianos presentes, sobretudo, nos chamados *Ditos e Escritos* — uma compilação de textos variados como ensaios, artigos e entrevistas publicados de modo esparso por Foucault (organizados, no Brasil, por Manoel Barros da Motta e publicado em 10 volumes pela editora Forense Universitária) e na releitura foucaultiana da *Aufklärung* intitulada “*O Que é Crítica?*” são propostas as seguintes categorias genealógicas de análise: “**Microfísica do Poder**” (o poder como “agitação molecular”, distribuído por todo o tecido social) “**Poder-saber**” (ligação intrínseca entre o conhecimento e o poder, uma espiral de reforço mútuo), “**Poder relacional**” (o poder ocorre como relações de força, como um conjunto de ações que se induzem e respondem umas às

² Na pesquisa, o que dá sentido ao “empoderamento” é a noção foucaultiana de emancipação individual e social. Trata-se, portanto, na condução do “empoderado” de uma mudança nas relações de poder em que ele assume maior autonomia como sujeito nas diversas relações que vivencia (na família, na comunidade, etc). Contudo, vale esclarecer que nessa pesquisa, em coerência com a analítica foucaultiana, optamos pelo estudo do poder e da emancipação, não do empoderamento.

outras), “**Positividade do poder**” (os efeitos que o exercício do poder produz) e “**emancipação**” (processo gradual composto por práticas de autonomia) — um detalhamento das categorias a partir dos escritos de Foucault estará disposto no capítulo de fundamentação teórica.

Para a revisão de literatura sobre o Programa Bolsa Família foi conduzida uma pesquisa nas principais bases de dados nacionais e internacionais: Scielo, Periódicos Capes, BDTD, SCOPUS, Science Direct e Google Scholar. Utilizamos a estratégia de pesquisa a partir de operadores booleanos (Bolsa Família OU PBF) E (Mulheres OU feminina) E (Emancipação OU autonomia), que resultou em uma gama mais ampla de estudos a serem selecionados para o propósito desta pesquisa.

Critérios de inclusão e exclusão foram adotados para permitir a seleção dos artigos. Para que os estudos fossem selecionados, seu título ou resumo deveriam conter dois ou mais dos temas (Bolsa Família; Mulheres; Autonomia; Emancipação), propostos neste estudo. Apenas estudos em português ou inglês foram considerados para a análise. Após uma seleção preliminar de artigos nas bases de dados, 32 foram selecionados para inclusão nesta revisão e após a exclusão de 6 artigos duplicados, 26 artigos permaneceram para a análise final.

Para alcançar os fins desta pesquisa adotou-se um recorte temporal que iniciou com a criação do Programa Bolsa Família (2003), indo até o final do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2010. A presente pesquisa propõe-se a seguir uma metodologia, de certa forma, alternativa às tradicionalmente utilizadas na área da Administração, ao basear sua linha de análise no trabalho do teórico social francês Michel Foucault, um autor que, apesar de sua interdisciplinaridade, tem sua formação associada ao campo da Filosofia e das Ciências Humanas.

A escolha de Foucault como referência partiu da necessidade em se trabalhar com um autor que viabilizasse o alcance dos objetivos da pesquisa, sem abrir mão do referencial teórico e do rigor analítico. Com o ferramental foucaultiano como filosofia da pesquisa, foi necessário fazer uma seleção entre suas publicações, optando-se por analisar textos escolhidos em sua genealogia do poder, extraídos, sobretudo, em escritos da década de 1970 e nos chamados “*Ditos e Escritos*”.

Trabalhar com Foucault, entretanto, não se limita à possibilidade de reunir um arcabouço teórico para sustentar discussões. Optar pelo intitulado “arqueólogo e genealogista do poder-saber” é explorar o que é dito — e aquilo que não é dito, o discurso e as sutilezas do cotidiano, o texto e o contexto, e suas implicações no campo do poder. Aprende-se a analisar

como as relações de poder são construídas e legitimadas, e da mesma forma, como são fluídas e podem ser reordenadas. Não se trata, dessa forma, de pensar o fenômeno ou objeto de maneira isolada do “pano de fundo”, visando encontrar o princípio originário de tudo, assim como sugerem determinadas teorias essencialistas e universalizantes.

Considerando, portanto, o uso dos escritos de Michel Foucault como uma “caixa de ferramentas”, que permitirá inventariar as relações de poder intrafamiliares na sua capilaridade, este estudo tem por objetivo trazer à tona as redes de forças (os jogos entre as forças sociais) constituídas nas interações entre as mulheres beneficiárias do PBF e suas famílias.

Para tanto, é proposta a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais os impactos do Programa Bolsa Família nas relações de poder dentro da gestão³ familiar, e assim, nas práticas de emancipação das mulheres beneficiárias de comunidades vulneráveis da cidade de Florianópolis?** Ao final do estudo, esta pergunta precisará atender aos propósitos do objetivo geral e específicos apresentados a seguir.

Objetivo Geral

Compreender os impactos do Programa Bolsa Família nas relações de poder dentro da gestão familiar, e seus efeitos nas práticas de emancipação das mulheres beneficiárias de comunidades vulneráveis na cidade de Florianópolis.

Objetivos específicos

- A. Identificar as contribuições do Programa Bolsa Família para o desenvolvimento social das mulheres beneficiárias no período entre 2003-2010.
- B. Analisar os efeitos do Programa Bolsa Família nas relações de poder dentro da gestão familiar à luz da genealogia foucaultiana.

³ A ideia de gestão que subsidia a pesquisa ora apresentada não foi extraída das teorias clássicas ou atuais da administração. A noção de gestão aqui desenvolvida é fundamentada na genealogia foucaultiana, ou seja, em Foucault pode ser compreendida como o “modo” (a tecnologia) de condução de condutas humanas em vários níveis: do espaço familiar, das muitas relações afetivas, até as práticas de governo. Há que analisar as relações de poder e os campos valorativos, e seus efeitos, constitutivos das práticas de gestão da vida em vários níveis. Categorias como microfísica do poder, poder-saber, poder relacional, positividade do poder e emancipação possibilitam fazer a analítica dos modos de gestão como a gestão familiar por parte das mulheres em territórios de maior vulnerabilidade social (FOUCAULT, 2022; FOUCAULT, 2004; NUNES, 2013; SENELLART, 2006).

- C. Discutir as práticas de emancipação das mulheres na gestão familiar geradas através do Programa Bolsa Família nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz da cidade de Florianópolis.

1.1 JUSTIFICATIVA

Historicamente, a família – sendo uma instituição ancestral, universal, de formação multivariada e culturalmente determinada – tem atravessado diversas transformações políticas, econômicas e sociais, a elas resistindo e adaptando-se, através delas organizando-se ou ainda, reorganizando-se. Desde muito cedo, coexistem diferentes formas de família: a nuclear (estrutura triangular, formada tradicionalmente pelo pai, a mãe e os filhos), a família alargada (todos os que vivem sob o mesmo teto, ainda, o conjunto dos parentes unidos pelos laços de sangue, como parentes da linha paterna ou materna), a família complexa (aquelas que são formadas por dois ou mais núcleos familiares), recomposta (um cônjuge e os seus filhos e o outro cônjuge que poderá ou não ter filhos), monoparental (formada apenas por um dos pais e a sua prole, ou mesmo o avô ou a avó e os netos), a família unipessoal, entre outras. No entanto, e apesar das diversas concepções existentes, o estereótipo da família nuclear tem sido historicamente privilegiado, ocupando um lugar dominante na ideia que construímos sobre o grupo familiar (LEANDRO, 2006; SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003).

Nesse modelo, a mulher ocupa um lugar fundamental no lar, através do papel da maternidade – constituído como o ideal máximo da mulher e associado à renúncia da vida pública, para dedicar-se em tempo integral ao cuidado da vida privada: ou seja, da casa, dos filhos e do marido/companheiro. Dessa forma, o homem (patriarca) assume o papel de mediador entre a família e o mundo externo (BORSA; FEIL, 2008).

No caso do Brasil – que começa a mudar sua configuração econômica, social, demográfica e política ao final do século XIX – a transição de uma sociedade predominantemente rural e agrária para a construção de uma sociedade urbana e mais industrializada, com pretensões democráticas e mais inclusivas, teve um impacto relevante nas relações de gênero e na constituição e organização das famílias, trazendo novas perspectivas para as mulheres brasileiras. A consolidação da sociedade industrial e as diversas mobilizações feministas possibilitaram, desse modo, a emergência das mulheres na vida pública e a abertura necessária para que estas ocupassem lugares de destaque nas mais

diversas camadas da sociedade, inclusive na afirmação de autoridade no ambiente doméstico (CAVENAGHI; ALVES, 2018).

Nesse contexto, políticas públicas como o Programa Bolsa Família, que dão preferência à mulher para o recebimento do benefício, atuam de modo a reforçar a autoridade das mulheres na gestão familiar e nas relações entre família-Estado, proporcionando o empoderamento feminino em espaços públicos e privados, e representando um importante avanço no ganho de autonomia das mulheres e na ampliação da cidadania. Além disso, a convivência nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) parecem impactar tanto o nível de organização individual das mulheres (procura por orientações, assistência jurídica, atendimento psicológico) quanto em redes de apoio/organizações comunitárias que convergem em maior conscientização sobre seus direitos (MOREIRA et al., 2012).

Entretanto, apesar da impressionante quantidade de estudos publicados sobre o Bolsa Família associado à temática das relações de gênero, a partir de uma revisão de literatura foi possível perceber a lacuna de pesquisa acerca das implicações do Programa nas relações de poder dentro da gestão familiar, e nas práticas de emancipação das mulheres.

Reconhecendo a mulher como “chefe da família” e ator responsável pela quebra do ciclo intergeracional de pobreza ao atribuir a ela a responsabilidade de gestão da renda familiar, a política pública pode ter tido efeitos secundários e não planejados nas relações de poder intrafamiliar – sejam eles positivos, como o “empoderamento” e mais oportunidade de autonomia à mulher, ou negativos, como o questionamento da legitimidade da mulher como gestora da casa e até mesmo a geração de conflitos.

Tendo isso em vista, sob a perspectiva científica, o presente estudo pretende contribuir com esta lacuna na literatura, ampliando as discussões acerca dos efeitos de uma política pública de transferência de renda na gestão familiar e nas relações de poder dentro do ambiente doméstico, neste caso, atreladas às relações de gênero. Ainda, destaca-se a importância do resgate da teoria foucaultiana nos estudos em Administração, um campo ainda pouco explorado.

Durante muito tempo, os estudos organizacionais concentraram-se dentro dos limites das instituições formais, entendidas como “entidades com fronteiras claras e delimitadas, formadas por sub-divisões que, em conjunto, trabalham para atingir objetivos comuns” (ALCADIPANI; TURETA, 2009, p. 648). No entanto, as últimas décadas representaram um período de mudanças significativas de paradigmas e modelos estabelecidos, pois muitos estudiosos passaram a defender a necessidade de se expandir o conceito de “organização”,

compreendendo as organizações e os fenômenos organizacionais como processos de organização e não como entidades fixas e estáveis (DELLAGNELO; BÖHN; MENDONÇA, 2014; DUARTE; ALCADIPANI, 2016).

Emerge, então, com o pensamento pós-moderno, o conceito de *organizing* (organizar), cujo foco de análise reside no entendimento das organizações como processos sociais complexos, ou seja, como realidades construídas por meio de práticas e relações entre os indivíduos (BANTZ, 1989). Dessa forma, os estados rígidos e estáticos assumidos tradicionalmente como organizações são vistos como efeitos dos processos sociais, e não o contrário: ao invés de “serem” organizações — o que Cooper e Law (2015) chamam de *sociology of being*, ou sociologia do ser — eles estão constantemente “tornando-se” organizações, ao que os autores referem-se como *sociology of becoming*, ou sociologia do “tornar-se” (CHIA, 1995).

Conforme a ontologia do *becoming* (vir a ser, ou tornar-se), assumimos na presente pesquisa uma visão ampliada e processual das organizações⁴, entendendo a organização familiar não como substantivo, no sentido de uma entidade rígida, fixa e homogênea, mas como verbo, ou seja, práticas de organização (*organizing*) heterogêneas, móveis e passíveis de transformação. Sob essa perspectiva, buscamos compreender como acontece o processo de organizar no âmbito da gestão familiar, buscando evidências de práticas de emancipação das mulheres beneficiárias de políticas públicas nas relações de poder específicas.

Por fim, este estudo enquadra-se na linha de pesquisa “Inovação e Sociedade” do Programa de Pós-graduação em Administração da Unisul (PPGA) ao passo em que busca estabelecer um diálogo entre o conhecimento teórico-filosófico encontrado na literatura e a experiência pessoal das mulheres beneficiárias de comunidades vulneráveis na cidade de Florianópolis, leia-se: inventariando relações capilarizadas e modos de gestão que implicam em reconfigurações nas relações intersubjetivas, visando dar voz e visibilidade àquelas que podem, de fato, nos elucidar sobre o tema a partir de suas histórias, de suas vivências, e de suas lutas.

⁴ Prova da ampliação da fronteira do conhecimento nos estudos organizacionais é a crescente divulgação de pesquisas nos eventos da área, tais quais SBEO e EnEO. Neles, são exploradas várias temáticas articuladas ao campo das organizações, como estudos feministas, questões de gênero, interseccionalidades, políticas públicas, entre outros.

2. BASES TEÓRICAS DA PESQUISA

2.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No contexto latino-americano, o Brasil não pode ser considerado um país atrasado quanto à implementação de seu sistema de proteção social. A Lei Eloy Chaves, considerada a origem do sistema previdenciário no país, foi sancionada em 1923, completando 100 anos na data da publicação desta pesquisa (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013). Entretanto, até o ano de 1988 a “cidadania” contemplava apenas os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal, quadro que começa a ser alterado com a instituição da Seguridade Social na Constituição Federal — resultado da luta popular pela ampliação e universalização dos direitos sociais (SILVA, 2010).

Mas é apenas em 1990 que a pobreza enquanto “questão” assume maior relevância no cenário político brasileiro: os efeitos da crise fiscal do Estado e a adoção do Projeto Neoliberal favoreceram a emergência de programas focalizados na população em situação de vulnerabilidade. Em 1993 o então presidente Itamar Franco⁵ criou, em caráter emergencial, o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM) e instituiu, em uma aproximação entre governo e sociedade, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que contava com nove Ministros do Estado e 21 representantes da sociedade civil trabalhando em conjunto na formulação de propostas e na implementação de ações direcionadas ao problema da fome e da miséria no país (VASCONCELOS, 2005).

O CONSEA é dissolvido no ano de 1995, quando, empossado da presidência, Fernando Henrique Cardoso (FHC) lança o Programa Comunidade Solidária como uma nova estratégia descentralizada de enfrentamento à pobreza, em uma articulação entre os Ministérios. Dentre as iniciativas, destaca-se os programas de transferência condicionada de renda Bolsa Escola (do Ministério da Educação), Bolsa Alimentação (do Ministério da Saúde) e o Auxílio Gás (do Ministério de Minas e Energia), além do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que previa a transferência de um salário-mínimo para idosos e deficientes que possuíssem uma renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (AZEVEDO; BURLANDY, 2010).

Avançando para o ano de 2001, a situação da fome e da miséria pouco havia mudado no país: 44 milhões de pessoas ainda viviam em condição de extrema pobreza. Foi então que o Instituto Cidadania publicou um documento intitulado *Projeto Fome Zero: uma proposta de*

⁵ Itamar Augusto Cautiero Franco foi eleito vice-presidente em 1989, e assumiu a presidência, em 1992, com o impeachment de Fernando Collor, tornando-se o 33º Presidente do Brasil.

política de segurança alimentar para o Brasil, que viria a ser implementado a partir do ano de 2003 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, também coordenador do Instituto. A implantação do programa significou a retomada do CONSEA e a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) (SANTANA, 2013).

Ao final do ano de 2003, a gestão de todo o conjunto de programas de transferência de renda tornava-se inviável, visto que não havia coordenação política entre os diferentes órgãos governamentais e a comunicação entre os programas era praticamente inexistente. Foi então que em outubro do mesmo ano, durante o primeiro governo Lula⁶ foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), por meio de uma Medida Provisória convertida na Lei n. 10.836/2004, que viria para unificar as ações de distribuição condicionada de renda existentes até então (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

Estrutura do Programa

O Programa Bolsa Família é uma política pública de transferência de renda condicionada, implementada como parte de uma estratégia de inclusão social e de desenvolvimento econômico, tendo em vista que, para além de seu objetivo primário — alívio imediato das questões emergentes relacionadas à pobreza, como a fome — o PBF pretendia também ampliar o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade nas redes públicas de saúde, educação e assistência social, através da instituição de condicionalidades para a manutenção do benefício (CAMPELLO, 2013).

O PBF operava, à época, em duas modalidades: 1) o benefício básico, que era destinado às famílias em situação de extrema pobreza e 2) os benefícios variáveis, que focalizava as famílias em situação de pobreza que continham em sua composição gestantes, lactantes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 17 anos (SOARES et al., 2003). As situações de pobreza e extrema pobreza eram caracterizadas pela insuficiência de renda, em que as famílias consideradas pobres eram aquelas com renda mensal per capita de R\$ 70,00 a R\$ 140,00, e as famílias extremamente pobres contavam com uma renda mensal per capita de até R\$ 70,00, em vista do salário-mínimo de R\$ 240,00 reais, instituído pela Lei nº 10699 de 2003 (JÚNIOR; JAIME; LIMA, 2013).

⁶ Luiz Inácio Lula da Silva foi presidente do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre os anos 2002 e 2010. Reeleito para um terceiro mandato, atualmente reside no Palácio da Alvorada.

Eram quatro tipos de benefícios⁷: o Benefício Básico repassava o valor de R\$70,00 para as famílias em situação de extrema pobreza, ainda que estas não tivessem crianças, adolescentes, gestantes ou lactantes. Já o Benefício Variável concedia R\$32,00 mensais às famílias com renda per capita de até R\$140,00, desde que tivessem crianças, adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou lactantes. O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) no valor de R\$38,00 era concedido a todas as famílias que tivessem adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola, e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) era pago às famílias que, mesmo recebendo os benefícios financeiros do PBF continuassem em situação de pobreza extrema (CAMARGO et al., 2013). O pagamento do benefício era realizado por meio de um cartão magnético pessoal e a priorização como titular deste era dada à mulher (CAMPELLO, 2013).

Para que as políticas públicas funcionem de forma eficiente e alcancem em sua completude a população visada, é imprescindível a existência de um cadastro com informações dos atuais e potenciais beneficiários e de instrumentos de cooperação intergovernamental (SIMONI JUNIOR, 2021). Nesse sentido, a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) em gestão integrada com o PBF representou uma importante conquista para a proteção social brasileira. Ao final da primeira década de vigência do Programa, já havia mais de 7.400 Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e 2.200 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) atuantes em praticamente todos os municípios do Brasil (COLIN; PEREIRA; GONELLI, 2013).

Dessa forma, o Governo Federal é o responsável pelo Programa, mas a implementação e o funcionamento deste depende da participação ativa dos municípios, principalmente no cadastramento das famílias elegíveis e no acompanhamento das condicionalidades.

As condicionalidades e os Programas Complementares do Bolsa Família

Os programas de transferências de renda condicionada (PTRC) partem da concepção de que a causa da pobreza é multidimensional, propondo-se a agir sobre o problema em sua complexidade. Para além da transferência direta de renda, é uma tendência entre eles incentivar a

⁷ Valores da época, considerando o salário-mínimo de R\$ 240,00 reais. Atualmente, o salário-mínimo é de R\$ 1.320,00 reais e o PBF opera em duas modalidades: 1) o benefício básico, que destina o valor mínimo de R\$ 600,00 para todas as famílias beneficiárias e 2) os benefícios complementares, que determinam um valor adicional de R\$ 150,00 para cada criança com até 6 anos de idade, e de R\$ 50,00 para cada integrante da família com idade entre 7 e 18 anos incompletos, ou gestantes. Para ter acesso ao Programa, as famílias precisam atender critérios de elegibilidade, dentre eles: ter renda de até R\$ 218 por pessoa, ter os dados atualizados no Cadastro Único e não ter informações divergentes entre as declaradas no cadastro e em outras bases de dados federais.

emancipação pessoal e social dos indivíduos a partir da provisão de outros serviços que atuem de forma a reforçar o exercício de seus direitos, ou seja, promover investimento no desenvolvimento de capital humano (JULIANO, 2018).

As condicionalidades, portanto, são utilizadas para conduzir comportamentos que contribuam para a promoção social das famílias. A ideia é que a passagem desses indivíduos por tais programas seja transitória, ou seja, o benefício serve como um apoio até que as famílias consigam gerar renda suficiente, de forma autônoma, para atenderem às suas necessidades. Iniciativas voltadas para a ampliação dos serviços de educação, saúde e profissionalização à população vulnerável, portanto, possibilitam novas perspectivas de inserção econômica e superação da pobreza (CURRALERO, 2003).

Na área da saúde, as condicionalidades do PBF eram o acompanhamento do calendário de vacinação e a vigilância nutricional das crianças menores de 7 anos, bem como a realização do exame pré-natal para as gestantes e acompanhamento durante o puerpério. Com a vigilância nutricional, o sistema de saúde contava com informações contínuas sobre o estado nutricional das crianças, o que fornecia subsídios para a formulação de políticas voltadas para o estabelecimento de condições adequadas de saúde para esta população. O acompanhamento das gestantes tinha por objetivo promover melhores condições de vida e nutrição não somente para a gestante, mas também para o bebê (JÚNIOR; JAIME; LIMA, 2013).

A partir da percepção de que, para se quebrar o ciclo intergeracional de pobreza era preciso atacar certos determinantes do status quo durante um tempo necessariamente longo, o Programa passou a focar também no acompanhamento da assiduidade das crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos nas atividades escolares. A frequência escolar constituiu-se, assim, em uma relevante estratégia, uma vez que estudos realizados sobre o acesso e permanência dos estudantes na escola demonstraram que a desigualdade social e as questões econômicas representam barreiras à universalização da educação básica (CRAVEIRO; XIMENES, 2013).

No âmbito da assistência social, o acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil e o apoio às famílias que apresentassem casos reiterados de descumprimento do compromisso relativo as condicionalidades eram oferecidas pelo Programa (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2007).

O PBF contava também com programas complementares, que podiam ser formulados exclusivamente para atender às famílias inscritas no CadÚnico, ou podiam ser pré-existentes, para atender às demandas gerais da população, mas com prioridade de atendimento aos beneficiários do Bolsa Família. Os programas eram bastante diversificados quanto à sua área de

atuação e abrangência, mas concentravam-se principalmente no fortalecimento da capacidade produtiva dos beneficiários — em especial fomento à empreendimentos e atividades ligados à agricultura, na qualificação profissional e no desenvolvimento de capacitações no âmbito da educação/alfabetização (JULIANO, 2018).

O PBF integrou, dessa forma, uma estratégia governamental para o combate à fome e à miséria, a promoção da segurança alimentar e nutricional e o acesso aos serviços públicos básicos para a população vulnerável, atuando a partir de três principais eixos: 1) transferência de renda, 2) condicionalidades e 3) programas complementares. Enquanto a transferência de renda promovia o alívio imediato das questões emergentes relacionadas à pobreza, as condicionalidades visavam reforçar o acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade às redes públicas de saúde, educação e assistência social. Os programas complementares, por sua vez, tinham por objetivo auxiliar no desenvolvimento das famílias para a superação da situação de pobreza (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

PBF e o desenvolvimento social

Desde sua implementação até os dias atuais, o Bolsa Família tem se mostrado uma eficaz ferramenta no enfrentamento da pobreza e extrema pobreza. Considerado o maior programa do mundo de transferência condicionada de renda, entre 2003 e 2010 — horizonte temporal desta pesquisa — o Programa já somava mais de 12 milhões de famílias assistidas (BRAUW et al., 2013).

Entre 2004 e 2015, após 12 anos de vigência do Programa, houve uma redução considerável no percentual de pessoas vivendo com renda domiciliar per capita abaixo da linha da pobreza e extrema pobreza, caindo de 11,01% para 3,9%, de acordo com dados do Banco Mundial (2017), representados na Figura 1. Paralelamente, segundo dados do Ipea (2019) o PBF também foi responsável por 10% de redução da desigualdade no país entre 2001 e 2015, impacto bastante relevante se considerarmos os baixos custos do Programa, de apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Figura 1 - Taxa de incidência de pobreza em US\$ 2,15 por dia (% da população) - Brasil



Fonte: Banco Mundial (2017).

Como visto, a pobreza não deve ser considerada apenas como baixo nível de renda. Ainda que a dimensão econômica seja uma das principais causas da pobreza, uma forma mais adequada de conceituação seria “privação de capabilities básicas”⁸ (SEN, 2000). A pobreza reflete no acesso dos indivíduos à alimentos nutritivos, água potável, saneamento básico, atendimento médico e outros serviços essenciais; reflete também no poder de negociação das pessoas em situação de vulnerabilidade, que impacta diretamente nas oportunidades de trabalho decente, no status social e na visibilidade de suas opiniões e demandas, e ainda, no modo como os sujeitos se relacionam nos jogos de força intersubjetivos e sociais (UN Global Compact, 2022).

⁸ A pobreza como privação de capacidades (capabilities): segundo Amartya Sen, economista e filósofo indiano laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1998, a privação de capabilities básicas se refere à falta de acesso a recursos e oportunidades necessários para que um indivíduo possa viver uma vida minimamente digna e saudável. Essas capacidades básicas incluem coisas como alimentação adequada, água potável, saneamento básico, educação, cuidados de saúde, liberdade política e acesso à justiça. Segundo a teoria de Sen, a privação dessas capacidades básicas é a fonte de muitos problemas sociais e econômicos.

O PBF alcançou o patamar de referência internacional no combate à fome e à pobreza extrema. Tendo reduzido em 82% o número de pessoas em situação de subalimentação no Brasil entre 2003 e 2013, foi então reconhecido pela Organização das Nações Unidas em 2014 como instrumento fundamental para a saída do país do Mapa Mundial da Fome. O Banco Mundial também reconheceu os resultados das ações do Programa e, em parceria com o Governo brasileiro, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lançou a “Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo Sem Pobreza” (MDS, 2015).

Quanto às condicionalidades do Programa, na área da saúde o PBF também obteve resultados bastante positivos. Dados coletados entre os anos de 2005 e 2012 demonstraram um aumento no número de famílias acompanhadas: de 5,5 milhões para, aproximadamente, 11,8 milhões. Dentre os impactos mais relevantes, pode-se destacar a melhoria das condições de saúde das crianças através da redução da mortalidade infantil — geral e por causas relacionadas à pobreza, como desnutrição e diarreia (RASELLA et al., 2013) — queda nos casos de desnutrição aguda e o aumento de porcentagem de crianças a completarem o calendário de vacinação (CAMPELLO, 2013). Verificou-se também que as mulheres grávidas beneficiárias do Programa se mostraram mais presentes no acompanhamento pré-natal (JANNUZZI; PINTO, 2013).

Estudos ainda demonstraram a ampliação do uso de métodos contraceptivos entre as mulheres beneficiárias, contrariando a crença difundida de que as famílias passariam a ter mais filhos, de forma oportunista, para ter acesso a um maior volume de recursos. Uma importante contribuição do PBF para o reforço da autonomia das mulheres e do exercício de seus direitos, neste caso, os direitos reprodutivos (CAMPELLO, 2013; COUTO; SAIANE, 2022).

No âmbito da educação, o acompanhamento da frequência escolar — no bimestre de março de 2019 — atingiu o percentual de 94,0%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que significou, em números, 286.205 alunos acompanhados de 304.395 que faziam parte das famílias beneficiárias do PBF. Entre os jovens de 16 e 17 anos, o percentual registrado foi de 87,9%, sendo 44.927 acompanhados de um total de 51.128 (HAEBERLIN; SILVA, 2019). Partindo da constatação de que as famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza possuem maiores dificuldades para que seus filhos tenham acesso à escola e nela permaneçam, o Programa de Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade contribuiu para o avanço da universalização da

educação básica, inclusive resultando em menores taxas de abandono escolar para os estudantes do PBF contra os demais da rede pública, e na melhora progressiva nas taxas de aprovação destes estudantes (CRAVEIRO; XIMENES, 2013).

As contribuições do PBF para o desenvolvimento social das mulheres beneficiárias

Trabalhos anteriores como o de Marins (2017) demonstram resultados positivos do Bolsa Família enquanto política pública na vida social (acesso à bancos, à formas de crédito no comércio, novos alimentos consumidos antes inacessíveis) e emocional (autoestima, ser alguém portador de direito, felicidade por poder investir nos filhos) das mulheres beneficiárias, contribuindo para a percepção destas de uma vida mais digna e no reconhecimento de si mesmas como atores de mudança da própria história.

Em seu estudo realizado na cidade de Maceió (AL), Silva (2016) aponta que após o recebimento do benefício as mulheres entrevistadas passaram a ser mais respeitadas em casa, conquistando maior poder de decisão; além disso, o complemento mensal à renda proporcionado pelo Programa contribuiu para maior autonomia das mulheres em suas escolhas e no poder de compra, conseqüentemente, gerando uma sensação de independência econômica em relação à seus companheiros/cônjuges.

Stuker (2021) demonstra em sua tese que as PTCR — no caso analisado, o Bolsa Família — podem contribuir para as mulheres pobres se emanciparem de relações de abusos e agressões domésticas, pois, considerando-se que as mulheres que se encontram nessas situações e também seus filhos estão expostos à fome e outras questões emergentes, políticas de transferência de renda permitem a sobrevivência frente às primeiras privações, além de atuarem de maneira menos explícita e direta para o desenvolvimento da família através das condicionalidades, como por exemplo a escolarização.

Por outro lado, artigos como o de Mariano e Carloto (2009), Passos e Waltenberg (2016) e de Lavinias, Cobo e Veiga (2012) discutem como tais políticas públicas de combate à pobreza podem atuar no reforço de lugares sociais marcados pelos papéis tradicionais de gênero, portanto, questionando a efetividade do Bolsa Família como um programa de redução das desigualdades. A crítica levantada pelos autores é a de que para a política social a mulher é considerada com base em suas funções maternas, o que fixa e essencializa o sujeito mulher à maternidade e, por conseqüência, minimiza a responsabilidade dos homens com o cuidado de seus filhos.

Já para Bartholo, passos e Fontoura (2019) o Bolsa Família traz ganho de autonomia às mulheres através de duas vias: primeiramente — e, majoritariamente — através da renda mensal regular, que permite às titulares ter outras preocupações que não a sobrevivência ao dia de amanhã, aumentem sua presença na esfera pública e ampliem suas escolhas; e em segundo lugar através das condicionalidades que, embora apresentadas pelos autores como um “reforço” ao papel maternal da mulher, parecem contribuir para que estas se reconheçam como cidadãs que se relacionam ativamente com o Estado, detentoras de direitos e deveres, independente da figura masculina para intermediação.

2.2 A GENEALOGIA FOUCAULTIANA DO PODER

Para compreendermos os campos de estudo de Michel Foucault, precisamos nos situar sobre o contexto histórico durante o qual o teórico francês iniciou seus trabalhos. Por volta do ano de 1955, sob o ponto de vista da investigação em teoria social, as heranças históricas do fascismo e do stalinismo ainda não haviam sido assimiladas, não havendo, portanto, instrumentos de análise adequados para o problema dos excessos de poder. Os instrumentos teóricos existentes à época eram derivados do marxismo e do liberalismo e entendiam o poder (cada um a seu modo) através de esquemas puramente econômicos, legando à Foucault e sua geração de pensadores a tarefa de pensar o fenômeno através de uma nova perspectiva: a história dos mecanismos de poder e a maneira como eles se engrenaram socialmente (FOUCAULT, 2010; VISKER, 1995).

De modo geral, o trabalho de Foucault é dividido pelos estudiosos em três diferentes eixos que se articulam entre si: *Arqueologia do Saber*, *Genealogia do Poder* e o *Cuidado de Si*. No início dos anos 50, o filósofo começa a escrever com a preocupação de investigar de que forma os saberes confrontavam-se entre si de modo que, algumas formas de saber se legitimaram historicamente e outras tornaram-se desconhecidas, ou soterradas. Dessa forma, Michel Foucault utiliza a arqueologia como um instrumental teórico-metodológico para escavar, reconstruir a história intelectual dos saberes demonstrando a associação entre saber e poder, e assim, de que forma algumas modalidades de saber se sobrepõem à outras (MACHADO, 1979).

A elaboração da genealogia, contudo, representou o maior passo do pensador Michel Foucault em direção a uma complexa análise do poder. A genealogia é um procedimento de investigação que se opõe ao método histórico tradicional, tendo por objetivo assinalar a

singularidade dos acontecimentos; para tanto, a genealogia não lida com a ideia de essências ou verdades absolutas e fundantes, mas busca descontinuidades, dispersões, eventos, busca a superfície dos acontecimentos e seus contornos sutis. Dessa forma, os trabalhos sobre história dos sistemas de pensamento e filosofia são feitos não apenas sob a perspectiva dominante da teoria política e social, mas também consideram a perspectiva da mudança das relações de força nos novos cenários histórico-sociais (DREYFUS; RABINOW, 1995).

Em um de seus cursos ministrados no Collège de France, Foucault (2005, p. 94) explica a genealogia como “o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, desordenadas e fragmentárias”. Procurando por singularidades tangíveis, mas nem sempre detectadas, a genealogia trata de despertar saberes locais, desqualificados e não-legitimados a fim de realizar uma história das interpretações que se debruça sobre fatos desconsiderados ou até mesmo apagados pela história tradicional, em oposição à ciência enquanto coalizão unitária e hierarquizada, tida como a única e verdadeira forma de conhecimento (FAÉ, 2004; NUNES, 2013). Deve-se ressaltar, no entanto, que o papel das genealogias não é, de forma alguma, negar os constructos científicos. A genealogia surge como uma forma de promover a insubordinação dos saberes contra os efeitos de poder ligados à institucionalização do discurso científico, portanto, as implicações do nexo saber-poder são uma questão recorrente nas pesquisas genealógicas (FOUCAULT, 2005).

As pesquisas foucaultianas do período genealógico revelam importantes deslocamentos em relação às do campo conceitual arqueológico, introduzindo novas categorias investigativas, dentre as quais destacamos as noções de “poder”, “acontecimento”, “dispositivo” e “regimes de verdade”.

Apoiando-se na metodologia nietzschiana – que propõe como pesquisa a interpretação e avaliação dos acontecimentos históricos, a genealogia de Foucault procura, por meio do inventário e do diagnóstico dos acontecimentos, realizar uma história das interpretações, “investigando as contingências, os acidentes, os acasos, procurando pelas singularidades tangíveis, porém nem sempre detectadas pelas Ciências Humanas e Sociais ou pela Historiografia” (NUNES, 2013, p. 102).

A noção de dispositivo é introduzida por Foucault na genealogia para responder às dificuldades descritivas da arqueologia (centradas na *episteme*). Segundo o próprio pensador, faltava em seu trabalho a análise do poder, da relação entre o discursivo e o não discursivo, portanto, o “dispositivo” surge como uma ferramenta da descrição genealógica. O dispositivo procura delinear, em uma pesquisa, a rede de relações que podem ser estabelecidas entre

elementos heterogêneos (discursos, instituições, leis, enunciados científicos, proposições morais, em suma, o dito e o não dito). O dispositivo, além disso, tem função estratégica e sua formação corresponde a uma urgência histórica. Foucault, através de suas pesquisas, falará de dispositivos de poder (dispositivos disciplinares, dispositivos de sexualidade, dispositivos de verdade etc.) para trazer à tona o multifacetado campo de forças sociais no qual estas práticas surgem, ramificam-se, justapõem-se; ou, ainda, atrimam e conflitam umas com as outras (CASTRO, 2004; NUNES, 2013).

Ao refazer a história da verdade, a intenção de Foucault foi demonstrar que a verdade não é, na realidade, um atributo essencial e original que precisamos descobrir. Para o pensador, a verdade é sempre produzida, construída, em relação à uma realidade específica, e essa produção gera uma série de efeitos dentro das relações de poder. Dessa forma, Foucault fala dos “regimes de verdade” de forma a transformar nossa concepção comum e compartilhada da verdade, revelando que esta se constitui nas intrincadas relações de poder (BECCARI, 2020).

A Microfísica do Poder

Os trabalhos de Foucault não representam uma teoria do poder, tampouco era o poder o objeto primário de estudo em suas pesquisas. Seu objetivo, conforme declara em *O Sujeito e o Poder* (1995) era compreender os modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Foi assim que, ao debruçar-se sobre as questões do sujeito humano dentro das relações de produção e significação em nossa sociedade, o pensador francês envolveu-se com a questão do poder.

Ao buscarmos analisar a questão do poder, dirá Foucault, não devemos partir das grandes instituições, como por exemplo o Estado, a lei, as classes. Tais instituições já são entidades grandes demais. Devemos trazer à tona, portanto, a gênese e o exercício do poder. Com isso em mente, Foucault se utiliza de um termo emprestado da física, a “microfísica”, como uma metáfora para explicitar a necessidade de se olhar o poder no âmbito das moléculas, ao invés dos grandes conjuntos estatísticos. O poder é agitação molecular antes de ser organização estatística (DELEUZE, 2020).

Ao ingressar no Collège de France no ano de 1970, o olhar de Foucault é voltado então para o estudo da microfísica do poder, em outras palavras, os micropoderes. Do ponto de vista metodológico, uma das preocupações de Foucault foi procurar analisar este nível

molecular das relações de poder sem partir do centro para a periferia, das questões macroestruturais para o que acontece no micro. O autor então tira as estruturas, as instituições, do centro da análise como determinantes exclusivos do poder, e coloca em foco as práticas de poder efetivadas de modo relacional — inerentes aos jogos de força sociais — invertendo a lógica predominante que até então caracterizou as análises políticas (CARDOSO, 2020).

A microfísica do poder propõe que se olhe para o poder não como uma propriedade, mas como uma estratégia. Nessa perspectiva, seus efeitos de dominação não são atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, táticas, técnicas ou manobras (CASTRO, 2004). Foucault afirma que o poder está por toda a parte, não estando unicamente em uma instituição ou em um único indivíduo; em termos absolutos, o poder não se possui, não se adquire e não se cede por contrato ou por força, mas é exercido nas relações sociais existentes. É nesse campo das correlações de força e no antagonismo de estratégias que se deve tentar analisar os mecanismos de poder (MISSE, 2017; FOUCAULT, 2010).

As análises de Foucault não consideram, portanto, que o poder possua uma natureza ou uma essência universalizante. Não existe algo unitário, global, chamado Poder. Uma vez que se dá no campo relacional, o poder se apresenta de formas díspares, heterogêneas e em constante transformação. É considerado, sobretudo, como um conjunto de mecanismos e procedimentos. Dessa forma, o poder não é um objeto natural, mas uma prática social historicamente constituída, uma relação de forças que, através de lutas e enfrentamentos se transforma, se reforça e se inverte (MACHADO, 1979).

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2005, p. 193)

É possível perceber, então, que o poder está disseminado por toda a estrutura do corpo social. Na sociedade existem e coexistem milhares de relações de poder. As relações de poder estão no seio de uma família, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, no corpo político, nos ambientes de trabalho, apenas para citar alguns exemplos. O poder se estabelece, desse

modo, de forma relacional, como um efeito do conjunto: a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis. A partir de um conjunto de ações que se induzem e respondem umas às outras. Contudo, é importante salientar que podem existir composições entre os micropoderes e o macropoder – mas não há determinismos que definem essa relação, afinal, as relações de poder são sempre móveis, transitórias, instáveis, cambiantes (FOUCAULT, 1988; FOUCAULT, 2010).

Poder-saber

O conceito de saber (*Savoir*), em Foucault, já aparece em seu primeiro eixo temático de pesquisa: *a arqueologia do saber*. Nela, o autor investiga os processos de formação dos saberes – sejam eles científicos ou não – buscando estabelecer as condições de sua existência, considerando a “verdade” como uma construção histórica, cuja análise remete às suas regras de aparecimento, organização e transformação ao nível do saber. Em outras palavras, na arqueologia Foucault buscava responder a como os saberes apareciam e se transformavam (EIZIRIK, 2006).

No início dos anos 70, com o desenvolvimento da *genealogia do poder*, ocorre uma mudança de foco — sem que haja qualquer tipo de antagonismo ou recusa ao conjunto arqueológico; a análise proposta por Foucault, nesse período, tem como ponto de partida a questão do porquê. O que se pretende com a genealogia é explicar o aparecimento dos saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, situando-os como peças de relações de poder (MACHADO, 2003).

Para Foucault, o *saber* não se reduz, portanto, à ideia de conhecimento científico, mas a um conjunto ordenado de práticas discursivas socialmente constituídas que irão regularizar o que pode — e o que não pode — ser dito. Por isso, para o pensador francês, o conhecimento precisa ser entendido sempre na sua função nas relações de poder. Dirá Foucault:

A palavra saber indica todos os procedimentos e todos os efeitos de conhecimento que um campo específico está disposto a aceitar em um determinado momento. O termo poder estende-se a toda uma série de mecanismos particulares, definíveis e definidos, capaz de determinar comportamentos ou discursos (FOUCAULT, 1999, p. 8).

Foucault problematiza o conjunto de práticas que impõem a dicotomia do verdadeiro ou falso, ou seja, trabalha com o discurso erudito e os saberes locais, cotidianos, do senso

comum. Para ele, o Ocidente atribuiu à ciência e àqueles que formulam o discurso científico efeitos de poder que acabam por desqualificar ou “menorizar” outros sujeitos de saber. Dessa forma, o poder e o saber não são externos um ao outro, mas formam uma espiral contínua, ininterrupta, de reforço mútuo. Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, e, paralelamente, não há saber que não suponha e não constitua relações de poder: um dá condições de possibilidade ao outro (FOUCAULT, 2005; NUNES, 2013).

Foucault dedica-se então a entender as funções de tais formações discursivas e não discursivas no campo da constituição das verdades histórica e socialmente constituídas, ou seja, onde e em que condições elas são produzidas, e a que objetivos estão articuladas. Desse modo, procura nos “jogos de verdade” mostrar os regimes forjados nas relações de saber-poder. Nota-se, portanto, que a verdade não está fora do poder: a verdade é dependente do poder, é o poder que institucionaliza a verdade. Dessa forma, cada sociedade tem um regime de verdade — somos submetidos pelo poder à produção da verdade e apenas podemos exercer poder mediante a produção de verdade. Por verdade, entende-se o conjunto de regras que separa o que é verdadeiro do que é falso, e sobre o falso, atribuímos efeitos específicos de poder. Em outras palavras, o discurso verdadeiro pode tornar-se a norma que julga, condena, classifica e coage. Entretanto, essa relação é extremamente dinâmica. Sendo assim, há configurações das relações de poder-saber que podem favorecer o desenvolvimento cognitivo, bem como estados de resistência social, de liberdade e de autonomia. (ASSMANN; NUNES, 2007; FOUCAULT, 2014; POGREBINSCHI, 2004; DREYFUS; RABINOW, 1995).

Poder relacional

A questão do poder constitui um campo de estudo analisado pelas mais diversas áreas de conhecimento: a história, a filosofia, a administração, a economia, o direito. Os modelos legais questionam “o que legitima o poder?” enquanto modelos institucionais nos fazem refletir sobre “o que é o Estado?”. No entanto, ao debruçar-se sobre a complexa temática das relações de poder, Foucault aponta a lacuna ferramental para tal análise. Dessa forma, propõe ampliar as dimensões de uma definição de poder, em outras palavras, propõe uma nova economia das relações de poder (FOUCAULT, 1995).

Portanto, se tomarmos por problema a questão “o que é poder?”, dirá Foucault que o poder é relação. Não é uma substância ou algo que se possui: antes, é uma forma de relação de forças. E para melhor elucidar-nos acerca da especificidade das relações de poder, Foucault

as distingue das “capacidades objetivas” e das “relações de comunicação”. Enquanto as capacidades objetivas representam o poder que se exerce sobre as coisas (que nos dá a capacidade de utilizá-las, modificá-las, consumi-las ou até mesmo destruí-las) e as relações de informação são descritas como aquelas que transmitem uma informação através de um sistema linguístico ou outro meio simbólico, as relações de poder ocorrem entre sujeitos, e as ações exercidas não atuam de forma direta e imediata sobre o outro, mas sobre suas ações (CASTRO, 2004).

Dessa forma, uma relação de forças pode ser entendida como uma ação sobre uma ação, sendo a segunda ação real ou possível. Nota-se, com esta fala, que uma relação de forças não é necessariamente uma ação sobre um corpo; em tese, não constitui violência ou repressão. A violência e a repressão são a aplicação da força a uma coisa, um ser ou um objeto. As relações de poder, na perspectiva de Foucault, são um conjunto de ações que tem por objeto outras ações, que operam em um campo de possibilidades: induzindo, separando, facilitando, dificultando, limitando ou até mesmo impedindo. O exercício do poder consiste em “conduzir condutas” e dispor a probabilidade. Contudo, isto não quer dizer que a relação, em determinadas configurações, não possa criar estados de sujeição (DELEUZE, 2020).

Ao definir o exercício do poder como uma ação sobre as ações dos outros, Foucault (1995) ressalta um elemento essencial, condicional para a existência do poder: a liberdade. O poder só se exerce sobre sujeitos livres, que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, reações e modos de comportamento lhe são possíveis. Sem a liberdade não existem relações de poder, existem estados de dominação, nos quais o sujeitador (sendo este um indivíduo ou grupo social) chega a bloquear o campo de relações de poder, torná-las imóveis e fixas através de instrumentos políticos, militares ou econômicos, de forma que o sujeito se torna sujeitoado, tem sua liberdade, seus desejos e sua capacidade de resistência anulados.

Para Foucault, as relações de poder suscitam, necessariamente, a possibilidade de resistência, uma vez que 1) se dão no campo das ações; 2) implicam a liberdade dos indivíduos envolvidos. Em outras palavras, se não houvesse resistência, não haveria poder (CASTRO, 2004). Desse modo, é sempre possível resistir ao poder. Em determinadas configurações, a resistência pode ser muito frágil e o poder, muito forte. Ou ao contrário, pode-se existir uma resistência muito forte e um poder frágil (inverte-se então a relação), mas o poder-resistência é sempre caracterizado por uma relação móvel, instável, cambiante, em constante transformação. Não há relação de poder que seja completamente irreversível.

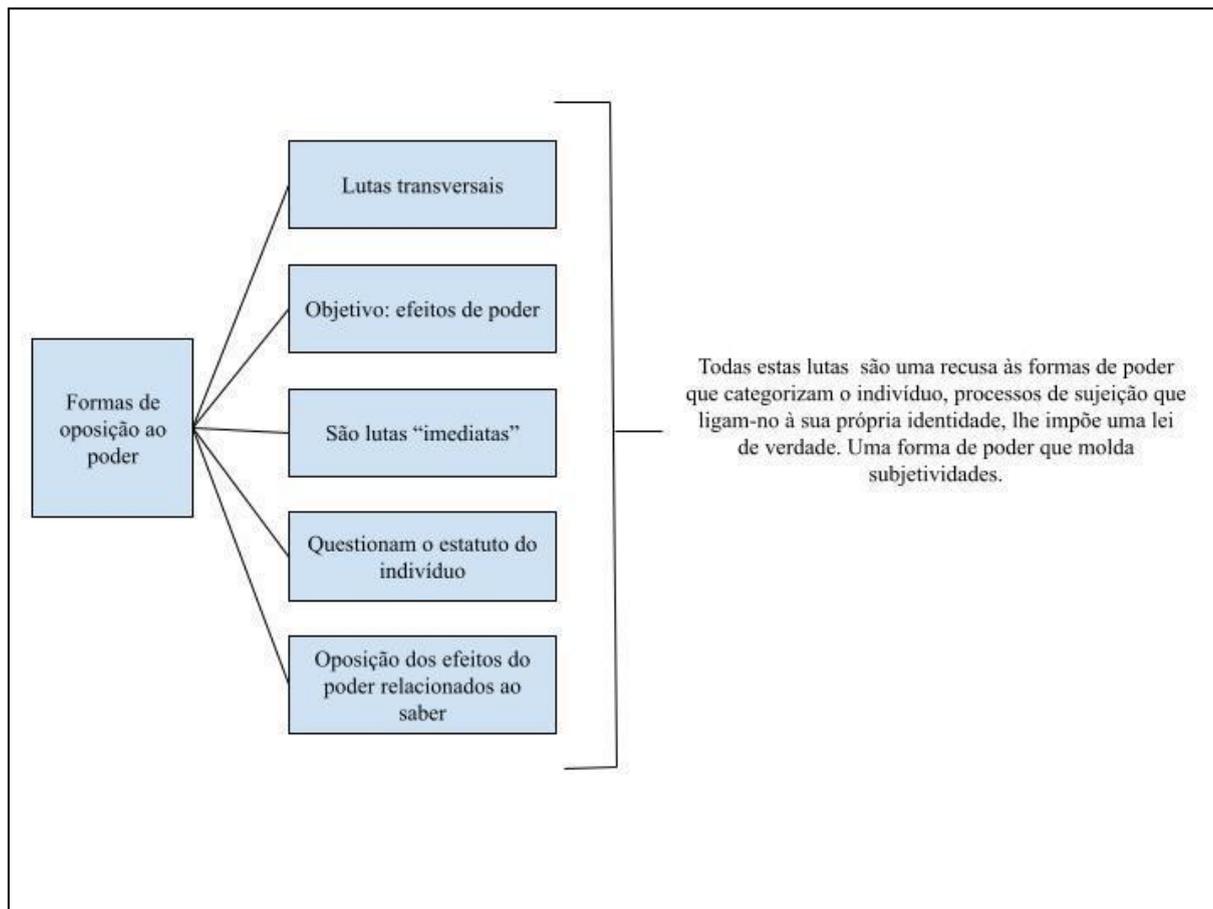
A resistência é, para o pensador, o termo mais importante dessa dinâmica. Sem ela, tudo seria apenas questão de obediência. Para pensar as relações de poder, portanto, Foucault (2009) propõe que se utilize as formas de resistência às diferentes práticas de poder como ponto de partida, através do antagonismo das estratégias: “para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações” (p. 5).

Os focos de resistência se distribuem através do tempo e o espaço de forma irregular, esparsa, atravessam as estratificações sociais e as unidades individuais, podendo incitar o levante de grupos e/ou indivíduos. Ainda, os pontos de resistência são, em sua maioria, móveis e transitórios, e introduzem mudanças capazes de percorrer os indivíduos, recortando-os e os remodelando (GRABOIS, 2011). Por todo o tecido social, dirá Foucault (1999), é possível identificar diversas oposições ao poder que foram desenvolvidas ao longo dos anos: oposição ao poder do homem sobre a mulher; dos pais sobre os filhos; da psiquiatria sobre o doente mental; do empregador sobre o funcionário, etc.

Pelas margens da história, as mulheres desenvolveram – e desenvolvem – diversas práticas e movimentos de resistência que desestabilizam discursos e “regimes de saber” ligados à uma estrutura patriarcal que as normaliza, silencia, exclui, suprime e coage. É no desvio da norma que o poder exercido pelas mulheres torna-se um poder-resistência: nas ruas, no fazer cotidiano, ou, tomemos por exemplo o objeto de estudo desta pesquisa, o ambiente familiar. Podem representar formas de resistência: o avanço do nível educacional das mulheres, que representa um dos principais indicadores do processo de despatriarcalização; o questionamento da representação simbólica de mulher – esposa-mãe-dona-de-casa – que restringe seu espaço ao ambiente familiar; os discursos – e também silêncios e gestos, podem ser resistência tanto quanto são instrumentos e efeitos de poder; a participação ativa nas decisões cotidianas no núcleo familiar; protagonismo na mediação entre o espaço privado e as questões da vida pública, apenas para citar alguns exemplos (CAVENAGHI; ALVES, 2018; TADESCHI; TADESCHI, 2019).

Para Foucault, mais do que lutas antiautoritárias, essas formas de oposição ao poder possuem alguns pontos em comum, destacados na Figura 2:

Figura 2: As formas de oposição ao poder



Fonte: Elaborado pela autora.

Em primeiro lugar, essas formas de oposição ao poder são lutas transversais, ou seja, não estão confinadas a um país ou determinada forma política e econômica de governo. Ainda, segundo Foucault (2009) o objetivo dessas lutas são os efeitos de poder enquanto tal – por exemplo, a profissão médica será criticada primariamente por exercer um poder fora de controle sobre a vida, a saúde e os corpos das pessoas, e não por ser um empreendimento lucrativo. São lutas “imediatas” pois objetivam o inimigo próximo e buscam resolver o problema local, não visando um “inimigo maior” ou a solução para seus problemas futuros (revoluções, liberações etc). São batalhas contra o “governo da individualização” (que separa o indivíduo da vida comunitária, forçando-o a ligar-se à sua própria identidade, de um modo coercitivo). Por fim, são lutas contra os efeitos de poder relacionados ao saber: oposição aos privilégios do conhecimento, mas também à qualquer segredo e informação deturpada imposta às pessoas. Em resumo, o objetivo dessas lutas não é atacar instituições ou grupos específicos de poder, mas uma técnica, uma forma de poder.

Positividade do Poder

Quando fala-se em poder, é comum localizá-lo nos efeitos de dominação ligados a um conjunto de instituições e aparelhos de um determinado Estado, uma força repressiva que atua através do exército, da polícia ou da justiça. Foucault (2010), no entanto, não entende o poder como um sistema garantidor de dominação sobre um indivíduo ou um grupo. Dirá ainda que a análise do poder não deve postular tão somente a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação como ponto de partida – ainda que possam ser suas formas terminais. Se o poder consiste em relações de força, móveis, instáveis, cambiantes e em constante transformação, é evidente que ele não está fixado em um ponto central, mas emana de diversas instâncias periféricas.

Isto posto, outra grande contribuição de Michel Foucault parece ter sido desmistificar a “hipótese repressiva” do poder. Em *A Vontade de Saber*, Foucault (1988) reflete sobre três perguntas acerca da hipótese repressiva: 1) A repressão é uma evidência histórica? 2) A mecânica do poder é da ordem da repressão? 3) O discurso contra a repressão libera, ou na realidade forma parte do mesmo poder que denuncia? No livro em questão, o autor coloca essas dúvidas em relação às práticas da sexualidade, demonstrando que, a partir do século XVII, mais do que a repressão do discurso sobre a sexualidade, assistimos à uma extraordinária colocação do sexo em discurso. Entretanto, ao final da obra, Foucault chega à conclusão de que os discursos liberadores (como por exemplo, a psicanálise) também funcionaram como novas formas de estabelecer controle e sujeição (CASTRO, 2004).

A crítica mais importante que Foucault extrai da hipótese repressiva é, então, que o poder deve ser visto como uma realidade positiva. Para Foucault, o poder não tem essência, ele não é “bom” ou “mau” por natureza, uma vez que é a expressão de uma relação entre forças. Ele se afasta da ideia do poder como algo negativo — que subtrai, que censura ou reprime, alegando que, na verdade, o poder funciona de forma criativa: ele produz individualidade, domínios de objetos e regimes de verdade. Passa-se a falar então da “positividade” do poder, em um contexto de produtividade, de criação, que viabiliza a existência de múltiplos efeitos (CARDOSO, 2020).

Aqui, as concepções de positividade – ou negatividade não são, necessariamente, noções morais. Em outras palavras, positivo nem sempre é associado a algo bom, e, da mesma forma, negativo não é sinônimo de algo ruim. O positivo significa, então, a produtividade do

poder; e o negativo refere-se ao poder que se exerce por meio de uma extração ou exclusão (NUNES, 2013).

Podemos identificar, portanto, cinco principais precauções metodológicas consideradas por Foucault ao tecer sua análise genealógica do poder. A primeira das preocupações do filósofo pode-se denominar “princípio da localidade” — o poder, aqui, é analisado por Foucault em suas formas mais locais (microfísica), afastando-se de um suposto centro de poder e das compreensões jurídicas ou institucionais. O segundo cuidado metodológico é o “princípio da exterioridade/objetivação”, em que se propõe buscar o poder naquele exato ponto no qual ele se estabelece e produz efeito. A terceira precaução foi chamada de “princípio da transitoriedade”, tendo em vista o entendimento de que o poder circula, incessantemente, dentro das dinâmicas relacionais sem se deter exclusivamente nas mãos de um único indivíduo. Em quarto lugar, Foucault orienta-se metodologicamente por um “princípio de ascensão”, ao rejeitar uma análise do poder que parte de cima para baixo, e analisá-lo de baixo — de seus mecanismos moleculares — para cima, até chegar aos mecanismos gerais. Por fim, uma quinta orientação metodológica de que se utiliza Foucault em sua análise do poder pode ser designada como “princípio da não-ideologização”, uma vez que o autor demonstra querer afastar-se das compreensões ideológicas do poder e substituí-las pelos saberes, pelos instrumentos de formação e acúmulo de saber. É nesse campo, e tendo em conta os cuidados metodológicos, que Foucault discute as produtividades do poder. No limite, dependendo das configurações da relação de poder, é possível a produção de sujeição ou de estados de liberdade (POGREBINSCHI, 2004).

2.3 PRÁTICAS DE EMANCIPAÇÃO

Em diversos momentos na história da humanidade, buscou-se encontrar formas de libertar determinados indivíduos e grupos vítimas dos mais diferentes tipos de opressão — as doutrinas platônica, gnóstica e cristã já traziam elementos concernentes ao debate sobre emancipação. O pensamento contemporâneo, por sua vez, expandiu as discussões sobre o tema, diferindo em conceituações (AMBROSINI, 2012; PACHECO, 2020). No presente estudo, o conceito de emancipação utilizado será o analisado pelo teórico francês Michel Foucault, que implica, para fins de elucidação, a necessidade de uma breve introdução do pensamento do filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) acerca do tema.

Em um artigo publicado em 1783 intitulado “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?” — Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento? Kant dirá que a emancipação é a saída do indivíduo do estado de menoridade, pelo qual ele próprio é responsável. A *Aufklärung* (esclarecimento, ou iluminismo em algumas traduções), portanto, refere-se ao momento em que passamos a fazer uso de nosso próprio entendimento, sem a tutela de um outro.

Essa questão da *Aufklärung*, que Kant busca responder acerca do significado de sua própria época, perpassa toda a história do pensamento moderno, direta ou indiretamente, não existindo quase nenhuma filosofia que não tenha sido por ela confrontada ou influenciada. Kant define a *Aufklärung* como uma *Ausgang*, uma “saída” ou, ainda, uma “solução”. Saída essa caracterizada como um processo por meio do qual o indivíduo se liberta do estado de “menoridade” – um estado de sua vontade que o faz aceitar a autoridade de um outro para lhe conduzir nos domínios em que convém fazer o uso da razão. Todavia, mais que um processo, a *Aufklärung* é, para o pensador moderno, uma tarefa e uma obrigação de todos para consigo mesmos e para com as gerações futuras. É o indivíduo, portanto, o agente de sua própria mudança (FOUCAULT, 2005).

Mas o que é necessário para que ocorra essa mudança? Kant dirá que é a coragem: a audácia de saber. O pensador atribui o estado de menoridade não à falta de entendimento, mas à correlação entre uma autoridade que se exerce sobre o indivíduo, por um lado, e em parte à falta de resolução e de coragem do próprio indivíduo: pois é cômodo ser menor. “Se possuo um livro que possui entendimento por mim, um diretor espiritual que possui consciência em meu lugar [...] não preciso eu mesmo esforçar-me. Não sou obrigado a refletir, se é suficiente pagar” (KANT, 1990, p. 1-2).

O indivíduo então transfere para um outro, um “tutor”, a capacidade de decisão acerca de sua própria vida, visando afastar-se do sentimento de perigo e incertezas que envolve “andar com as próprias pernas”. No entanto, Kant ressalta que esse perigo não é assim tão grande, pois ainda que com as adversidades, o indivíduo pode, por fim, muito bem aprender a andar. Isto posto, entendemos que o ser humano não parte da autonomia – nascemos e crescemos dependendo de alguém, experimentando a heteronomia – mas realiza uma passagem da heteronomia para a autonomia. Permanecer na heteronomia, para o pensador alemão, é que constitui comodidade (ASSMANN; NUNES, 2007). Dessa forma, a *Aufklärung* é tanto um processo do qual os indivíduos fazem parte coletivamente, quanto uma palavra de ordem, uma chamada para o ato de coragem: *Sapere aude!* Ouse saber! (FOUCAULT, 2005).

Michel Foucault aborda a questão do *Aufklärung* algumas vezes durante sua trajetória intelectual. Destacamos para esta discussão uma comunicação feita à *Société française de philosophie*, intitulada “O que é a crítica? (Crítica e *Aufklärung*)” de 1978, a primeira e a segunda aula de 05 de janeiro de 1983 do curso “O governo de si e dos outros” e o texto “O que são as luzes?”, publicado originalmente em 1984 e integrado no 2 volume da versão brasileira dos Ditos e Escritos (2005).

Foucault deixa claro que, apesar de reconhecer a importância da obra de Kant sobre a *Aufklärung*, não é possível considerá-la, em termos absolutos, uma descrição adequada ou ainda satisfazer-se com ela para analisar as transformações sociais, políticas e culturais produzidas no fim do século XVIII. Contudo, enfatiza em seu artigo de 1984 a ligação existente entre o pequeno texto de Kant e as três *Critiques*⁹ que o teórico alemão escreveu.

Se, para Kant, a *Aufklärung* é o momento em que os indivíduos farão uso de sua própria razão sem submeterem-se à autoridade de outrem, Foucault (2005) aponta que é precisamente neste momento que a Crítica é necessária – pois ela tem “o papel de definir as condições nas quais o uso da razão é legítimo para determinar o que se pode conhecer, o que é preciso fazer e o que é permitido esperar” (p. 340). Ainda, Foucault entende o texto de Kant simultaneamente como uma reflexão sobre a história (que busca definir a finalidade interna do tempo e o ponto para o qual se encaminha a história da humanidade, em direção à maioria) e uma reflexão crítica (nos elucidando do fato de que, neste momento, todos e cada um são responsáveis, de certa maneira, por esse processo do conjunto). Tal reflexão sobre a atualidade como diferença na história e como tarefa filosófica representa, para o pensador francês, um ponto de partida do que se pode chamar de “atitude de modernidade”.

Foucault (2005) então propõe que a “modernidade” seja encarada mais do que um período na história ou uma época situada no calendário – que seja vista como uma atitude. Tal atitude de modernidade, explica, é uma maneira de pensar e de sentir, de agir e de se conduzir, marcada pela escolha voluntária que é feita por alguns. É aquilo que os gregos chamavam de *êthos*. Dessa forma, a *Aufklärung* reativa uma atitude, um *êthos* filosófico que problematiza, simultaneamente, nossa relação com o presente, nosso modo de ser histórico e a constituição de nós mesmos como sujeitos autônomos.

Na fala de 1978, Foucault discursa sobre o que é a Crítica, e qual a sua relação com o *Aufklärung* de Kant. Para ele, emergiu no Ocidente durante os séculos XV e XVI certa

⁹ Crítica da Razão Pura (1781), a Crítica da Razão Prática (1788) e a Crítica do Juízo (1790).

maneira de pensar, de agir, de se relacionar com o mundo, com as pessoas e com o conhecimento, que se pode chamar de atitude crítica. Neste momento, Foucault propõe um caminho (dentre muitos possíveis) para pensarmos a história da atitude crítica, que nos remete ao conceito de poder pastoral. A igreja cristã, desempenhando uma atividade precisamente pastoral, desenvolveu e propagou a ideia de que cada indivíduo, em todos os aspectos de sua vida e até mesmo em suas ações, deveria ser governado e deixar-se governar, sendo conduzido à salvação por meio da obediência. Tal arte de governar os indivíduos fora, por muito tempo, praticada por e quase que limitada a grupos espirituais, mas a partir do século XV ocorre uma multiplicação da prática de governar em variados domínios: no domínio familiar (como governar as crianças?), no domínio social (como governar os pobres?), à nível político (como governar os Estados?). Em suma, “como governar” passou a ser uma das questões fundamentais dos séculos XV e XVI, que culminaria em todas as instituições de governo subsequentes (FOUCAULT, 1990).

Na mesma palestra, Foucault ressalta que essa governamentalização, característica das sociedades ocidentais do século XVI, não pode estar dissociada da questão “como não ser governado?”. Nesse sentido, a “arte de não ser governado”, que Foucault chama de atitude crítica, surge para questionar as práticas que sujeitam os indivíduos através de mecanismos de poder que reclamam uma verdade que deve moldá-los. A Crítica é, portanto, a arte da inservidão, do dessasujeitamento dentro dos Jogos de Verdade. O que Kant descreve como *Aufklärung*, Foucault aqui descreve como crítica — a saída do indivíduo do estado de menoridade, da incapacidade de se servir de seu entendimento sem a condução de um outro, fazendo de seu próprio conhecimento uma ideia justa (FOUCAULT, 1990).

Tal recusa a certos tipos de condução/assujeitamento dá origem ao que Foucault chama de práticas de contra-conduta. Como vimos, tais práticas emergem no interior da crise do poder pastoral no século XVI, mas no início da era moderna passam a gravitar em torno dos temas ligados à vida. A tecnologia do poder passa a centrar-se sobre a vida. A biopolítica¹⁰, pautada nos valores do liberalismo, adota uma noção política de “governo dos

¹⁰ Em termos gerais, a biopolítica trata-se, nos escritos de Michel Foucault, de uma forma de política sobre o controle dos corpos pelo Estado. Desde o século XVIII, com a emergência do capitalismo e em resposta aos desafios apresentados pela revolução industrial, pela urbanização e pela crescente população, procurou-se racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos que concernem aos indivíduos enquanto população: como a saúde, a natalidade, a mortalidade, a alimentação, a higiene e a reprodução. Dessa forma, a biopolítica preocupa-se em regular as condições de vida da população, conduzindo suas condutas segundo os interesses do poder. Além do poder medical, a biopolítica em Foucault apresenta também os seguintes domínios de poder: a luta das raças, os dispositivos de sexualidade, as práticas de segurança e a racionalidade econômica. Apesar de relacionar-se, em parte, com o tema das políticas públicas,

homens”, dirigindo e conduzindo a conduta dos indivíduos, e é dentro deste contexto histórico que as resistências contemporâneas se desenvolvem em forma de práticas de contra-conduta (PASCAL, 2017).

Durante o curso “O Governo de Si e dos Outros”, Foucault (2010) retoma a discussão sobre a atitude crítica da *Aufklärung* como uma resistência ao exercício do poder de governo. Ao analisar o artigo de Kant, Foucault volta a enfatizar a primeira palavra que encontramos na definição de *Aufklärung*: *Ausgang* (saída) e sobre ela traz algumas reflexões. O primeiro significado da palavra nos remete ao movimento de desprender-se de algo. O segundo significado é a saída do indivíduo do estado de menoridade. Essa saída do indivíduo do estado de menoridade, trata-se de um processo ativo ou passivo? Como a descrição de Kant sobre o que é Iluminismo pode ser, ao mesmo tempo, uma prescrição? Foucault dirá que este estado de menoridade não deve ser confundido com um estado de impotência natural, tampouco se trata de uma noção jurídica ou da repressão de uma autoridade ilegítima que priva os indivíduos do exercício de seus direitos. Uma falta, uma vontade ou o simples fato de não querer dirigirem-se a si mesmos é o que torna os indivíduos menores, de forma que outros se apresentam para tomá-los sob sua direção. Portanto, é na relação governo de si — governo dos outros que caracteriza-se o estado de menoridade. Nos jogos de força sociais, a menoridade é a efetivação de uma prática de sujeição viabilizada pelas tecnologias de governo.

A saída da menoridade, desse modo, refere-se ao uso que fazemos — ou poderíamos fazer — da nossa razão e ação, em detrimento da direção dos outros. Por sua vez, a superimposição dos outros ao uso do que poderíamos fazer do nosso próprio entendimento deve-se a nós mesmos, ao déficit na relação de autonomia com nós mesmos. Neste sentido, a função do “iluminismo” ou da emancipação é redistribuir as relações de governo do sujeito sobre si mesmo e sobre os outros, resultando, portanto, de uma dinâmica primeiramente subjetiva (FOUCAULT, 2010). Contudo, mesmo na época de Kant, mas sobretudo para Foucault, a autonomia não se reduz a uma atividade do entendimento humano: é nas redes de poder que habitam os grandes dilemas e desafios da emancipação individual e coletiva dos seres humanos.

A noção foucaultiana de emancipação encontra-se, portanto, na interseção de três temas: a liberdade, a subjetivação e o poder. O conceito surge, para Foucault, a partir da

tal conceito não será explorado na presente pesquisa pois não faz parte de seu escopo, que delimita-se dentro do eixo de investigação genealógico de Foucault.

análise da relação do sujeito consigo mesmo (liberdade ética) e das relações entre os sujeitos (liberdade política) as quais se denominam, em termos gerais, relações de poder. No primeiro caso — na liberdade ética, a possibilidade de diferentes condutas, reações ou comportamentos constitui um trabalho do indivíduo sobre si mesmo: ele dá a si mesmo uma forma, um *êthos*. No segundo caso — nas práticas de liberdade em sentido político, podem ser qualificadas como livres as formas de relação entre sujeitos que são suscetíveis de modificação. Percebe-se, então, que a liberdade não é apenas um elemento na equação, mas é ela a condição de existência do poder e do sujeito. Na falta de liberdade, o poder se converte em dominação, e o sujeito, converte-se em objeto (CASTRO, 2004; COOLE, 2015).

O termo subjetivação designa, em Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de práticas de subjetividade. Explicando melhor, os modos de subjetivação (ou processos de subjetivação) do ser humano correspondem, efetivamente, a dois tipos distintos de “práticas de governo”: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos na medida em que são mais sujeitos — o que significa dizer que há sujeitos formados, normalizados, objetivados, por distintas tecnologias de poder/governo; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo e com os demais, por meio de um certo número de práticas autônomas de governo de si e dos outros (leia-se: práticas políticas, éticas, sociais de condução das condutas), permite a constituição de estados de emancipação dos sujeitos nas redes de poder, conhecimento e ética. (FOUCAULT, 2004; REVEL, 2005).

Kant (1990) afirma que este Esclarecimento não exige nada mais do que a liberdade. O objetivo da emancipação, deste modo, é eliminar as barreiras que se interpõem entre os indivíduos e o pleno gozo da liberdade: tão somente quando essas barreiras forem eliminadas é que os sujeitos poderão ser autônomos. Foucault, por outro lado, defende a emancipação como um processo complexo, gradual, que não pode ser localizado em um momento pontual, mas é caracterizada por um conjunto de transformações. Dirá Foucault que “a liberdade é uma prática”, e ainda que existam projetos voltados para modificar algumas restrições, afrouxa-las ou até mesmo derrubá-las, nenhum projeto pode, efetivamente, assegurar que as pessoas tenham liberdade automaticamente (PACHECO, 2020; PIMENTEL FILHO, 2012).

Talvez, o objetivo hoje não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos

dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposta há vários séculos. (FOUCAULT, 1995, p. 239).

A esta pesquisa interessam as relações de poder na gestão familiar e seus efeitos sobre as mulheres, e não as práticas absolutas de dominação. Nesta perspectiva, a genealogia foucaultiana auxiliará na análise dos efeitos oriundos da tutela feminina do benefício do Bolsa Família, procurando evidências de que, em um nível microfísico (o ambiente familiar) as contra condutas praticadas pelas mulheres beneficiárias podem ser indicativos de práticas de emancipação: a possibilidade de tomar mais decisões, de fazer suas próprias escolhas, poder organizar melhor suas vidas e ter mais clareza dos contextos nos quais se inserem.

Dado que o perfil das beneficiárias do PBF são pessoas em situação de vulnerabilidade, sem acesso ou com maior dificuldade de acesso à serviços básicos de saúde e infraestrutura, baixa escolaridade e submetidas a trabalhos precários, assumimos neste trabalho a abordagem de empoderamento que implica o desenvolvimento de capacidades dos indivíduos em situação de pobreza e socialmente marginalizados para superar as principais fontes de privação de suas liberdades (ROMANO; ANTUNES, 2002).

Na investigação, serão utilizadas as seguintes categorias que darão suporte à análise já indicada na introdução: **“Microfísica do Poder”**, **“Poder-saber**, **“Poder relacional”**, **“Positividade do poder”** e **“emancipação”**. No quadro 1 (abaixo), um detalhamento das categorias a partir dos escritos de Foucault é apresentado.

Quadro 1 – Categorias de análise

Categoria de análise	Conceituação
Microfísica do poder	Na contramão das teorias políticas clássicas que analisam o poder unicamente de forma macroscópica, Foucault traz à tona a gênese e o exercício do poder no âmbito molecular, em outras palavras, em sua microfísica. A microfísica propõe que se olhe para o poder não como uma propriedade, mas como uma estratégia: relações de força que através de lutas e enfrentamentos se transformam, se reforçam e se invertem. Na microfísica, o poder está disseminado por toda a espessura do corpo social.
Poder-saber	O poder e o saber não são externos um ao outro, mas formam uma espiral de reforço mútuo. Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, e paralelamente, não há saber que não suponha e não constitua relações de poder: um dá condições de possibilidade ao outro. Tais formações discursivas e não-discursivas (saberes) exercem diferentes funções no campo da constituição das “verdades”, em outras palavras, o discurso verdadeiro pode tornar-se a norma que julga, condena e coage, ou

	ainda, que favorece o desenvolvimento cognitivo, estados de resistência social, de liberdade e de autonomia.
Poder-relacional	Para Foucault, o poder não é uma substância, uma coisa que se possui ou se cede: o poder é relação de forças nos jogos sociais. As relações de poder são um conjunto de ações que tem por objeto outras ações, que operam em um campo de possibilidades, induzindo, facilitando, dificultando, limitando ou até mesmo, em algumas configurações, impedindo. Dessa forma, as relações de poder suscitam, necessariamente, a possibilidade de resistência, não havendo relação de poder que seja completamente irreversível. O poder-resistência é sempre caracterizado por uma relação móvel, instável, cambiante, em constante transformação.
Positividade do poder	Segundo Foucault, o poder não tem essência, ele não é “bom” ou “mau” por natureza, uma vez que é a expressão de uma relação entre forças. Ele afasta a ideia do poder como algo negativo - que subtrai, que censura ou reprime, alegando que, na verdade, o poder funciona de forma criativa: ele produz individualidade, domínios de objetos e regimes de verdade. Passa-se a falar então da “positividade” do poder em um contexto de produtividade, de criação, que viabiliza a existência de múltiplos efeitos.
Emancipação	A noção foucaultiana de emancipação, como governo de si e dos outros e condução das condutas, encontra-se na interseção de três temas: a liberdade, a subjetivação e o poder. A emancipação do sujeito acontece nas “relações de governo”: o modo como se configura o <i>ethos</i> do sujeito na condução das condutas – com maior ou menor liberdade – é definidor das práticas nas redes de poder, conhecimento e ética.

2.4 A INTERSECCIONALIDADE DO PODER E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A interseccionalidade tornou-se um tema bastante difundido nos círculos acadêmicos, nos movimentos sociais e nas discussões sobre políticas públicas: seja em livros ou cursos, no trabalho dos ativistas e dos representantes do funcionalismo público, nas mídias digitais e nos veículos de informação ou em discursos dos mais diversos atores sociais, o termo tem sido reivindicado e cada vez mais utilizado no desenvolvimento de projetos políticos e intelectuais (COLLINS; BILGE, 2021).

A emergência da interseccionalidade enquanto conceito é associada à advogada e teórica crítica da temática racial Kimberlé Crenshaw, que teria cunhado o termo para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe em um trabalho publicado em 1989, intitulado “*Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória, teoria feminista e política antirracista*” (HIRATA, 2014; KYRILLOS, 2020).

Segundo Crenshaw (1989) a teoria e a práxis no campo da antidiscriminação — especificamente as teorias feministas e as políticas antirracistas — apresentavam uma problemática: tratavam gênero e raça como categorias mutuamente exclusivas de análise. Isso culminou no apagamento, ou exclusão, das experiências das mulheres negras, visto que essas estruturas de análise de eixo único não refletem com precisão a interação raça-gênero. Tendo isso em vista, a interseccionalidade surge como uma forma de abraçar suas experiências e reivindicações.

Isto posto, Collins & Bilge (2021) discutem também em sua obra as complexidades da interseccionalidade, a começar pela heterogeneidade que caracteriza o entendimento e a utilização do termo, pois, de acordo com as pesquisadoras, são variadas e, muitas vezes contraditórias as visões das pessoas sobre o assunto. Entretanto, e para fins de elucidação, as autoras trazem uma definição genérica e amplamente aceita sobre o que se entende por interseccionalidade:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (p. 4).

Em termos gerais, a interseccionalidade expõe como as variantes raça, classe e gênero se sobrepõem nas relações de poder, funcionando de maneira unificada e moldando padrões de oportunidades — ou desvantagens — nos jogos sociais. As relações interseccionais de poder sustentam as desigualdades sociais e conectam-se à práticas organizacionais duráveis que atuam sob o guarda-chuva de quatro domínios de poder distintos, porém relacionados: o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal.

O *domínio estrutural* refere-se às estruturas fundamentais que permeiam nossa vida em sociedade, como os mercados de trabalho, instituições de ensino, sistema de saúde e moradia. Já o *domínio cultural* de poder é o campo em que são fabricadas — e disseminadas — narrativas como por exemplo o *fair play* (“jogo justo” ou “limpo”, em tradução livre) que sustenta a ideia de que cada indivíduo possui igual acesso às oportunidades nas instituições sociais, e que a competição entre pessoas e/ou grupos nos jogos sociais é justa, assim como os padrões resultantes dessas interações. O *domínio disciplinar* relaciona-se às regras e

regulamentos que são aplicados aos indivíduos tendo por base categorias como raça, sexualidade, gênero, classe, capacidade, nacionalidade etc. De acordo com as autoras, somos “disciplinados” para agir de uma certa maneira, para nos enquadrarmos ou ainda, desafiar o *status quo*. Dessa forma, as relações de poder interseccionais utilizam as categorias acima listadas para criar caminhos para o sucesso ou a marginalização, para incentivar ou coagir, para abrir estradas ou construir barreiras que levarão as pessoas aos destinos prescritos. Por fim, o *domínio interpessoal do poder* concerne ao modo como os indivíduos vivenciam a convergência dos três anteriores: poder estrutural, cultural e disciplinar. A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a determinado grupo pode colocar indivíduos em uma situação de maior vulnerabilidade à formas de opressão e preconceito, entretanto, como fazemos parte simultaneamente de diversos grupos sociais, nossa experiência individual, ou seja, a forma como vivenciamos esses preconceitos, podem ser bastante distintas. (COLLINS; BILGE, 2021).

Para Collins & Bilge (2021) a interseccionalidade funciona ainda como ferramenta analítica para a questão da desigualdade econômica e disparidade de riqueza, pois, de acordo com as autoras, a desigualdade social não se aplica igualmente às mulheres, às pessoas pretas, pessoas trans, pessoas com diferentes capacidades, populações sem documento ou ainda residentes de zonas rurais, que enfrentam barreiras que dificultam seu acesso à empregos seguros, bem remunerados e com benefícios, muitas vezes residem em áreas afetadas por ameaças ambientais e vêm de gerações familiares que se mantiveram pobres. A interseccionalidade, desse modo, compreende como as categorias de gênero, raça, classe, etnia e outras impactam a vida dos indivíduos, de forma que alguns grupos são mais vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam destas, fornecendo assim uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdades econômicas.

Nesse sentido, as autoras expõem como as diferentes políticas públicas dos Estados podem contribuir para reduzir — ou agravar — as desigualdades sociais. De um lado, as políticas de bem-estar social, baseadas nos princípios da social-democracia, têm por finalidade proteger os interesses dos cidadãos de ambos os sexos e, para isso, implicam a existência de uma democracia participativa. Nessa perspectiva, a pobreza, o desemprego, falta de moradia, discriminação de qualquer teor, problemas relacionados à educação e à saúde constituem ameaças que devem ser combatidas com ações e investimento do Estado visando o bem comum. Por outro lado, as políticas neoliberais possuem uma visão diferente do papel do

Estado na promoção do bem-estar comum: o neoliberalismo é pautado na ideia de que o mercado, por si só, é mais eficiente do que o governo na promoção de resultados econômicos justos. Suas políticas defendem a privatização de programas e instituições governamentais, redução do Estado de bem-estar social, menor regulamentação econômica e ênfase no individualismo. O neoliberalismo acredita que as empresas privadas, operando de acordo com as forças do mercado, podem oferecer serviços mais eficientes do que o setor público, e a assistência governamental aos grupos vulneráveis é considerada um gasto desnecessário. A ausência de regulamentações e entidades como sindicatos é vista como benéfica para a economia e a criação de empregos. Além disso, o neoliberalismo enfatiza a responsabilidade individual na resolução dos problemas sociais, reduzindo o valor do bem público.

Tendo em vista o supracitado, programas de distribuição condicionada de renda tais quais o Bolsa Família podem significar mais do que um complemento à renda familiar, atuando na ampliação dos níveis de emancipação das mulheres ao transformar relações, hábitos, condutas, reações, comportamentos, etc (MORTON, 2019). Ao ampliar o acesso da população em situação de pobreza aos serviços de educação, saúde e assistência social — ao mesmo tempo em que garantem a sobrevivência das famílias frente às privações básicas com um aporte financeiro regular — tais programas consideram a pobreza em sua multidimensionalidade, na contramão da visão economicista. Com isso, o benefício concedido pelo Programa Bolsa Família apresenta potencialidade para o desenvolvimento social e econômico das mulheres beneficiárias e de suas famílias, assim como a quebra do ciclo intergeracional de pobreza e práticas de liberdade.

Embora Foucault não se dedicasse à discussão das interseccionalidades, o modo como ele trata a questão do poder como construção histórica e político-social, dando ênfase à suas diversas configurações, nuances, fissuras, estranhamentos, abre espaço para que o tema da interseccionalidade coteje com sua analítica do poder.

3. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa é parte fundamental para a elaboração de um estudo científico, uma vez que a validade e o rigor dela derivadas permitem a integridade da pesquisa, e sua característica de replicabilidade colabora para o avanço do conhecimento compartilhado (VELUDO-DE-OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2012). Essa parte da escrita do projeto deve conter, segundo Carvalho et al., (2019) três elementos complementares e fundamentais: 1) o tipo de pesquisa ao qual o projeto está vinculado, 2) a abordagem teórica que será usada para a etapa da análise e 3) os procedimentos a serem feitos para se chegar aos objetivos propostos.

Na sequência o Quadro 2 faz uma representação visual das camadas da pesquisa que são detalhadas no subtópico seguinte.

Quadro 2: As camadas da pesquisa

Aspecto metodológico	Descrição
Filosofia da pesquisa	Paradigma interpretativista
Abordagem de pesquisa	Qualitativa
Estratégia de pesquisa	Pesquisa de campo
Fins da pesquisa	Descritiva
Recorte temporal	Transversal
Participantes da pesquisa	Mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família de comunidades vulneráveis da cidade de Florianópolis
Coleta de dados	Entrevistas semi-estruturadas Pesquisa documental
Análise e interpretação de dados	Análise de conteúdo e Triangulação de dados (pesquisa de campo, entrevistas, observação e documental)

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à abordagem, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, uma vez que propõe-se a estudar aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano, partindo de questões amplas que vão se definindo à medida em que o estudo é desenvolvido (GODOY, 1995, p. 58).

No estudo das relações sociais, a pesquisa qualitativa ganha relevância ao passo em que a pluralização das esferas de vida exige uma maior sensibilidade para o estudo empírico das questões que concernem aos indivíduos. Em meio aos novos contextos e perspectivas da sociedade moderna, o pesquisador é levado a aderir estratégias indutivas, e conceitos sensibilizantes, uma vez que as metodologias dedutivas tradicionais — que partem de hipóteses levantadas à priori, sendo então testadas em evidências empíricas — agora se mostram insuficientes devido à diferenciação dos objetos (FLICK, 2008).

Ao contrário de um mito ainda muito difundido, isto não significa que estes conceitos não sejam influenciados por um conhecimento teórico precedente. No entanto, na pesquisa qualitativa o pesquisador levanta suposições no decorrer da investigação, ou seja, as abstrações são construídas à medida em que os dados vão sendo coletados e agrupados (PESCE; ABREU, 2013).

Segundo Cardano (2017) pode-se destacar duas principais características da pesquisa qualitativa: 1) a utilização de uma forma de observação mais próxima e 2) a harmonização dos procedimentos de construção do dado às características do objeto ao qual se aplicam, ou seja, a submissão do método às peculiaridades do contexto empírico ao qual ele se aplica. Os estudos chamados qualitativos podem ainda ser caracterizados por analisar os objetos em seu ambiente natural, onde o instrumento fundamental de observação, seleção, análise e interpretação de dados é o próprio pesquisador; por reunirem múltiplas formas de coleta de dados, como entrevistas, observações, documentos e informações audiovisuais; pelo foco no significado que os participantes atribuem às suas questões; e pela visão holística do problema a ser pesquisado (CRESWELL, 2007; GODOY, 1995, p. 62).

Uma vez que o foco da pesquisa qualitativa está nas percepções e nas experiências dos participantes e na maneira como eles entendem e atribuem significados às suas vidas, a tentativa não é entender uma, mas múltiplas realidades. Dessa forma, o presente estudo se enquadra na abordagem aqui discutida pois visa compreender, a partir da perspectiva das mulheres ex beneficiárias de comunidades vulneráveis da cidade de Florianópolis, os impactos de uma política pública como o Bolsa Família nas relações de poder e nos níveis de emancipação das mesmas no âmbito familiar.

Para os propósitos deste trabalho, a escolha pela estratégia de pesquisa de campo pareceu adequada, visto que esta é utilizada com o objetivo de coletar informações e conhecimentos acerca de uma problemática para a qual buscamos resposta ou ainda, descobrir novos fenômenos e as relações entre eles. Este tipo de pesquisa consiste na observação de

fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados deles derivados e no registro de variáveis relevantes para posterior análise (PRODANOV; FREITAS, 2013).

As fases da pesquisa de campo envolvem 1) a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado, que servirá como ponto de partida para o entendimento do estado atual em que se encontra o problema, quais pesquisas já foram realizadas sobre o assunto e quais são as opiniões predominantes, 2) a definição das técnicas a serem empregadas na coleta de dados e na definição de amostra, que deve ser representativa o suficiente para apoiar as conclusões e 3) estabelecer as técnicas de registro dos dados, assim como as técnicas que serão utilizadas para a análise dos mesmos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto aos fins, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, tendo por objetivo o entendimento do fenômeno como um todo, em sua complexidade. Em uma pesquisa descritiva, o pesquisador apenas observa, registra, analisa e descreve os fatos observados, sem interferir nestes, visando descrever as características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (PRODANOV; FREITAS, 2013).

As descrições podem ser apresentadas com variados níveis de detalhe, mas uma descrição densa ou relatos altamente detalhados permitem aos leitores uma apreciação e compreensão mais aprofundada sobre o tema estudado. Quando bem sucedida, a pesquisa descritiva distancia-se da perspectiva do pesquisador, retratando ao invés disso pessoas, acontecimentos e ações dentro de seus contextos significativos (YIN, 2016).

Tendo em vista o supracitado, a presente pesquisa tem por objetivo final fornecer aos leitores uma descrição detalhada das mudanças percebidas pelas mulheres participantes nas dinâmicas das relações de poder vividas dentro do ambiente familiar a partir de sua inclusão em um programa de proteção social (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

O recorte temporal da pesquisa foi transversal, por uma questão prática do estudo, uma vez que não foi possível administrar uma coleta que envolvesse uma série histórica para o desenvolvimento de uma pesquisa de recorte longitudinal. Um estudo transversal, segundo Apollinário (2004, p. 151) “avalia a mesma variável numa única mensuração, em grupos diferentes de sujeitos”.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

O público selecionado para as entrevistas é composto por mulheres beneficiárias ou ex-beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes de algumas das comunidades do Maciço do Morro da Cruz, na cidade de Florianópolis, a saber: Mont Serrat, Serrinha e Alto da Caieira. A seleção e o primeiro contato com as mulheres entrevistadas foram feitos com o auxílio da diretoria e do departamento de assistência social de uma escola local, frequentada pelos filhos das participantes, a fim de garantir uma abordagem cuidadosa e em concordância com a LGPD (Lei Geral de Proteção aos Dados).

As entrevistas foram conduzidas face a face no próprio ambiente escolar, buscando proporcionar um espaço familiar e acolhedor para as mulheres durante o processo. Essa abordagem foi adotada com o objetivo de promover o conforto e a facilidade para as entrevistadas, garantindo que elas se sentissem à vontade para compartilhar suas experiências e perspectivas de forma aberta e confiante.

Ao selecionar o público, buscamos diversificar a amostra levando em consideração: 1) Estado civil; 2) Número de filhos; 3) Raça; 4) Escolaridade; 5) Profissão. Ao final, conseguimos a participação de 15 mulheres que concordaram em fazer parte da pesquisa. Para garantir a confidencialidade e a imparcialidade, optamos por não identificar as entrevistadas pelos seus nomes reais. Em vez disso, atribuímos a cada entrevistada um código, representado pelas letras "E" seguidas de um número (E1, E2, E3, etc.). Essa abordagem visa assegurar que as respostas e contribuições das participantes sejam tratadas com respeito e privacidade.

3.3 COLETA DE DADOS

Os "dados" em uma pesquisa referem-se a uma coleta de informações organizadas, das quais o pesquisador pode se servir nas diferentes etapas do trabalho. Em muitas pesquisas qualitativas, os pesquisadores coletam formas múltiplas de dados e dedicam um tempo considerável no ambiente natural reunindo informações (CRESWELL, 2007).

Os procedimentos de coleta na pesquisa qualitativa envolvem quatro tipos básicos, e estão dispostos no quadro 3 de acordo com as definições de Yin (2016), sendo eles: entrevistas; observação; coleta e exame; e sentimento.

Quadro 3: Procedimentos de coleta na pesquisa qualitativa

Método de coleta de dados	Tipos de dados ilustrativos	Exemplos de dados específicos
Entrevistas e conversas	Linguagem (verbal e corporal)	A explicação de outra pessoa para algum comportamento ou ação; uma recordação
Observação	Gestos das pessoas; interações sociais; ações; cenas e ambiente físico	Quantidade e natureza da coordenação entre duas pessoas; organizações espaciais
Coleta	Conteúdos: documentos pessoais, outros materiais impressos, elementos gráficos, registros arquivais e artefatos físicos	Títulos, textos, datas e cronologias; outras palavras escritas; entradas em um registro arquivado/documental
Sentimento	Sensações	Frio ou calor de um lugar; tempo percebido; interpretação do conforto ou desconforto de outras pessoas

Nas entrevistas, o pesquisador pode conduzir uma pesquisa face a face com as pessoas participantes, por telefone ou ainda realizar entrevistas com grupos focais. As entrevistas envolvem, de forma geral, poucas perguntas não-estruturadas e abertas, que pretendem extrair visões e opiniões dos participantes. Neste método de coleta de dados, a relação entre pesquisador e participante não segue um roteiro rígido, podendo o pesquisador adotar um comportamento ou conduta de acordo com o contexto e o ambiente da entrevista. O objetivo da entrevista é alcançar uma espécie de relacionamento social, para tanto, a entrevista deve ser conduzida de modo conversacional e de forma individualizada para com cada participante (YIN, 2016).

No presente estudo, as entrevistas foram conduzidas face a face a partir de um roteiro semi-estruturado, de forma a conduzir o participante a fornecer os dados necessários para a análise, mas dando a abertura necessária para que usem suas próprias palavras e sintam-se confortáveis para discutir os temas. As perguntas relativas ao roteiro de entrevista estão dispostas no Quadro 4 (abaixo), distribuídas de acordo com as categorias de análise propostas.

Quadro 4: Categorias de análise

Categoria de análise 1: Microfísica do poder
Pergunta 1: Naquele período do Bolsa Família, mudou algo no cotidiano da casa? Com o recebimento do benefício?

<p>Pergunta 2: Você trabalhava fora de casa de maneira formal (CLT) ou informal? O marido (companheiro), filhos ou parentes residentes no mesmo ambiente familiar trabalhavam? Isso impactava de forma hierárquica na casa?</p>
<p>Pergunta 3: Quem administrava o dinheiro da casa? Isso mudou a partir do recebimento do benefício? Qual (ou quais) eram os principais destinos deste dinheiro?</p>
<p>Categoria de análise 2: Poder-saber</p>
<p>Pergunta 1: Quem estudou por mais tempo em sua casa? Até qual série a senhora estudou? A senhora acredita que isso tem algum impacto sobre “quem manda na casa”, quem tem mais poder de decisão?</p>
<p>Pergunta 2: O que significa para você essa prioridade dada à mulher (mãe) da casa como titular do benefício Bolsa Família? Por que você acredita que o Programa priorize a mulher como gestora?</p>
<p>Pergunta 3: Quanto às condicionalidades do Programa: teve um maior acompanhamento do rendimento dos filhos na escola? A sua compreensão e da família acerca da saúde, importância da vacinação, acompanhamento pré-natal aumentou?</p>
<p>Categoria de análise 3: Poder relacional</p>
<p>Pergunta 1: A senhora percebeu alguma mudança na forma como se relacionava com as pessoas da comunidade após começar a receber o benefício? (Passou a frequentar o comércio local, o mercadinho, a quitanda, bancos, centro de assistência social...)</p>
<p>Pergunta 2: Na relação da senhora com a família, os parentes...como era a relação afetiva, havia diálogo, escuta, respeito antes do Bolsa Família? E depois do recebimento do benefício, algo mudou nessas relações?</p>
<p>Pergunta 3: Nos centros de assistência social (CRAS), como a senhora se sentia ao ser atendida? Como era o atendimento/seu relacionamento com os funcionários? A senhora se sentia constrangida pela condição de beneficiária de uma política social ou enxergava isso como um direito?</p>
<p>Categoria de análise 4: Positividade do poder</p>
<p>Pergunta 1: O que o recebimento do benefício tornou possível de realização para a senhora e para a família? (Produção material – deu pra comprar mais isso ou aquilo – produção simbólica – alívio, autoestima etc, Estudar, sair de um relacionamento/separação, recusar trabalhos precários, etc)</p>
<p>Pergunta 2: A senhora sofreu, em algum momento, o questionamento de sua autoridade como titular do benefício? Ocorreu algum caso de constrangimento/mal-estar/desconforto em decorrência do recebimento do benefício ou da utilização deste dinheiro?</p>
<p>Categoria de análise 5: Práticas de emancipação</p>
<p>Pergunta 1: À nível individual, a senhora percebeu alguma mudança após o recebimento do benefício? Como você (e a família) se sentiram com este dinheiro entrando regularmente todo mês? Isso afetou a maneira como a senhora se enxerga, novos comportamentos ou reações às situações do cotidiano? (mais autoestima, autoconfiança, alívio etc)</p>
<p>Pergunta 2: A senhora diria que o benefício modificou, de alguma forma, sua relação com seus familiares? (Maior poder de decisão em casa, mais respeito, se sentiu mais livre, mais autônoma, podendo participar mais ativamente nas decisões da casa, como está gerindo/conduzindo sua vida cotidianamente com relação a si mesma e todos que a cercam...)</p>
<p>Pergunta 3: As condicionalidades mudaram alguma coisa no dia a dia da senhora e/ou da família?</p>
<p>Pergunta 4 (Se ainda beneficiária): O que significaria hoje, para a senhora, parar de receber o auxílio? Que impactos isso traria para a sua vida e a vida da sua família?</p>

Pergunta 5: Você reconhece algum limite no Programa Bolsa Família? Se pudesse sugerir algum melhoramento, qual/quais seria/seriam?

Ainda de acordo com Yin (2016) a observação pode ser um modo valioso de coletar dados, pois o que o pesquisador vê com seus olhos e percebe com seus sentidos, não é filtrado pelo que os outros podem ter relatado a ele. Nesse sentido, as observações constituem uma espécie de dados básicos, que deverão ser valorizados na presente pesquisa.

Durante o processo de pesquisa, o pesquisador pode coletar documentos e arquivos, que podem ser de natureza pública (como jornais, relatórios oficiais e atas de reuniões) ou de natureza privada (como registros pessoais, cartas e e-mails). Uma outra categoria de dados qualitativos consiste em materiais que podem ter a forma de fotografia, objetos de arte, fitas de vídeo ou ainda qualquer tipo de som (CRESWELL, 2007).

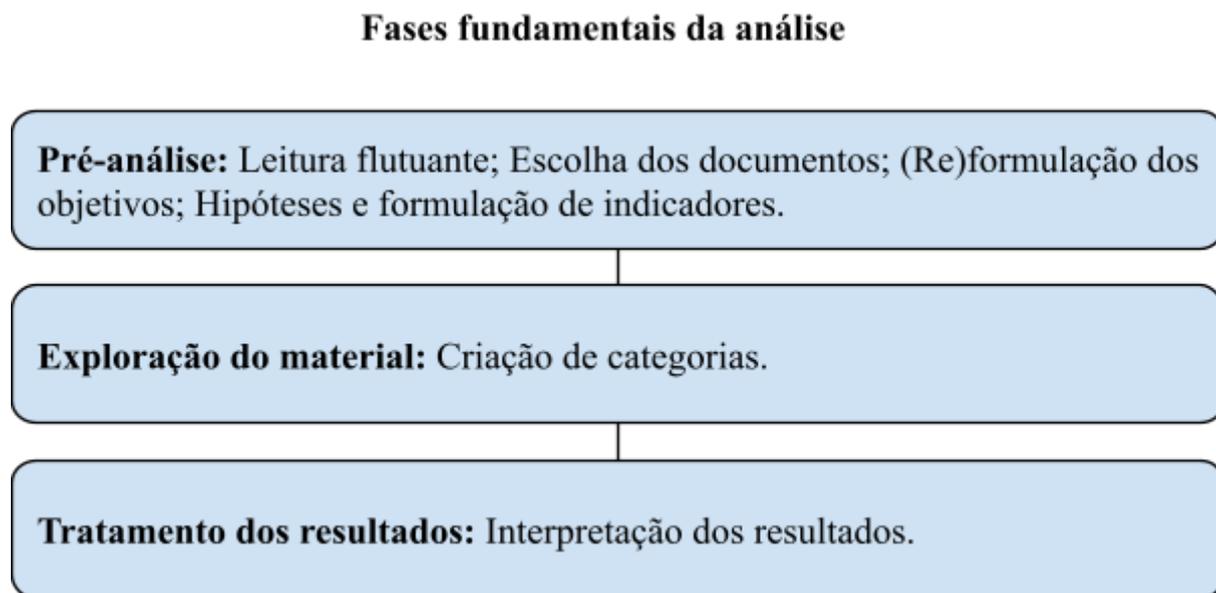
Os sentimentos, por sua vez, envolvem uma variedade de características dentro de nós que são potencialmente importantes em nossa pesquisa, e que não devemos ignorar. Podem representar nossas intuições e "pressentimentos" a respeito de determinada situação. Entretanto, tais sentimentos precisam sempre ser corroborados (ou questionados) por outros dados (YIN, 2016).

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A última etapa do delineamento metodológico é composta pela análise e interpretação dos dados coletados. Neste sentido, o tratamento dos dados nesta pesquisa ocorrerá por meio da análise de conteúdo e triangulação.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações; um instrumento que conta com diversos apetrechos e, por isso, é adaptável a um campo de aplicação muito vasto. Tudo o que é dito ou escrito é suscetível à análise de conteúdo. A técnica de análise de conteúdo possui três fases em uma pesquisa, detalhadas na figura 2: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A validade dos resultados obtidos é resultante da coerência interna entre essas fases e do rigor na organização da investigação (DE SOUZA; SANTOS, 2020).

Figura 3: As três fases da análise de conteúdo



Fonte: Elaborado pela autora.

Na Análise por Triangulação de Métodos é necessário realizar uma preparação do material coletado bem como realizar a articulação de três aspectos para proceder à análise de fato, o primeiro aspecto é relativo às informações concretas levantadas com a pesquisa, pode-se dar como exemplo os dados empíricos, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto abrange o estudo dos autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise do todo, analisando o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade estudada (MARCONDES; BRISOLA, 2018).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados, conforme detalhado no capítulo anterior, torna-se imperativo realizar uma análise mais aprofundada do material coletado, com o propósito de estabelecer relações com os conceitos apresentados no referencial teórico. Dessa maneira, será possível responder à pergunta de pesquisa e alcançar os objetivos geral e específicos delineados. Neste capítulo, apresentaremos uma interpretação minuciosa dos dados obtidos na pesquisa — resultado das entrevistas realizadas com as mulheres beneficiárias do Bolsa Família residentes das comunidades do Maciço do Morro da Cruz, na cidade de Florianópolis — com o intuito de evidenciar suas complexas interlocuções com a literatura discutida anteriormente.

A pesquisa foi conduzida com quinze entrevistadas, cuja média de idade é de 45 anos. A faixa etária das participantes variou entre 33 anos, representada pela mais jovem (E2), e 61 anos, representada pela mais velha (E5). Ao questioná-las sobre sua autodeclaração racial, a maioria se identificou como mulher negra/preta (E3, E4, E5, E7, E8, E9, E11 e E15), enquanto três se consideraram pardas (E1, E2 e E14) e quatro como brancas (E6 e E10, E12 e E13). Em relação à educação, observou-se que a maioria das mulheres não concluiu o Ensino Fundamental (E1, E2, E3, E5, E6, E7, E8, E10 e E15). Três declararam ter concluído a 8ª série (E12, E13 e E14), duas delas possuem o diploma de Ensino Médio (E4 e E9), enquanto uma está cursando o Ensino Superior (E11). Em relação ao número de filhos, houve diversidade entre as entrevistadas, variando de dois (E2, E6, E8, E9, E11 e E15) a oito filhos (E3). Quatro participantes possuem três filhos (E4, E12, E13 e E14), duas têm quatro filhos (E1 e E5) e duas possuem cinco filhos (E7 e E10). Quanto às ocupações, a maioria das mulheres exerciam (e ainda exercem) a profissão de diarista — sem qualquer vínculo CLT — com exceção da E7 e da E11, que declararam ser auxiliar de serviços gerais e auxiliar administrativo, respectivamente, e E12 e E13, que não mantiveram atividade laboral enquanto beneficiárias, tendo se autodeclarado “do lar”. Em relação ao estado civil, seis mulheres mencionaram serem casadas ou terem tido algum companheiro quando começaram a receber o benefício (E3, E4, E5, E7, E8 e E9), enquanto as outras oito se declararam mães solo (E1, E2, E6, E10, E11, E12, E13, E14 e E15).

Quadro 5: perfil das mulheres beneficiárias entrevistadas

Entrevistada	Idade	Estado Civil	Raça	Profissão	N. de filhos	Educação	Ano em que entrou no Programa
--------------	-------	--------------	------	-----------	--------------	----------	-------------------------------

E1	53	Mãe solo	Parda	Diarista	4	4a série	2004
E2	33	Mãe solo	Parda	“Bicos”	2	8a incompleta	2009
E3	47	Casada/ “juntada”	Negra	Diarista/manicure	8	7a série	2004
E4	46	Casada/ “juntada”	Negra	Diarista	3	Médio completo	2005
E5	61	Casada/outra casa	Negra	Diarista	4	4a série	2005
E6	35	Mãe solo	Branca	Diarista	2	5a série	2007
E7	40	Casada/ “juntada”	Negra	Aux. Serviços Gerais	5	7a série	2010
E8	46	Casada/ “juntada”	Negra	“Bicos”	2	7a série	2010
E9	50	Casada/ “juntada”	Negra	Diarista	2	Médio completo	2004
E10	44	Mãe solo	Branca	Diarista	5	5a série	2009
E11	34	Mãe solo	Negra	Aux. Adm	2	Superior incompleto	2010
E12	54	Mãe solo	Branca	“Do lar”	3	8 série	2004
E13	33	Mãe solo	Branca	“Do lar”	3	8 série	2006
E14	60	Mãe solo	Parda	Diarista	3	8 série	2009
E15	46	Mãe solo	Negra	Diarista	2	7a série	2009

As perguntas direcionadas às mulheres foram divididas em 5 grupos: no primeiro, buscou-se mapear a dinâmica do ambiente familiar (microfísica do poder) — quantas pessoas residiam na mesma casa, quantas delas trabalhavam, como era o dia a dia da família, e como, ou para quais fins, o dinheiro do benefício era utilizado. O segundo dizia respeito à escolaridade dos membros familiares, seu conhecimento acerca das condicionalidades do Programa e à percepção das mulheres sobre a importância da titularidade feminina do cartão do Bolsa Família (poder-saber). Um terceiro grupo de questões tinha por finalidade capturar possíveis mudanças na forma como as mulheres se relacionavam com a família e com a comunidade após o recebimento do benefício, assim como compreender como essas mulheres se sentiam em relação ao programa (poder relacional). Através das perguntas que compõem o quarto grupo, buscamos identificar os efeitos produzidos pelo benefício na vida das mulheres: ocorreram produções materiais, ou ainda, simbólicas? Ocorreu, em algum momento, o questionamento da autoridade da mulher na utilização deste dinheiro? (positividade do poder). Finalmente, o quinto e último grupo de perguntas se referia às práticas de emancipação percebidas pelas mulheres a partir do recebimento do benefício: mudanças a nível individual,

na condução das relações com a família e a comunidade, e na percepção de si mesmas como cidadãs.

Microfísica do poder

Conforme discutido no capítulo teórico, a “microfísica”, segundo a concepção foucaultiana, traduz-se na forma de se analisar o poder no âmbito das “moléculas”, ou seja, os micropoderes que compõem as estratégias de poder efetivadas pelos indivíduos em contextos microestruturais (DELEUZE, 2020). Nesse sentido, buscou-se inventariar, a partir das perguntas propostas na categoria 1, possíveis transformações ocorridas na dinâmica do ambiente familiar com o recebimento do benefício do Bolsa Família.

Com base nos resultados obtidos com a coleta de dados, observou-se que todas as entrevistadas relataram alguma mudança no dia a dia de suas casas após começarem a receber o benefício, especialmente no âmbito do consumo. As mudanças percebidas pelas mulheres foram “para melhor”, de acordo com as mesmas, visto que esse dinheiro transferido do governo federal para suas contas “ajudava” na complementação da renda familiar. Em alguns casos, o dinheiro do benefício era a principal fonte de renda da família, como relata E5:

Mudou, muda na verdade, né? É...bem na época eu tava desempregada, e meu marido só andava aí, por aí, e eu passando fome. Só incomodava. Ele usava droga. Então eu tinha que pegar o resto da feira, eu ganhava cesta básica na igreja...era bem difícil pra mim, daí quando eu pegava o dinheiro ajudava bastante, né? Quando chega o meu dia de pegar o dinheiro, meu Deus, eu já vou lá e eu passo no mercado...que eu ia na padaria e pedia pão, na padaria com os meus filhos eu ia pedir pão, depois passava lá na feira, quando tinha feira, e pedia o restinho de feira. Aí um moço, que muito que agradeço até hoje, aquele senhor que me dava as banana que ficava saída da penca, né? Eu levava tudo para casa e sustentava meus filhos, que era praticamente mais eu sozinha. Eu passei a maior parte da minha vida, mais sozinha do que com alguém. Então era eu e eu. Eu era mãe e pai dos meus filhos. Então eu tinha que achar o que comer, pelo menos, pra eles não passar fome. Então, é um dinheiro que meu Deus né!

Segundo Foucault (2010) o poder está disseminado por toda a estrutura social, inclusive, no âmbito das relações familiares. Historicamente, o modelo tradicional de família nuclear perpetuou uma divisão de papéis em que, geralmente, o homem era o responsável pelo sustento da casa, enquanto a mulher dedicava-se aos afazeres da vida doméstica. Essa divisão de papéis refletia não apenas uma distribuição de tarefas, mas também uma assimetria nas relações de poder, com o homem detendo mais autoridade e controle sobre as decisões

familiares; no entanto, observa-se que, desde meados do século XX é cada vez mais expressivo o número de mulheres que trabalham fora e contribuem com a renda da família (FLECK; WAGNER, 2003). Nesse sentido, com mais mulheres contribuindo financeiramente para o sustento da família, a dinâmica de poder dentro da gestão familiar também começou a mudar: percebe-se, na fala acima, que a mulher/mãe passa a ser a gestora do dinheiro e da vida cotidiana da família.

Conforme exposto por Mendes (2002) a manutenção feminina do lar não ocorre somente em contextos onde a mulher é sozinha, pela condição de viúva, mãe solo, ou em caso de divórcio, mas pode ocorrer também com a presença de um parceiro no domicílio. A chefia domiciliar feminina é uma realidade crescente nas mais diversas camadas sociais, no entanto, enquanto nas camadas mais privilegiadas esse fenômeno parece estar vinculado a níveis mais altos de educação e qualificação profissional das mulheres, na realidade das mulheres em situação de pobreza a situação de exclusão dos companheiros do mercado de trabalho, o baixo poder aquisitivo desses ou ainda, situações como a descrita por E5, as levam à cobrir as necessidades da família e do lar dentro das opções que lhes são apresentadas — em grande parte no mercado de trabalho informal, com condições e salários precários e a partir da gestão de recursos repassados por políticas públicas como o Bolsa Família.

Nesse sentido, todas as mulheres entrevistadas relataram mudanças positivas em suas rotinas com a entrada regular do dinheiro do benefício, como a possibilidade de ir mais vezes ao supermercado ou de fazer uma compra maior e com mais variedade de alimentos. O dinheiro do benefício, dessa forma, parece funcionar como uma importante ferramenta frente às primeiras privações, atuando na garantia do alimento e outros itens básicos para a sobrevivência não apenas das crianças, mas das próprias mulheres beneficiárias:

Quando eu comecei a receber eu trabalhava, né, na limpeza, e recebia um salário né. Daí eu recebia dia 6, recebia um salário e não dava, chegava lá pro final do mês já não tinha nada, né. Daí quando eu recebi o Bolsa Família já me ajudava muito, primeira coisa que eu fazia era ir pro mercado comprar, era fralda pra minha filha que tava com o que, 5...normalmente era leite, coisinhas que faltavam pra dentro de casa, né, pra ela e pra mim também (E4).

Olha, quando eu recebia eu ia direto pro mercado, com o dinheiro que me davam, eu não gastava esse dinheiro, já sobrava pra comprar roupa para as crianças né, que as crianças eram bem pequenas, comprava roupa, material pra eles...e o gás, quando faltava, eu sempre deixava um dinheirinho pra comprar o gás (E1).

De acordo com o relato das mulheres entrevistadas, os principais destinos do dinheiro do benefício eram voltados para suprir necessidades fundamentais da família. Esses recursos eram direcionados principalmente para a compra de alimentos, roupas das crianças, fraldas, fórmulas e outros itens essenciais para atender às demandas da primeira infância. Além disso, o auxílio também era utilizado para adquirir materiais escolares, remédios e até mesmo para cobrir despesas essenciais da casa, como o gás de cozinha e o pagamento das contas de água e luz. É importante ressaltar que todas as mulheres expressaram uma preocupação genuína em investir o valor recebido no bem-estar e cuidado de seus filhos, com frases como “tudo é pra eles né, somente pra eles” ou ainda “o dinheirinho é deles”:

Como eu e o meu esposo não trabalhava de carteira assinada né, então com esse benefício o que eu eu fazia: eu já comprava o material escolar, que antes a gente comprava com o nosso e aí veio esse dinheiro deles né, a roupa da minha filha mais moça, é com o dinheirinho também que ela recebe, então é pra eles, o dinheirinho é deles. Eu penso assim né, tem gente que pensa o contrário. É pra família? É. Mas poxa, se eu to recebendo porque o teu nome tá ali, tu é de menor, então é teu o dinheirinho. Ela agora comprou um livro pra ela, que precisava, porque a escola pediu pra comprar um livro pra eles lerem mesmo, em casa, nas férias, ela comprou com o dinheirinho dela. Ela pegou 50 reais e comprou com o dinheirinho dela o livro (E9).

Tal qual indica Foucault, as microfísicas de poder revelam mobilidades diversas. Como indicaram as falas de E4, E1 e E9, o benefício propiciou a aquisição de bens essenciais e, com isso, a inserção das famílias no jogo econômico-social da comunidade. Isto é, as mulheres são agora compradoras, consumidoras, gestoras do domicílio.

Como mencionado anteriormente, a maioria das mulheres entrevistadas trabalhavam como diaristas ou outras ocupações informais, sem o amparo da CLT, com exceção de E7 e E11. Ao analisarmos esses dados sob a ótica da interseccionalidade, percebemos como as categorias de gênero, classe e raça se cruzam e reproduzem padrões: as mulheres em situação de pobreza, majoritariamente negras e com baixa escolaridade, encontram-se marginalizadas socialmente e frequentemente enfrentam situações de empregos precários, caracterizadas pela falta de estabilidade, má remuneração e ausência de benefícios, para tentar garantir alguma fonte de renda para seu próprio sustento e de suas famílias (COLLINS & BILGE, 2021).

Apesar das tarefas domésticas serem socialmente colocadas como uma responsabilidade feminina, mesmo entre as mulheres as relações interseccionais de poder ficam evidentes: as mulheres das classes mais altas, geralmente brancas, podem se ocupar

menos com as tarefas domésticas. O uso do trabalho de mulheres pobres por famílias de níveis socioeconômicos mais altos permite revelar uma diferença entre as mulheres em relação ao trabalho doméstico, através de um sistema de “delegação”: não raro, é possível observar, de um lado, mulheres economicamente mais abastadas contratando mulheres pobres para assumirem em seu lugar as maçantes tarefas da casa, ficando responsáveis apenas pela sua fiscalização, e de outro, às mulheres pobres não resta alternativa a não ser vender sua força de trabalho, mesmo que sem o mínimo de direitos e muitas vezes expostas à situações degradantes (HIRATA, 2005; MACHADO; GIL, 2016; MELO, 2021). Muitas vezes, as situações de pouca valorização do trabalho não ficam evidentes nem para as próprias mulheres trabalhadoras, que enxergam comportamentos em desconformidade às leis trabalhistas com naturalidade, haja vista suas necessidades, como o caso de E6, que relata já ter trabalhado como diarista sem nenhuma remuneração em dinheiro por parte da empregadora, apenas em troca de cesta básica.

Eu trabalhava de faxina. Não é esse valor de hoje da faxina né, era bem pouco, às vezes eu nem trabalhava por dinheiro mas por cesta básica. No lugar dela me pagar ela me dava uma cesta básica, então era aquela coisa... não muito pelo dinheiro né, mas pelo alimento, pela ajuda assim né. Ela me ajudava e eu ajudava ela.

As microrrelações de poder podem revelar, no âmbito do trabalho, práticas de exploração. Políticas públicas como o Bolsa Família não resolvem essa situação. Contudo, podem figurar como uma alternativa para as mulheres saírem de situações de exploração e buscarem alternativas que melhor as valorizem no trabalho.

Assim como E6, todas as outras mulheres entrevistadas relataram não receber o suficiente de suas atividades laborais para suprir suas necessidades básicas e de suas famílias, contando assim com o dinheiro do benefício para preencher essa lacuna. Enquanto as mães solo relataram ser as únicas responsáveis pelo sustento de seus filhos, simbolizando, portanto, a autoridade máxima no ambiente familiar, as mulheres casadas afirmaram poder contar com o salário de seus maridos, que também trabalhavam informalmente, para compor a renda da família. Ao serem questionadas se isso impactava de forma “hierárquica” (utilizamos a expressão ‘alguém que queria mandar ou decidir mais nos assuntos da casa’, para melhor clareza) na gestão da casa, as respostas foram diversas.

Para E8, o fato de seu companheiro possuir um salário maior que o dela parecia motivá-lo a reivindicar uma certa autoridade nas decisões familiares. Nas palavras dela: “Às vezes tem isso né, falam assim: ah eu que trago o dinheiro pra dentro de casa então eu que

mando aqui”. De maneira semelhante, E4 descreve que, em sua casa, tanto ela quanto o marido trabalhavam com “bicos” (empregos informais), porém, os ganhos do marido eram superiores aos dela. Tal discrepância de renda também parecia impactar de forma hierárquica nas relações de poder intrafamiliares:

Olha, até esse último aí, último marido...ele queria dizer “ah porque eu pago as contas, eu que trago as coisas pra dentro de casa”, ou “ah porque as tuas filhas não sei o que” — porque as minhas filhas não são dele, né — eu até falei “olha, ainda bem que ainda tem o bolsa família, que pelo menos uma coisinha no final do mês, uma renda, eu vou ter”, e ainda tem às vezes da lotérica que eu trabalho, que é cada 15 dias também, então duas coisinhas assim pelo menos eu tenho. Então não 100%, mas um pouquinho, uma gotinha de liberdade, de onde tirar tem. Uma sky que eu não ia poder pagar, ia ficar sem. Pra comprar um pão, um arroz, eu já consigo comprar também. (E4).

Em contraste, E3, E7 e E9 relatam que, mesmo que a renda dos maridos fosse superior à delas, prevalecia um ambiente de consenso e diálogo na administração das questões familiares e do orçamento doméstico:

Ele sempre recebeu mais do que eu, mas a gente sempre foi bem de boa sobre isso, a gente sempre foi um casal bem unido, que pensa junto, sabe assim...tem a hora certa do gasto, a gente conversa, combina, senta, é assim, é assado...a gente sempre se entende nesse sentido (E3).

A gente sempre conversou onde vai gastar, onde não vai, o que vai comprar, o que não precisa...a gente sempre conversou sobre... (E7).

Para além da realidade das mães solo e das mulheres casadas, foi possível averiguar ainda outras configurações familiares que ilustram as diferentes dinâmicas das relações de poder na gestão familiar. É comum que, com a não participação do homem quanto à responsabilidade afetiva e/ou financeira para com os filhos, as mães solo recorram ao auxílio de parentes próximos em busca de algum apoio temporário ou ainda, alguém para partilhar as despesas. Dessa forma, as famílias monoparentais (aqui descritas como arranjos compostos por mãe e filhos) podem apresentar variadas configurações, inclusive com parentes/agregados, como é o caso de E6, que após separar-se do ex marido, passou a residir com a filha na casa da mãe e do padrasto:

Quando eu me separei do meu primeiro marido eu tava grávida, aí eu fui morar com a minha mãe, e depois que eu tive ela (a filha) que eu comecei a receber né (o benefício). Aí eu ajudava a minha mãe dentro de casa. Mas depois eu aluguei uma casa pra mim, porque...com filho né, morar junto...e minha mãe tinha o marido dela também, porque assim, ele trabalhava de carteira assinada né, então, pra ele não

importava se eu tinha filho ou não, tinha que ajudar. A maneira era ajudar com alguma coisa porque eu tava na casa. Não muito a minha mãe, mas a minha mãe era um pouco assim também né. Porque quando eu não ajudava era aquela coisa né, era piadinha, era cara feia...e depois quando eu fui receber que mudou, e aí eu saí de casa.

De forma similar, E11 relata ter residido com o único filho (à época) na casa de uma tia, em busca de suporte em um momento de vulnerabilidade.

Bom, ela já tinha a casa, era o espaço dela, ela tava me cedendo, ela tava me dando um suporte na verdade, né. Então eu cheguei mais pra somar, então eu vivia na obrigação de ajudar com as despesas da casa, nada mais justo né, porque antes ela era sozinha, então ela era sozinha pra tomar conta dela sozinha, aí chegou uma adulta com mais uma criança. Então no início ela que sustentava a gente, e depois quando eu comecei a ter mais autonomia, comecei a trabalhar, a receber o benefício, foi que eu comecei a ajudar. Nesse caso, assim, em relações de poder ela tinha muito mais que eu, porque ela não precisava de mim, eu que precisava dela. Então às vezes ela queria mandar em mim (risos), com certeza, super natural. Territorialista era ela. Foi bem complicado mas deu tudo certo (risos).

Tais relatos evidenciam uma realidade contrastante entre as mães solo e as mulheres casadas no que diz respeito ao sustento familiar. Enquanto as mães solo enfrentam a responsabilidade de prover todas as necessidades financeiras de seus filhos, as mulheres casadas — e aquelas que residem com outros parentes — contam com uma contribuição adicional proveniente dos salários de seus companheiros/familiares, ainda que sejam obtidos de maneira informal. Conforme dito no capítulo teórico, embora a microfísica possa ser cambiante, e os papéis dos sujeitos revelem mobilidades, essa diferença na dinâmica financeira inevitavelmente afeta a gestão da casa, mas de maneira "hierárquica", ou seja, com uma distribuição diferenciada de responsabilidades e decisões no lar. Nas famílias em que a mulher é a única provedora, ela geralmente assume o papel predominante na tomada de decisões e organização das atividades domésticas. Por outro lado, nos lares onde ambos contribuem para a renda familiar, é mais comum que as decisões sejam compartilhadas ou ainda, que aqueles que contribuem com um valor maior (em geral, os homens ou parentes mais experientes) exerçam mais poder, na forma de capacidade de decisão, nas relações intersubjetivas.

Nesse sentido, a renda proveniente do Bolsa Família parece impactar na dinâmica das relações de poder intrafamiliares, descentralizando ou, até mesmo, invertendo papéis de liderança no ambiente doméstico. Ter uma fonte de renda própria permite às mulheres maior autonomia financeira e, conseqüentemente, mais voz nas decisões relacionadas a aspectos

importantes para a família. Além disso, os recursos do Programa atuam de forma a reduzir a dependência financeira da mulher em relação ao parceiro ou outros membros da família. Isso pode ajudar a diminuir desequilíbrios de poder que podem surgir devido à dependência econômica, tornando as relações mais equitativas e colaborativas.

Quanto à administração da renda familiar, constatamos que, na realidade das mães solo (E1, E2, E6, E10 e E11) elas são as únicas responsáveis pela gestão do dinheiro recebido pelo exercício de atividades remuneradas e do benefício do Programa Bolsa Família. Nesse contexto, buscamos compreender como se dá essa dinâmica específica nas situações em que as mulheres possuem um companheiro/cônjuge (E3, E4, E5, E7, E8 e E9).

Mesmo com os companheiros, em geral, recebendo salários mais elevados, nota-se uma tendência entre as mulheres (mães) da família de assumirem a responsabilidade pela organização financeira e gerenciamento das contas domésticas. Esse fenômeno parece estar relacionado ao *saber* da mulher em relação à gestão de recursos voltada para necessidades da casa e dos filhos, conforme será discutido no próximo tópico. Nesse contexto, E4, E5, E8 e E9 declararam ser as administradoras do dinheiro da casa.

Olha, eu como sou diarista, eu ganhava sempre menos né, então, ele tinha o salário dele e falava “ó, pega isso aqui pra ti (pra mim não, pra casa né), e paga o que tem que pagar”, aí ele ia lá, me dava tanto, daí eu já sabia o que eu tinha que fazer (E4).

Enquanto E7 declarou administrar as contas em conjunto com o marido, E3 representa uma exceção entre as mulheres entrevistadas, relatando ser o marido o responsável pela administração da renda familiar:

Na verdade, quem sempre cuidou de tudo da administração da casa foi sempre meu marido. Que ele era da contabilidade, ele mesmo recebia...aí ele já ia lá e já pagava as contas, aí no final a gente ia junto e fazia as compras, entendesse, mas ele que pagava as contas, luz, água, telefone...já recebia, já ia ali e já pagava...aí chegava final de semana a gente ia lá e já fazia as compras do mês da casa, entendesse.

A declaração de E3 demonstra que, por trás da responsabilidade do marido em relação à administração do dinheiro/contas da casa, existe uma forma de saber que parece o legitimar para desempenhar essa função: o *saber* acadêmico e profissional, pois, de acordo com a mesma, “*ele era da contabilidade*”. Enquanto a questão da escolaridade parece impactar mais diretamente o arranjo da gestão financeira familiar de E3, buscamos compreender a relevância

do saber científico — e de outras formas de saber — na experiência das outras mulheres entrevistadas.

Como verificado, as microrrelações nos trazem que, frente a uma realidade social bastante desafiadora, as mulheres reagem como gestoras da família com protagonismo nas relações de poder. Para tanto, os recursos do Bolsa Família foram estratégicos e decisivos na materialização dessa potência feminina.

Poder-saber

Para Foucault (1999), o conceito de saber não se reduz tão somente ao conhecimento científico, mas a um conjunto ordenado de práticas discursivas e não discursivas que exercem função nas relações de poder. O conceito de “poder-saber”, portanto, refere-se à forma como o poder está intrinsecamente ligado ao conhecimento (entendido no sentido amplo) e como o conhecimento é utilizado como uma ferramenta de exercício do poder (FOUCAULT, 2021). Em vista disso, buscamos, através da categoria 2, investigar possíveis efeitos de poder relacionados ao saber na realidade das mulheres entrevistadas.

Ao serem questionadas se o nível de educação/escolaridade das entrevistadas e de seus familiares impactava de forma hierárquica na casa, a resposta foi unânime: nenhuma das entrevistadas reconheceu nos estudos um fator definidor de autoridade em seus lares. Dentre as mães solo, notou-se com a fala das entrevistadas a afirmação da mãe, única figura cuidadora e provedora conhecida, como autoridade máxima do lar, ainda que os filhos fossem maiores de idade e tenham avançado mais nos estudos, como é o caso de E1, E6, E10 e E12. Embora muitas mulheres não tenham mais escolaridade formal que os filhos, as suas posições destacadas nas relações de poder da família ficam evidentes.

A disparidade na escolaridade entre mulheres pobres e outros grupos são diversas e podem ser atribuídas a uma combinação de fatores complexos e interligados, dentre eles, o acesso à educação, pois mulheres de comunidades empobrecidas e/ou áreas rurais podem enfrentar maiores dificuldades para acessar uma educação de qualidade; questões econômicas, pois famílias em situação de pobreza muitas vezes enfrentam dificuldades financeiras que culminam na necessidade das crianças buscarem atividades laborais precocemente para ajudar na renda familiar; a gravidez na adolescência e a própria maternidade, pois frequentemente as mães não contam com uma rede de apoio e precisam arcar sozinhas com as responsabilidades

familiares, não conseguindo conciliar trabalho, o cuidado da casa e dos filhos e os estudos (MUTIA, 2013; ORUKO et al., 2015), como relata E11:

Naquela época eu também tinha conseguido bolsa, que eu sou bolsista do PROUNI né, sou 100%, e eu só não consegui concluir os estudos naquela época porque o meu filho mais velho era pequenininho, e eu até tinha o apoio da minha tia mas ela não tinha como cuidar dele, então ela já fazia muito me acolhendo na casa dela, e o pai sempre foi ausente, aí eu tive que escolher entre ser mãe, né, e trabalhar fora. O estudo, infelizmente, naquela época não deu pra concluir, porque eu tava ficando muito ausente. Então eu me culpei, eu me cobrei por isso, e acabei trancando a faculdade na época. É a realidade de muitas que tentam estudar...conciliar a vida. Eu me vi muito sozinha, e o meu filho, ele começou a tipo...uma senhora cuidou dele na época, ele não queria comer, ele não deixava dar banho nele, ficava triste sentadinho sem querer interagir...aí eu fiquei pensando “poxa, meu filho é mais importante agora, o estudo pode esperar”. Óbvio que estudo ia agregar muito mais, se eu tivesse formada hoje eu ia ter uma condição de vida bem melhor, um salário melhor...mas naquela época eu tive que escolher entre ser mãe e estudar. E eu pensei “não, eu vou optar pela maternidade agora né, já que ele não escolheu vir agora”.

Ainda, pode-se destacar como um dos motivos do abandono escolar por meninas e mulheres pobres a falta de apoio e incentivo familiar, relacionados ao contexto social em que estão inseridas (BINSTOCK; NASLUND-HADLEY, 2013), como é o caso de E1:

Eu não tive a chance de estudar, meu pai não deixava eu estudar, que era no interior...eu queria dar estudo para as minhas filhas, pros meus filhos...até um menino morreu, ele era doente sabe, ele tinha 25 anos, e o meu filho mais novo já tá casado e mora sozinho. Só mora eu e a (nome da filha), que a outra também alugou apartamento com uma amiga, foi embora...mas eu também dei estudo pra ela. Ela tirou o terceiro ano aqui no colégio...todos estudaram aqui, e todos se formaram aqui e daqui saíram (E1).

Nesse sentido, a assiduidade das crianças e adolescentes na escola faz parte de uma característica importante a ser observada no Programa Bolsa Família: as condicionalidades. A cada dois anos, as mulheres deveriam se apresentar ao Centro de Assistência Social de sua região para atualização do cadastro, mas a manutenção do benefício só acontecia mediante a comprovação trimestral da frequência escolar dos filhos e a apresentação da carteira de vacinação das crianças no posto de saúde.

Mesmo tendo o cadastro ele era renovado só depois de dois anos. Porém, existia uma regra trimestral, que tinha que ir no posto de saúde levar a carteira de vacina pra ver se tava em dia, e o comprovante escolar pra saber se a criança tava matriculada e frequentando a escola. Então existia sim um acompanhamento. A gente recebia uma

cartinha ou o agente de saúde mesmo comunicava “olha, esse mês tem que renovar os dados, ver se a vacina tá em dia e se teu filho tá frequentando a escola”. Então existia esse acompanhamento e eu achava bem legal (E11).

A cada 2 anos a gente vai pra atualizar, levar o atestado de frequência da criança...como o meu neto mora comigo eu levo o atestado de frequência do meu neto, né, carteira de vacinação, tudo...tem que tá tudo em dia. Se não tiver tu já é cortado do benefício (E1)

Pode-se afirmar, portanto, que no contexto do Programa Bolsa Família, as condicionalidades representam uma forma de poder relacionado ao saber: pois o acesso e a manutenção do benefício estão condicionados ao cumprimento de determinadas regras e requisitos, como a frequência escolar das crianças e a apresentação da carteira de vacinação no posto de saúde. O conhecimento sobre a situação escolar e de saúde das crianças torna-se uma ferramenta de controle e regulação do benefício, ao mesmo tempo em que também molda o comportamento das famílias em busca da continuidade do auxílio financeiro.

Ao serem questionadas se houve maior acompanhamento da situação dos filhos nas atividades escolares, ou em relação à saúde da família — em especial a nutrição e a vacinação das crianças — a resposta das mulheres foi de que sempre houve essa preocupação, mesmo antes do recebimento do benefício. Frases como “eu sempre fui responsável” ou “eu sou uma mãe bem presente” foram recorrentes nas falas das entrevistadas:

Olha, eu nunca precisei do benefício pra ser responsável nessa parte...”ah, tem que levar teu filho pra vacinar” ou “ah teu filho tem que tá na escola”, eu sempre fui bem ligada...toda vacinação em dia, escola só faltar mesmo quanto é extremamente urgência né, pra mim então não faz diferença sabe, pra mim eles sempre tem que vir na escola, e sempre passaram pelo médico (E2).

Olha, eu pelo menos, sou muito chata com meus filhos. Vacina dos meus filhos tão tudo em dia. Eu tenho a carteira de vacina do de 30 anos guardada, tem tudo. De todos os filhos guardada. To sempre ali em cima, é consulta, é vacina, é isso...eles não deixam de tomar nada. Até o de 16, o de 14, tudo. Tudo bonitinho, tudo certinho. E na escola eu sou uma mãe chata, eu to sempre em cima, em venho sempre falar com a professora, converso, to sempre em cima. Eu sou uma mãe bem presente (E3).

O fato da coleta de dados ter sido realizada, predominantemente, na escola local, reflete essa preocupação e o compromisso das mulheres entrevistadas em relação às condicionalidades. Observou-se, ainda, no caso da Escola Social Marista, que para além de uma “obrigação”, a escola funciona como uma rede de apoio às mães que possuem os filhos matriculados na instituição, pois a oferta de atividades de contraturno e todas as refeições no

local alivia algumas das preocupações das mulheres em relação ao bem-estar de seus filhos e à organização e planejamento de seu tempo.

Outro dado interessante que pode ser extraído a partir das falas das entrevistadas é a percepção de que, mesmo entre as mulheres em situação de pobreza, parece existir a construção de uma fronteira simbólica — como percebido por Marin (2017) em seu estudo sobre o Bolsa Família, questões de gênero e moralidades — entre “boas mães”, beneficiárias legítimas e merecedoras, responsáveis, cuidadoras, solidárias, e “mães ruins”, beneficiárias ilegítimas e aproveitadoras, irresponsáveis, desleixadas, egoístas e acomodadas, o que acaba por gerar tensões valorativas de gênero.

Ah isso ajuda, porque eu nunca deixei de dar vacina pras minhas filha né, até hoje eu levo no médico, mas tem mãe acho que esquece né, só levam os filho no postinho quando realmente tá doente, mas isso é bem legal, porque a mãe que não tem aquele costume de levar no médico, mesmo que não tenha nada, mas pra ver como que tá né. A vacina mesmo que tem muitas mães aí...uma vez eu levei minhas filhas pra tomar vacina, uma outra criança tomou 13 de uma vez porque tava atrasada, então é muito importante isso aí de eles cortar e só depois com tudo certinho devolver. É bem bom isso aí, porque ativa mais a mulher né, a mãe assim, que não tem muita responsabilidade (E6).

Eu já era assim né, sozinha, mas eu acho que pra muitas pessoas é bom. Nós pesava na pastoral da criança na época...eu acho que é muito bom. Eu acho que devia ser mais certinho ainda por causa da vacina, que algumas mães às vezes são muito relaxada. Mas agora tão vindo né, que o governo botou, tem que tá vacinada, certinho, se não o governo corta (o benefício). A carteira de vacinação tem que tá em dia, das criança, o peso né, direitinho, e na escola. Agora parece que eu percebi que as pessoas tão mandando mais os filho pro colégio (E5).

Através das condicionalidades, o Bolsa Família parece desempenhar, portanto, um importante papel na vida das crianças e jovens das famílias beneficiárias, atuando não somente para aliviar a pobreza no curto prazo, mas também na promoção do desenvolvimento humano e social a longo prazo. Ao vincular a manutenção do benefício às condicionalidades, o Programa incentiva a participação ativa das famílias no cuidado da saúde e educação de seus membros mais jovens, e o resultado é um impacto positivo que fortalece a escolarização, o desenvolvimento saudável e o aumento das chances de um futuro melhor e com mais oportunidades como indicam E1, E4, E5 e E8.

Foi verificado, no entanto, que a responsabilidade sobre os cuidados da saúde e educação dos filhos recai, quase exclusivamente, sobre as mulheres/mães da família, independente da configuração familiar, não apenas porque historicamente lhes foram impostas

as atribuições domésticas que compõem a vida privada, mas também pelo fato de serem elas as titulares do benefício, o que implica no compromisso de atender às exigências do programa. Por outro lado, Garcia (2006) argumenta que, em termos éticos, não há outra escolha possível, tendo em vista que a ausência da “maternagem”, nesses casos, pode significar maior ganho ou perda de qualidade de vida. Por essa razão, Suárez e Libardoni (2007) atestam que a preferência dada às mulheres como titulares no Programa torna-se altamente legítima, pois visa fortalecer a condição social daquelas que, por orientação cultural e subjetividade individual, estão posicionadas da maneira mais adequada para a gestão da renda familiar.

É a mulher que cuida normalmente de tudo. Eu acredito nisso. Pelo menos na minha parte eu que sempre fiquei com as crianças, eu que sempre tive que cuidar, eu que sempre participei de reunião...se acontece alguma coisa sou eu, se tem que comprar alguma coisa sempre sou eu...“ah tem que fazer alguma coisa”, “então vai com a tua mãe que a mãe vai resolver”. Então, tem que ser a mãe. Agora no final do mês tem que comprar umas coisinhas pras minhas filhas, vou esperar o bolsa família pra comprar o que precisa pra elas. Né, sempre pensando nelas. Nelas ou alguma coisa pra dentro de casa, até pro netinho também, que agora também virou o quarto filho né. Até a minha filha tem ciúme, quer dizer, quer tá junto ali, que hoje eu dou mais atenção pra de 13, a de 8, e ele. Daí ela, a de 20, quer que também compre coisa pra ela. Que ela trabalha, tudo, mas acha que também tem que tá comprando as coisa pra ela. Não deu certo lá com o pai dela e ela também mora comigo. Daí compra uma coxinha pros 3 e tem que comprar pra ela também. É sempre assim, tem que comprar pros 4, porque ela sempre pergunta “não comprou pra mim, mãe?” (E4).

Todas as entrevistadas afirmaram reconhecer a importância da titularidade feminina do cartão do Bolsa Família, e a justificativa foi, invariavelmente, de que a mulher pensa mais nos filhos e sabe administrar melhor a renda em prol da família. Algumas das mulheres inclusive afirmaram que se o benefício fosse destinado aos homens eles usariam para beber, jogar ou até mesmo “sair com outras mulheres”, enquanto a mãe vai priorizar comprar o leite, pão e fraldas, para citar alguns exemplos. Nesse sentido, as entrevistadas parecem concordar que a razão da escolha da mulher como titular do benefício pelo Programa está, sobretudo, relacionada ao *saber*, nesse caso, o *saber local*, o saber da mãe: o conhecimento da mulher acerca das necessidades de seus filhos e do que é melhor para eles.

Cabe acrescentar que a constatação de que a mulher é melhor gestora e, assim, consegue identificar as demandas familiares mais urgentes, revela uma dimensão ética nessa prática feminina do poder. Isto é, valores como a garantia das condições materiais básicas e a melhor saúde e educação (condicionalidades) dos filhos são orientados pela busca da melhor vida possível para suas famílias. Nesse sentido, afirmam E1, E2 e E5:

Escolhe a mãe porque a mãe é pra tudo né. A mãe sabe o que o filho precisa, no que gastar o dinheiro, o que precisa comprar...se dá pro pai, capaz de ter pai que nem chega em casa né, vai pro bar jogar...então eu acho que por isso que eles escolheram a mulher (E1).

Eu acho que a mulher tem mais cabeça, mãe é mãe, né? Ela vai pensar unicamente nos filhos né. É o que eu penso, eu acho que o homem não pensaria tanto assim, pegaria o dinheiro e iria fazer outras coisas. A mãe não é assim...geralmente, todas que eu conheço, é pra levar de comer pros filhos né (E2).

Porque de repente as mulheres administram melhor. As mulheres já pegam o dinheirinho, já vão comprar comida se tiver faltando, e eles vão comprar cerveja ou outras coisa pior né...acho que se for uma verdadeira mãe é assim que funciona. A mulher pensa mais na família, nos filho...nos neto também, eu é filho, é neto, tem que ajudar todo mundo. Eu ajudo todos (E5).

Embora a dedicação e a habilidade das mulheres no que tange ao cuidado dos filhos e administração dos recursos sejam indiscutíveis, é importante ressaltar que tal sobrecarga de responsabilidades reflete as desigualdades de gênero existentes na sociedade, pois ainda que as mulheres estejam cada vez mais inseridas no mercado de trabalho — formal ou informal — as desigualdades entre homens e mulheres permanecem dentro do contexto familiar. As mulheres são, em grande medida, as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e afazeres domésticos, o que aliado ao exercício de atividades laborais resulta em uma dupla e cansativa jornada de trabalho que pode limitar o acesso das mulheres a oportunidades de educação e empregos melhores, restringindo suas opções e aumentando sua dependência em relação aos parceiros, perpetuando as relações desiguais de poder no ambiente familiar (SILVA; GATTO E COSTA, 2022).

Nesse sentido, uma percepção interessante foi relatada por E3, que enxerga a iniciativa da política social como uma forma de respeito à mulher, por assumir, de maneira geral, maiores responsabilidades familiares, conforme destacado: “Eu acredito que seja por respeito à mulher, não sei, por ser a mulher que tá sempre junto com os filhos, ela que cuida, ela que muitas vezes não trabalha fora pra se dedicar aos filhos”. Ou seja, de certo modo, o Bolsa Família identifica o protagonismo feminino ao reconhecer a mulher como gestora qualificada para gerir o auxílio. Outro termo relevante aparece na fala de E7, que citou a “proteção às mulheres” como uma possível justificativa para a escolha da titularidade feminina pelo Programa.

Olha, eu acho que eles escolhem mais as mulheres por causa da proteção entre as mulheres mesmo. O governo mesmo, em si, mais pelas mulheres. Porque às vezes acontece o que, vamos supor assim: mesmo a gente tando casada né, vai que separa,

alguma coisa...então tu fica com as criança. Então eu acho que foi isso que pensaram na mulher, mais por causa disso. Sabe, eu acho que foi bem isso.

Em resumo, as mulheres entrevistadas declararam considerar “justa” a titularidade feminina do Bolsa Família, haja vista que, na realidade descrita pelas beneficiárias, a mãe é quem fica à frente de tudo, sabendo como gerenciar melhor os recursos em prol da família. Nesse sentido, parece haver um consenso entre o desenho do programa e as beneficiárias, destacando-se a importância da mulher na gestão familiar. Como experiência social em famílias vulneráveis, o poder-saber indicou que a educação formal das mulheres - por vezes inferior aos demais membros das famílias - não reduz o seu protagonismo nas relações de força familiares. Aliás, são elas as responsáveis por garantir que as condicionalidades se efetivem no cotidiano familiar.

Poder-relacional

O poder funciona, conforme descrito por Foucault (1995), de maneira relacional: é a expressão de uma relação de forças dentro dos jogos sociais. As relações de poder, nesse sentido, são um conjunto de ações que têm por objetivo agir sobre as ações do outro, que operam em um campo de possibilidades (2021). Ao entender o poder como uma rede complexa de relações em constante movimento, é possível compreender como a titularidade do benefício do Bolsa Família pode desencadear mudanças significativas na dinâmica familiar e comunitária da vida das mulheres beneficiárias. Essas mudanças não devem ser vistas como algo unilateral ou determinado, mas como um processo em que diversas forças e interesses interagem, criando um cenário em constante evolução. Nesse sentido, através da categoria de análise 3, buscou-se inventariar possíveis transformações ocorridas no âmbito do poder-relacional entre as mulheres beneficiárias do Bolsa Família, seus núcleos familiares e as pessoas da comunidade em que vivem.

Em um primeiro momento, as mulheres entrevistadas declararam não terem percebido mudanças relevantes no âmbito de seus relacionamentos com sua entrada no Programa, quer seja com a família ou a comunidade em que residem. No entanto, sabe-se que essas mudanças ocorrem de maneira muito sutil e, por vezes, podem passar despercebidas. Nesse sentido, as perguntas foram reformuladas algumas vezes durante as entrevistas, visando capturar pequenas, porém importantes, transformações no campo relacional.

Em grande medida, foi observada pelas mulheres uma “maior movimentação” em suas vidas na esfera pública: para E5 e E11, o simples fato de poder sair de casa para receber o benefício, encontrar com os vizinhos na fila do supermercado ou na feira, gerava uma maior interação e, conseqüentemente, maior integração com a comunidade. Notou-se, também, com os relatos de E1, E2 e E6, que algumas das entrevistadas passaram a frequentar o banco apenas com o recebimento do benefício, pois a tendência entre os empregos informais é o pagamento em espécie. O dinheiro do benefício, nesse aspecto, cumpre com funções comunicativas, como já discutido por Rego e Pinzani (2014), pois acaba promovendo maior circulação dessas mulheres nos ambientes públicos de convivência. Essas experiências, por sua vez, parecem influenciar como essas mulheres se sentem inseridas na sociedade, à medida que são vistas e reconhecidas, e nas suas possibilidades de agir e se afirmar como sujeitos.

Outro ponto interessante levantado pelas entrevistadas foi a possibilidade de “comprar fiado” nos comércios locais. Para E6, o recebimento do benefício impacta na confiança dos comerciantes e das pessoas da localidade: “tem uma pessoa que quando eu cheguei aqui, até hoje, ele me vende fiado, se eu precisar. Eu digo pra ele, tal data — que eu sei que naquela data eu vou ter — eu te pago, que é quando eu recebo o bolsa família né”. Nesse contexto, o poder-relacional se apresenta na forma como a mulher estabelece laços sociais com os comerciantes locais, obtendo crédito e confiança, e na sua capacidade de negociar prazos e acordos de pagamento. O benefício do Bolsa Família, como uma fonte regular de renda, possibilita dessa maneira o acesso das mulheres a bens e serviços mesmo sem recursos imediatos, prática que também parece fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade local e reforçar os laços sociais.

Mas, se por um lado o benefício parece atuar no poder de negociação das mulheres beneficiárias, uma outra face mais sombria dessa dinâmica é revelada pela fala de E5:

Na época, eu me lembrava que tinha um homem (comerciante) que até ficava com o cartão tá, com o cartão da mulher, eu via...ficava com o cartão porque sabia que todo mês, dia 21, ela ia receber o bolsa família, era a garantia que ele tinha. Daí era a garantia pra ele vender as coisa fiado, de um lado ele tava certo, mas por outro...né. Mas eu me lembro tão bem como se fosse hoje que ele tava com o cartão da dona (nome de uma vizinha). Daí ele gastava aquele tanto e depois entregava o cartão vazio pra ela, pro próximo mês daí (E5).

A partir do relato de E5, evidencia-se que o desequilíbrio entre as ações dos sujeitos nas relações de poder pode gerar coações diversas. Assim, ainda que a mulher tenha conquistado uma ferramenta de barganha, a assimetria de poder possibilita que o comerciante,

em uma posição mais privilegiada, exerça de alguma maneira controle sobre a situação, seja retendo seu cartão, recusando vendas fiadas futuras, ou ainda, exercendo outras formas de coerção caso a mulher não venha a cumprir com suas obrigações financeiras. Trata-se, no limite, de uma prática de sujeição que limita a liberdade das mulheres.

Sabe-se que para a obtenção e manutenção do benefício do Bolsa Família é necessário cumprir com uma série de requisitos, que vão da comprovação da renda familiar ao cumprimento indefectível das condicionalidades. Nesse sentido, ainda que residentes de comunidades vulneráveis, muitas mulheres não conseguem aplicar para o Programa ou, ainda, acabam tendo o benefício cortado pelo descumprimento das obrigações referentes às condicionalidades. Para E6, esses requisitos podem criar divisões e tensões entre as mulheres que são beneficiárias e as que não são. Quando algumas mulheres não conseguem aplicar para o programa ou têm o benefício cortado, muitas vezes surge um sentimento de injustiça e ressentimento entre elas, sentimento esse alimentado por ideias de competição por recursos escassos ou de desigualdade na distribuição de benefícios sociais:

Tem umas que dizem “ah, eu não recebo. Por que fulana recebe?”. Sempre tem isso né. Mas às vezes é por quê? Porque mora com companheiro, porque o companheiro recebe mais do que é ideal do valor. Porque se a pessoa botar o salário que recebe mais o do companheiro, claro que vão ver “ah esses ali tem condições”, e vão dar pra uma família que realmente não chega no valor que ele tem né. Então, no meu caso eu percebi essa diferença né, na relação com as outras.

Voltando as perguntas para o núcleo familiar, foi possível averiguar que a maioria das entrevistadas vêm de famílias nas quais o diálogo não fazia parte da realidade do cotidiano das relações: quase em sua totalidade, as mulheres relataram terem tido pai ausente, com problemas de alcoolismo ou ainda, terem crescido em contextos de violência (E1, E2, E3, E4, E7, E8 e E10). Nesse sentido, as mulheres entrevistadas demonstraram a intenção de fazer diferente com suas famílias, visando não apenas reconstruir suas trajetórias, mas proporcionar aos filhos um ambiente familiar mais acolhedor, onde o carinho, o diálogo e o respeito parecem ser pilares fundamentais, conforme evidencia a fala de E3:

Meu deus, a minha história é tão complicada...tu nem sabes. Na verdade, eu fui criada pelos meus pais até os 14 anos, depois os meus pais se separaram. Eu peguei a minha mãe com o amante dela, então pra mim foi muito impactante naquele dia que eu vi essa cena. Daí meu pai ficou louco, queria matar, queria picar, moer, aí na verdade eu fiquei morando com meus avós, entendeu, e fiquei assim...jogada pra um lado, pro outro...aí eu tinha uma irmã de um ano, outro de quatro anos, aí ficou também a minha irmã meu pai deu pra uma irmã mais velha dele criar, que faleceu faz 9 anos, e esse filho dela eu que crio, agora tem meu nome, eu adotei ele, ele tem

14 anos hoje, então eu sempre tive uma vida bem...eu não tive um lar, pra resumir né, foi tudo muito jogado, vivia no meio de briga, essas coisa toda. E eu sempre disse pra mim mesma quando era adolescente: “ah o dia que eu casar eu quero fazer diferente, eu quero ter a minha família”. Então eu casei com 15 anos, eu conheci o meu marido, ele tinha 16 e eu tinha 15, então a gente construiu a nossa família, e eu posso dizer que eu tenho uma família maravilhosa. Então esse diálogo, respeito, eu construí com a minha família.

Essa postura das mulheres não parece estar vinculada diretamente ao benefício do Bolsa Família, mas ao ethos que elas construíram para si mesmas: uma forma de agir e de conduzir suas ações que se reflete em suas relações com seus familiares, guiadas pelo desejo de romper ciclos de adversidade e de construir novos caminhos. No entanto, ainda que a renda proveniente do Programa não seja o principal fator dessa transformação, é relevante mencionar que o suporte econômico proporcionado pelo benefício desempenha um papel importante nas relações familiares — especialmente entre as mães e os filhos.

O benefício do Bolsa Família parece atuar, principalmente, no alívio de algumas preocupações financeiras das mães, permitindo que elas passem mais tempo de qualidade com seus filhos. À exemplo disso, E1 relata que pôde parar de trabalhar aos sábados com a entrada desse dinheiro, podendo assim “descansar e aproveitar mais com as crianças”. Ainda, a possibilidade de mais momentos de lazer com os filhos, como idas ao cinema ou à parques de diversões, foi apontada por E2 e por E4, respectivamente:

Até levar as crianças pra passear, às vezes, num parque. Esses dias também agora tava saindo no cinema, que elas querem ver, “A Pequena Sereia”, e se der certo eu levo elas. Tem que pensar nisso de vez em quando também né, porque ficar sempre escravizada de conta, de problema...é complicado. Aí que o problema vem, a doença vem, e tu não consegue mais se livrar também (E4)

Eu fico muito feliz. Eu fico feliz porque eu já to contando com ele pra fazer alguma coisa pra eles sabe. Tipo assim “ah final de semana eu quero fazer tal coisa”, naquele dia que eu sei que vou receber eu to contando com isso pra eles, entendeu, que nem agora tem um parque aí e eles querem ir no parque né, daí eu tô contando, esperando o dinheiro cair, pra levar eles né. Porque com criança nem tudo é pra comer né, querem brincar também né, eles não entendem às vezes “ah eu não tenho condições de te levar lá”. A minha maior já entende um pouquinho mais, ela sabe esperar, mas aquele dia ela ficou me cobrando (risos) (E2)

Outra pergunta destinada às entrevistadas focalizava suas experiências nos Centros de Assistência Social, ou CRAS. Com isso, buscava-se averiguar como era a dinâmica relacional entre as mulheres beneficiárias e os assistentes sociais; ainda, procurou-se compreender se

elas já se sentiram constrangidas, em algum momento, pela condição de beneficiárias ou se sempre enxergaram o benefício como um direito.

Em suma, todas as entrevistadas declararam ter tido experiências positivas em seus atendimentos no CRAS, descrevendo os assistentes sociais como “muito legais”, “atenciosos”, “respeitosos” e até mesmo “parceiros”. Muitas mulheres inclusive relataram ser atendidas pela mesma pessoa há anos, sendo sempre bem tratadas e instruídas, e sentindo-se acolhidas. Esses relatos positivos sobre o atendimento no CRAS sugerem a presença de um ambiente de acolhimento e respeito, o que é fundamental para que as mulheres possam buscar apoio e orientação em momentos de dificuldade. Além disso, o fato de serem atendidas por profissionais constantes ao longo dos anos cria um vínculo de confiança e familiaridade, proporcionando um suporte mais consistente e personalizado. Aqui, destacamos a fala de E11, que, dentre outras coisas, enfatiza ter sido atendida com um “olhar humanizado” sentindo-se valorizada e importante durante o atendimento:

Naquela época eu me senti bem acolhida. Geralmente as pessoas têm uma visão muito distorcida, né, e depende das pessoas também. Todo lugar que você for vai depender da pessoa que tá ali te atendendo. Eu tive muita sorte, digamos assim. Então eu me senti acolhida, a pessoa me respeitou, me viu como um ser humano né, não só mais um número, digamos assim. Eu me senti importante sendo atendida, a pessoa teve um olhar humanizado. E depende da forma que você chega né, se você chega gritando, não vai ser bem recebido...é outro ser humano que tá ali do outro lado te atendendo, então ela vai ter uma reação humana também.

Quando questionadas sobre se já se sentiram constrangidas pela condição de beneficiárias de uma política social ou se sempre enxergaram isso como um direito, a maioria relevante das mulheres afirmou perceber o benefício recebido como um direito. Entretanto, uma única participante mencionou enxergar o auxílio como uma "ajuda", associando-o a um "favor" concedido pelo governo aos mais necessitados. Além disso, duas das quinze entrevistadas relataram ter sentido, em algum momento, constrangimento ou vergonha por necessitar do benefício.

Para E1, a condição de pobreza em que vive é o que justifica seu direito ao benefício, pois segundo ela: “eles sabem, conhecem a vida da gente um pouco, eles vem fazer a visita na casa da gente, então se a pessoa recebe é porque eles acham que a pessoa merece, né, e tá precisando”. De forma semelhante, E4 reage à pergunta respondendo: “Eu enxergo como um direito, eu sou pobre assumida (risos), não tem como fingir que eu não sou pobre, não tenho o menor problema com isso”. Já E3 e E6 associam o direito adquirido não apenas à condição de pobreza, mas também ao cumprimento de seus deveres enquanto cidadãs, como o pagamento

de impostos. Essa perspectiva é interessante pois mostra uma conexão percebida pelas mulheres entre o exercício da cidadania e o direito de acessar políticas sociais de proteção e amparo. Ao contribuírem para o financiamento do Estado e, conseqüentemente, para a manutenção de políticas públicas — tais quais o Bolsa Família — o dinheiro do benefício é visto pelas mulheres como um retorno, conforme destacado por E3:

Eu vou te ser bem sincera, antigamente eu até achava uma humilhação né, mas daí depois a gente assiste tanta coisa na televisão, tanta gente que não precisa realmente, que é uma roubalheira do caramba né, que hoje eu vejo que pra mim é como se fosse um direito nosso, é como se fosse um dinheiro nosso, que a gente paga os impostos, paga um monte de coisa, pro Estado, pra tudo. Então é um dinheiro que é um retorno nosso, na verdade, né. Então pra mim eu não vejo uma humilhação não.

A entrevistada E5, declara enxergar o benefício como um direito por não ser aposentada ainda e não estar empregada. Segundo ela:

Até esses dias eu disse pra minha amiga “queria arrumar um serviço”, e ela disse “nem adianta tu ir, só vai cansar as perna, porque tu já tem 61 e eles não vão te pegar”. E com problema no braço ainda, eu sei que eu vou aguentar um pouco e daqui a pouco eu não vou conseguir mais (E5).

Situações como a relatada por E5 mostram que políticas públicas produzem impactos na vida das pessoas resolvendo distintos problemas sociais e reafirmando direitos. Nas correlações de força verificadas dentro e fora dos espaços familiares, as mulheres revelaram protagonismo nas esferas econômica, política e social. Assim sendo, o Bolsa Família contribuiu na ampliação das oportunidades de inclusão das mulheres beneficiárias e de suas famílias.

Positividade do poder

Se para Foucault o poder é visto como a expressão de uma relação entre forças, logo, assume-se que o poder não tem essência: ele não é naturalmente “bom” ou “mau”. Nesse sentido, afasta-se a ideia do poder como algo necessariamente negativo, que sempre subtrai, reprime ou exclui, e passa-se a falar da “positividade” do poder, no contexto de produtividade: que viabiliza a existência de múltiplos efeitos. Tendo isso em vista, a partir da categoria de análise 4 buscou-se investigar possíveis efeitos produzidos pela positividade do poder nas diferentes esferas da vida das mulheres beneficiárias e suas famílias.

Em um primeiro momento, as mulheres foram questionadas quanto aos efeitos percebidos por elas no âmbito da produção material, em decorrência do recebimento do benefício. Entre os principais resultados identificados, destaca-se o aumento do limite de crédito nas lojas, o que permite às mulheres uma maior margem para realizar compras necessárias e desejadas. Além disso, a regularidade da renda - desconhecida por muitas até o recebimento do Bolsa Família - traz para suas vidas a possibilidade de gerir melhor o dinheiro para programar o sustento da família durante o mês inteiro.

Todas as mulheres afirmaram que, após receberem o benefício, tiveram a oportunidade de adquirir mais eletrodomésticos da linha branca — bens de consumo duráveis, que têm como finalidade principal atender as necessidades básicas de uma residência. A renda proveniente do Bolsa Família ajuda, de acordo com as entrevistadas, na hora de abrir crediário nas lojas, facilitando a compra parcelada de itens essenciais tais quais geladeira, fogão e máquina de lavar, ou até mesmo eletrônicos relacionados ao entretenimento como televisão e aparelhos celulares. Segundo E8, com o dinheiro do benefício “deu pra comprar um fornilho, um fogão que não tinha...mas assim, em vezes né, dá pra fazer em 20 vezes, aí dá pra tirar 40 reais por mês, aos pouquinhos”. Também nesse sentido, E6 declara:

Deu pra comprar uma televisão, que eu comprei na loja no crediário né. Máquina de lavar também, geladeira... Aí a moça perguntou se eu trabalho, se tinha algum benefício, aí eu falei: olha, eu tenho o bolsa família, eu trabalho e tal, então ajuda, a comprar pelo menos uma coisinha assim pra ir pagando aos poucos né, me ajudou muito.

Além disso, o benefício proporcionou oportunidades para que algumas das mulheres pudessem investir na infraestrutura de suas residências, tornando-as mais confortáveis e adequadas às suas necessidades e de suas famílias, conforme nos respondeu E1: “Eu consegui fazer um quarto para as meninas também, que eu tinha só duas peças né, daí eu fiz um quarto para as meninas. As crianças dormiam tudo em um quarto, e aí consegui fazer uma ampliação”. De forma semelhante, E5 declara já ter “arrumado” o banheiro de sua casa, comprado “um pedaço de laje” e materiais de construção para outras reformas com o dinheiro do Bolsa Família. Percebe-se a ênfase das falas das entrevistadas na produtividade material que, por sua vez, gera maior conforto no espaço familiar e, portanto, na vida cotidiana.

O Programa também parece desempenhar um papel importante no que se refere à organização financeira das beneficiárias, pois, com a regularidade do benefício, as mulheres

têm a oportunidade de planejar melhor suas finanças e despesas, como postulado por E4: “quando tu já sabe que vai ter aquele dinheiro tu pode fazer algum plano, algum planejamento...se tu não fizer conta, tu pode fazer algum lazer, alguma coisinha, ou comprar...ou ainda que com muito custo, tentar guardar”. A prática de “guardar um dinheirinho” sempre que possível para sanar as necessidades do dia a dia ou ainda para emergências foi também relatada por outras entrevistadas, aqui representadas pela fala de E5: “Ah, a gente guarda um dinheirinho pra comprar pão também sempre né, a gente já guarda pro pão, pra comprar remédios também que não tem às vezes no posto...o gás quando falta...sabendo gastar, o dinheiro ajuda muito né”.

Com a renda adicional, as mulheres declararam também poder investir mais na educação de seus filhos, comprando materiais escolares, uniformes e pagando outras despesas relacionadas ao ensino. A possibilidade de investir em cursos profissionalizantes também foi relatada por E5, que utilizou o dinheiro do programa para custear um curso de vigilante para seu filho mais velho:

Eu consegui pagar um curso pro meu filho. Foi assim, eu pedi dinheiro emprestado pra um senhor, que ele tem, né? E aí eu fui pagando pra ele por mês. Porque tu ser honesto, não dependendo do lugar, tem seu preço também. Tu tem que fazer as coisas pro teus filhos. Se não também, o que eles vão fazer, o que vão pensar, né? Tem que se esforçar para fazer alguma coisa pro teus filhos. Aí quando esse senhor me disse assim: “ah é pro teu filho fazer o curso?” Eu disse: “é, o senhor me empresta?” e ele falou “empresto”. E eu disse assim” ó, todo mês, dia 21, eu recebo bolsa família, daí eu já pago o senhor”. Aí eu pagava ele e comprava comida com o que sobrava. Daí o curso de vigilante, eu também tenho, eu sei que é uma coisa pro resto da vida dele, é uma profissão. Rendeu uma profissão. Aí me esforço para isso. Aí eu comemoro porque, meu Deus, assim, é bom pra gente saber que você fez uma coisa, se sacrificou, tirou dali pro teu filho, e foi uma coisa honesta, assim, né? Não pegou nada de ninguém, é o teu dinheiro ali. É muito bom. Nossa, é uma ajuda pra mim que meu Deus né? Maravilhosa. Porque eu ganho pouco...é que depende das vendas esse negócio de brechó né, tem dias que graças a Deus eu faço uma venda boa. Hoje eu não tinha dinheiro, daí uma moça tava me devendo, de roupa, me pagou e eu já vim aqui na feira, já fui lá no mercado...e daí eu pego, agora, meu dinheirinho do bolsa família e já vou no mercado também.

Para além dos impactos percebidos na vida material, buscamos compreender quais os efeitos do Programa enquanto produção simbólica na vida das mulheres entrevistadas. O recebimento da renda monetária parece atuar, primeiramente, no sentimento de bem-estar das mulheres beneficiárias: as palavras que mais apareceram durante as entrevistas foram “tranquilidade” e “alívio” em vista do benefício do Bolsa Família. A estabilidade financeira mensal permite que as mulheres tenham mais segurança em relação às suas necessidades básicas e despesas do dia a dia, conforme relatado por E4: “Olha, a mudança assim é

tranquilidade. Porque se não tivesse o Bolsa Família eu já não poderia fazer, tipo, uma dívida no mercadinho, que eu posso pagar no final do mês”.

O sentimento de maior felicidade e empolgação também foi apontado pelas mulheres, especialmente no dia de pagamento. Como relatado por algumas entrevistadas, o dinheiro que recebem de seus serviços raramente dura até o final do mês. Nesse sentido, a renda extra proveniente do benefício é recebida com alegria, pois significa, em muitos casos, uma mudança expressiva em suas rotinas, como exposto por E8:

Muita alegria né, hoje fui lá no supermercado, comprei arroz que não tinha, feijão...é muito triste quando...foi anteontem acho, elas queriam pão de manhã e não tinha, então eu disse “vais esperar pra comer na aula porque não tem pão”. É muito triste, sabe. Eu não passo necessidade porque eu também às vezes faço uma faxininha, mas é de tarde, aí ganho 50, 60 reais e não dá pra nada. Então é muito gratificante, hoje eu recebi, comprei tudo pra elas, bem contente. Aí eu já falei pra ela e ela tá toda boba, visse ali né, eu falei ó, a mãe recebeu, comprou bolacha, leite, e ela “ai que legal”. Entendeu, então é muito gratificante (E8).

Com a satisfação de suas necessidades básicas assegurada pelo Programa Bolsa Família, as mulheres beneficiárias têm a oportunidade de dar início a um planejamento mínimo em suas vidas, o que, por sua vez, facilita o caminho rumo à autonomia. Observou-se, durante as entrevistas, que uma maior capacidade financeira aumenta o espectro de escolhas possíveis, que vai desde a compra de alimentos antes limitados ou inacessíveis, até o investimento em outros produtos e serviços relacionados à autoestima das beneficiárias, o que pode configurar, em termos de produção simbólica, a passagem rumo a uma maior liberdade pessoal.

Agora eu posso fazer uma unha, comprar um pacote de absorvente, que eu sempre pedia pro meu marido “me dá um dinheiro?” e ele “ah mas pra quê?”aquela pessoa assim, que se for comprar uma calcinha tem que falar, sabe? Às vezes eu queria comprar um negócio e ele ficava “mas o que? Qual o valor?”. Só que hoje não, eu vou ali, pago o valor e não tenho que ficar dando satisfação (E6).

Nesse sentido, a capacidade de tomar decisões em relação às suas finanças representa um importante fator para o desenvolvimento da autonomia das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, que passam a enxergar-se como protagonistas de suas vidas e responsáveis por suas escolhas, o que contribui para uma maior autoestima e uma percepção positiva de si mesmas, como destacado por E2: “Nossa, a autoestima vai lá em cima né, fico realizada em saber que eu vou receber esse dinheirinho em prol pra eles e pra mim também né”. Esse sentimento de "empoderamento" moral também fica evidente na fala de E11, que

afirma: “Ah a gente se sente mais empoderada, né, quando a gente tem maior aquisição financeira na mão, sabendo que você tá recebendo um dinheiro, e pensa ‘nossa, to tranquila, sou empoderada e posso tudo’ (risos). Dá uma sensação de liberdade, mais autonomia, digamos assim”.

Quando perguntadas se a titularidade do benefício já foi motivo de desavenças, desconfortos, ou ainda, de questionamentos quanto à sua autoridade para a utilização deste dinheiro, seja por parte do marido/companheiro ou inclusive de filhos mais velhos, a maioria das mulheres respondeu que não; somente duas entre as entrevistadas (E5 e E8) relataram já ter havido alguma tentativa por parte de seus cônjuges de pedir emprestado ou até mesmo exigir o dinheiro do benefício — ou parte do valor — para outros fins, mas ambas afirmaram ter se posicionado firmemente contra isso no ocorrido.

Não, não dá tempo né, eu não deixo. Ele dizia assim “ah esse dinheiro é pro fulano”, eu dizia “não, esse dinheiro é MEU e EU vou comprar isso, vou comprar aquilo, vou pagar isso, vou pagar aquilo...”, eu não deixo, eu não. Mas eu já vi gente aqui que quem fica com o Bolsa Família é o marido né. Falam assim “Ah dona (nome da entrevistada), eu to devendo pra senhora mas quando eu recebo o bolsa família o meu marido pega”, entendeu, aí eu já percebo que quem comanda o dinheiro da família é ele, mesmo sendo pra elas. Mas elas que deixam né, elas que dão (E5).

Por fim, cabe enfatizar que as produtividades materiais e simbólicas são condição de uma outra produtividade, a saber, a produção de maior autonomia das mulheres beneficiárias. Assim, a possibilidade de organizar a vida financeira e escolher suas prioridades de consumo, lazer e formação constatadas confirmam essa proposição.

Práticas de emancipação

A emancipação, para Foucault, não é uma utopia a ser alcançada em um futuro distante, mas um processo contínuo de resistência, luta e transformação das relações de poder no presente. É um chamado para a liberdade individual e coletiva que acontece em um campo móvel, instável e cambiante de relações de força. Desse modo, as práticas de liberdade — ou práticas de emancipação — atuam de forma a desestabilizar e rearranjar as relações de poder normativas, tanto no campo da subjetividade como no social, possibilitando outros modos de ser e conduzir a si mesmo nas redes de poder, conhecimento e ética (ALLEN, 2015; GUIMARÃES, 2021).

Como visto, a noção foucaultiana de emancipação refere-se a uma mudança nas relações de governo do sujeito sobre si mesmo e sobre os outros, ou seja, reside na possibilidade de melhor conduzir a própria vida e, por conseguinte, a vida dos demais. Nesse sentido, a partir da categoria de análise 5 buscou-se evidenciar as práticas de emancipação das mulheres na gestão familiar geradas através do Programa Bolsa Família nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz, da cidade de Florianópolis.

Diversas são as evidências coletadas durante as entrevistas que exemplificam as mudanças ocorridas na vida das mulheres beneficiárias — e de suas famílias — que podem ser caracterizadas como práticas de autonomia. Observou-se, primeiramente, transformações significativas no âmbito do consumo: ao serem questionadas sobre o que o benefício proporcionou ao grupo familiar, todas as mulheres espontaneamente destacaram a alimentação como aspecto principal. A possibilidade de ir mais vezes ao supermercado ou à feira, de fazer compras maiores e poder escolher entre alimentos mais saudáveis e frescos foram apontadas pelas entrevistadas. Foi possível, ainda segundo as mulheres, a compra de alimentos antes limitados ou até mesmo inacessíveis, como bolachas, carnes e iogurte, como ratificado por E6:

Ah, com o dinheiro do Bolsa eu fico mais feliz. Porque aí eu posso comprar um lanche pras minhas filha, ir no mercado, que na época que eu não recebia eu mal ia no mercado, tinha vergonha. E hoje não, eu chego, compro bolacha, danone, né, porque até a adolescente, até a gente gosta né, de vez em quando (risos). E eu fico feliz, né, em poder comprar. Saber que esse dinheirinho vai dar de fazer umas comprinhas pra elas. Até comer um Xizinho à tarde de vez em quando (risos).

A possibilidade de escolher entre a variedade de alimentos disponíveis, de acordo com suas necessidades e desejos, representa um importante ganho na autonomia das mulheres beneficiárias e de suas famílias. O espectro de escolhas se ampliou: as mulheres passam a ter maior controle sobre o que compram e consomem, assim como onde, quando e em quais condições de pagamento. Há, portanto, uma ampliação no espaço relacional das mulheres e suas famílias: o espaço microfísico de relações intersubjetivas e sociais cresce significativamente (FOUCAULT, 2021; FOUCAULT, 1990), o que indica aumento no campo de atividades e ação das mulheres. Ainda, destaca-se a possibilidade de crédito — antes limitado ou até mesmo inexistente — como uma mudança relevante no cotidiano das titulares do benefício.

O crédito pode aumentar a autonomia das mulheres ao oferecer acesso a bens e serviços essenciais e desejados, além de maior flexibilidade financeira. Segundo o relato de algumas entrevistadas (E1, E2, E4, E5, E6, E7 e E8) o acesso ao crédito tem contribuído para a melhoria da situação de moradia de algumas famílias, seja com a possibilidade de investimento em infraestrutura ou na compra de eletrodomésticos, conforme relatado por E1:

Na época eu comprei uma geladeira pra mim, eu não tinha geladeira, então eu comprei uma geladeira e paguei com dinheiro do benefício, em 12 vezes na época, logo no começo que saiu. Pegava o dinheiro e corria pra pagar a geladeira, mas consegui. Tenho até hoje a geladeira, tá velhinha mas tem (risos).

Uma moradia digna e que melhor atende às necessidades da família também tem um impacto significativo na autonomia dos indivíduos, pois está intrinsecamente ligada a aspectos importantes de suas vidas, como qualidade de vida, conforto, segurança, autoestima e até mesmo à forma como ocorre a interação com outros membros da comunidade. Ademais, a possibilidade de investir não somente em itens de necessidade básica, mas em aparelhos eletrônicos de maior valor agregado parece impactar diretamente no sentimento de bem-estar e inclusão social das mulheres: por exemplo, ter acesso a um telefone celular ou computador facilita que as mulheres se conectem com amigos e familiares; ter uma televisão moderna amplia seu acesso à formas de entretenimento e também à informação, etc.

Deu pra comprar mais coisas, coisas maiores assim, né...eu fico feliz. Eu pude comprar a minha televisão que teve uma época que a gente tava sem, era aquelas velhinhas de catraquinha e tudo ainda (risos), aí a gente conseguiu juntar e conseguiu comprar a televisão...(E7).

Foi observado que a renda proveniente do PBF desempenha também um papel importante na manutenção das crianças e adolescentes na escola, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia a longo prazo, assim como a ampliação e qualificação do campo dos saberes (FOUCAULT, 1999). Ao aliviar parte das pressões econômicas enfrentadas pelas famílias em situação de pobreza, o benefício ajuda a reduzir obstáculos financeiros que poderiam impedir a frequência escolar dos jovens, como pontuado por E1:

Ó, o dinheiro ajuda. Porque eu tenho um irmão lá que mora no Paraná, no sítio, e na época ele pegava 100 reais por mês, do Bolsa. Ele estudou até o segundo ano, até fazer os 18, recebendo aqueles 100. E quando caiu, que a minha mãe não recebia mais, ele parou de estudar, mas até o segundo ano ele conseguiu ir. Então assim, para

as famílias bem carentes ajuda bastante. Que tem gente...igual eu falo pras meninas, a gente é pobre mas graças a deus tem a comida todo dia, o café...tem lugar mais crítico que o lugar da gente.

Conforme descrito por algumas das mulheres entrevistadas (E1, E4, E6, E7 e E9), com o auxílio financeiro proporcionado pelo Programa é possível cobrir os custos relacionados à educação, como materiais escolares, uniformes, transporte e alimentação. Isso não apenas contribui para a permanência das crianças e dos jovens na escola, mas também impacta diretamente em seu aproveitamento no que tange às atividades educacionais. Além disso, ao fornecer uma renda regular mensal, o Bolsa Família contribui para uma maior estabilidade financeira das famílias, o que, por sua vez, reduz a necessidade de que as crianças abandonem os estudos para trabalhar e ajudar na composição da renda familiar.

No âmbito das relações entre os sujeitos, podem ser qualificadas como livres aquelas que são passíveis de modificação (CASTRO, 2004; FOUCAULT, 2009). Nesse sentido, muito se pode dizer sobre o desempenho do Programa Bolsa Família na promoção da autonomia das mulheres entrevistadas. Ao entregar o dinheiro do benefício preferencialmente às mulheres, o PBF contribui para a afirmação de sua autoridade enquanto gestoras dos recursos domésticos, ampliando sua influência e capacidade de decisão nas relações de poder intrafamiliares. As mulheres se reconhecem e são reconhecidas como chefes de família, o que transcende a mera titularidade, sinalizando uma transformação de perspectivas em relação ao papel das mulheres no contexto familiar: evidencia-se o protagonismo e a liderança feminina na administração financeira e da vida cotidiana.

Com isso, novas formas de ser e de se conduzir nas relações de poder são possíveis, pois ter uma fonte de renda previsível e regular contribui significativamente para uma maior autonomia das mulheres no sentido decisório. Com a garantia de uma renda estável, elas obtêm a confiança e a independência necessárias para tomar decisões mais alinhadas com seus próprios interesses e necessidades. Isso abrange desde a maneira como os recursos são alocados dentro do lar até a forma como elas exercem seu papel na tomada de decisões familiares cruciais (FOUCAULT, 1995; LAZZARATO, 2017). A estabilidade econômica resultante do PBF também gera uma base sólida para um planejamento financeiro mais eficaz: as mulheres beneficiárias agora têm maior liberdade de antecipar necessidades futuras, e investir em metas de mais longo prazo, como corrobora a fala de E5:

Eu acho que muda eu saber que eu tenho aquele dinheiro ali garantido né. Que é bom pra mim, que eu posso contar com aquilo pra comprar o que eu precisar. E às

vezes, quando eu quero comprar alguma coisa maior e melhor, ou planejar alguma coisa, eu junto por mais meses né e aí eu consigo. Já fiz isso. Quando eu posso juntar eu junto (E5)

Além disso, observou-se, com a fala das entrevistadas (E2, E5 e E6), que a renda proveniente do PBF pode diminuir a dependência econômica das mulheres em relação a parceiros ou outros membros da família. Portanto, a viabilidade de romper com relacionamentos difíceis e construir novos caminhos com maior independência revela práticas de autonomia exercidas pelas mulheres no âmbito familiar. Percebe-se mudanças nas relações de força no espaço microfísico (família) e na gestão, que passa a ser mais autônoma, como ilustrado pela fala de E6:

Me ajudou pra mim ser mais assim, independente né. Eu pude sair da casa da minha mãe porque tinha o benefício pra me ajudar... mas mesmo quando eu tava lá eu não comia da comida dela, comia o que eu comprava, então me ajudou muito assim, fiquei mais madura, consegui tocar a minha vida.

Em grande parte das famílias entrevistadas, o benefício do Bolsa Família representa a maior fonte de renda recebida e, como visto, em muitos casos constitui a primeira experiência de regularidade financeira. Isto posto, foi possível inferir que, diante do alívio financeiro de algumas preocupações, novos comportamentos são possíveis: por exemplo, algumas mães entrevistadas, como mencionado por E2 e E4, agora têm a capacidade de proporcionar momentos de lazer para seus filhos. Esses momentos, como idas ao parque, ao cinema ou uma simples saída para saborear um lanche ou um sorvete, adquirem um significado além do entretenimento. Eles se transformam em oportunidades de fortalecer os laços familiares, criar memórias positivas e proporcionar experiências para suas crianças. Fica evidente assim que a maior autonomia gera novas produtividades (afetos, lazer, encontros, diálogo) no espaço familiar (FOUCAULT, 1988). Ademais, a liberação de preocupações financeiras abre espaço para outras formas de cuidado pessoal, como ressaltado por E1:

Com esse dinheiro entrando eu parei de trabalhar no sábado, que eu trabalhava até no sábado, tirei o sábado, não trabalho mais sábado. Descanso. Ah se seu tenho esse dinheiro por que que eu tenho que até no sábado trabalhar? Claro, trabalhando no sábado ajuda né, se você tem todo sábado ajuda bastante, mas você se acaba (E1).

No tocante à autonomia das mulheres, as mudanças identificadas não se restringem ao ambiente doméstico: transformações significativas também foram observadas nas suas

relações com a comunidade — emancipação social (FOUCAULT, 1990). Primeiramente, a possibilidade de “movimentarem-se” mais livremente pelos ambientes de socialização foi apontada pelas entrevistadas, que passaram a sair mais de casa, frequentar com mais constância os comércios locais e participar mais ativamente das atividades da comunidade após o recebimento do benefício. Essas mudanças indicam novas produtividades e a ampliação da liberdade individual e coletiva (FOUCAULT, 2010; FOUCAULT, 1990).

Nossa mudou totalmente porque eu tive mais interação, digamos assim. Receber o benefício me deu mais uma ajuda na locomoção...poder sair de casa pra receber o dinheiro, ir comprar alguma coisa no mercado, aí já encontrava as vizinhas e engatava numa conversa (risos), coisa que se eu não tivesse recebendo, desempregada, não tinha como fazer né. Então deu uma movimentação na minha vida (E11).

Apesar de não gerar mobilidade social propriamente dita, políticas como o PBF podem impactar na percepção que as pessoas da comunidade têm sobre as mulheres beneficiárias: o fato de receberem apoio financeiro por meio do Programa pode melhorar sua imagem e status, aumentando sua credibilidade e confiabilidade, o que resulta em um aumento de crédito nos comércios e implica em uma mudança na dinâmica das relações de poder com os comerciantes: as mulheres passam a ter maior autonomia para comprar e negociar prazos e formas de pagamento (FOUCAULT, 1995; FOUCAULT, 1990).

O acesso aos bancos, prática desconhecida por algumas mulheres antes do recebimento do benefício (E1, E2 e E6) está também intrinsecamente ligado ao aumento de sua autonomia. Com a sua inclusão no sistema financeiro formal, observa-se a ampliação do seu sujeito econômico: as mulheres passam a ocupar espaços que antes não ocupavam, a ter atitudes nas relações de poder que antes não tinham.

Na dimensão ética, ou seja, quanto às práticas de emancipação efetivadas na relação do sujeito consigo mesmo no campo valorativo (CASTRO, 2004) foi possível observar o processo de ressignificação experimentado por muitas mulheres ao se tornarem titulares do benefício. Esse processo se reflete na valorização de si mesmas no contexto familiar, manifestando-se através de um senso ampliado de integração e participação, conforme declarado por E10: “Me deu mais um sentimento de utilidade, digamos assim, eu me senti mais útil, mais responsável, mais integrada, tipo assim, tô podendo contribuir, to podendo ajudar em casa”.

Além disso, foi observado que a estabilidade financeira proporcionada pelo PBF atua no alívio de algumas preocupações das mulheres, propiciando maior tranquilidade em relação às suas necessidades básicas e de suas famílias, o que, por sua vez, libera espaço mental para que possam focar em outras áreas de suas vidas, ampliando o espaço de ação nas relações de força sociais. Muitas mulheres destacaram durante as entrevistas o sentimento de felicidade e realização por investir em seus filhos e em si próprias (E2, E4, E5, E6, E8 e E11), bem como um aumento na sua confiança e segurança (E1, E7, E9 e E10), e a sensação de maior liberdade pessoal e independência (E7, E8, E11 e E14).

Em termos gerais, as mulheres chefes de família inseridas no mercado de trabalho informal e precarizado têm condições de vida piores do que aquelas que não são chefes de família. Isso ocorre porque, ao direcionarem seus esforços para garantir a sobrevivência e o bem-estar de seus filhos, pouco ou nada sobra para que elas invistam em si mesmas (SILVA, 2021). Nesse sentido, foi possível inferir que o PBF contribui, em grande medida, para o aumento da autoestima das mulheres beneficiárias, pois, com o incremento de suas rendas, elas começam a ter acesso a serviços como cuidados de manicure e outras atividades relacionadas à estética (E4, E6, E8 e E11). No entanto, é importante destacar que essas iniciativas se tornam possíveis apenas quando há algum excedente de recursos, uma vez que a prioridade continua sendo o bem-estar das crianças.

Como visto, uma maioria relevante das mulheres expressou a percepção da política social como um direito, seja devido à sua condição de pobreza ou em virtude do cumprimento de suas obrigações fiscais. Apenas E7 revelou uma perspectiva na qual o benefício concedido é encarado como uma forma de "ajuda" provida pelo Estado. Tais dados refletem um grau mais elevado de autonomia das mulheres, as quais passam a se perceberem como sujeitos de direitos e a se identificarem como integrantes de uma comunidade política mais ampla, a saber, a nação. No entanto, a declaração de E7 expõe uma visão que tende a relacionar o Programa ao assistencialismo. Nesse contexto, é possível inferir que a concretização da autonomia pode não ter ocorrido plenamente.

Com o objetivo de compreender a amplitude da relevância do programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias e de suas famílias, realizamos questionamentos junto às entrevistadas a respeito dos possíveis impactos que a cessação do benefício acarretaria. Dentre as 15 mulheres participantes, a maioria relevante ainda é beneficiária da política social, sendo que apenas E11 e E13 relataram não receber mais o benefício, pois seus ganhos laborais hoje ultrapassam a renda máxima prevista.

A totalidade das mulheres ainda beneficiárias assumiram que a ausência da renda proveniente do Bolsa Família teria um impacto significativo na composição da renda familiar, afirmando que aquele dinheiro “faria falta” no decorrer do mês. Em sua maioria, as mulheres descreveram como “triste” e “muito ruim” a hipotética perda do benefício, como evidenciam as falas de E7 e E8:

Bom, pra mim...acho que seria ruim, eu ficaria triste. Porque aí seria menos uma ajuda que a gente teria né, pra...como eu falei, no meio do mês a gente sempre precisa, porque já acabou o salário, já acabou...então a gente tem aquele dinheirinho. Então pra mim, se eu perdesse, eu sei que seria mais difícil. Porque daí eu não teria, tipo, acabou o leite, se tem aquele dinheirinho ali eu vou lá e vou comprar. E se não tiver? Eu vou fazer o que? Pedir emprestado, comprar fiado, fazer mais conta (E7)

Ai, ia ficar bem ruim. Porque assim, eu sou solteira hoje né, moro sozinha com as duas, aí faço faxina, as vezes faço um bico, as vezes ele (ex marido) ajuda só a pegar elas e trazer as vezes, quando pode. Aí tem que pagar alguém ainda, 20 reais pra trazer elas, porque ninguém vem pegar de graça, entendeu, então tudo me ajuda. Esse auxílio hoje, só pra pagar alguém pra pegar elas que às vezes eu to fazendo faxina, é 180, então...ia me quebrar. Meu deus, ia me quebrar bastante. Ia me arrombar (E8)

Percebe-se, com a fala das entrevistadas, que a perda do benefício significaria, em grande medida, também a perda de autonomia nos mais diversos aspectos já discutidos: na forma de gerir a vida cotidiana, na possibilidade de fazer escolhas e até mesmo planos, como relatado por E4: “Ah eu ficaria triste. Ia ficar sem a renda, ia parar de fazer os planos, né...daí ia ter que me virar. Faria falta, com certeza”. Para E5, inclusive, a eventualidade de perder o benefício é uma preocupação recorrente, conforme declara:

E a gente fica todo mês preocupado, todo mês, sabia? Porque a gente fica assim pensando “e se tiram esse dinheiro do bolsa família?”. Não tiraram ainda de mim porque eu não sou aposentada. Já era pra eu tá aposentada, mas eu trabalhei muitos anos com uma mulher, de doméstica, e ela não pagou o INSS, aí meu INSS não deu ainda. Eu vou me aposentar acho que só por idade...eu botei no advogado pra ver se eu me aposentava por invalidez, mas, como o médico disse que os 4 parafuso e a placa deu certo na minha mão então eu não posso me aposentar por invalidez.

Portanto, pode ser percebido como um limite importante do programa social a incerteza quanto à sua duração. O fato do PBF não ser uma política de Estado, e depender dos projetos de governo, gera insegurança nos beneficiários e pode impactar no seu nível de

emancipação, ou seja, o medo ¹¹do desamparo social pode impactar negativamente na gestão familiar.

Por fim, cabe ainda destacar a fala de duas entrevistadas (E1 e E9) que, mesmo enfrentando situações de vulnerabilidade junto a suas famílias e reconhecendo a significância da renda adicional em suas vidas, expressaram não ter objeções caso o benefício fosse interrompido no futuro, com o propósito de auxiliar outras famílias que estejam em maior necessidade. A partir dessas falas, evidencia-se um dado interessante: no lugar de ressentimento, ficou evidenciada a produção da solidariedade comunitária.

Eu vou te ser sincera assim, até no outro dia a gente tava conversando sobre isso lá em casa, porque eu digo: às vezes tem gente que precisa ainda mais que a gente. Esse é o meu pensamento. Então se um dia eu for lá e tiverem tirado, meu dinheiro não estiver lá, eu não vou questionar nada porque eu acho que tem gente que precisa mais do que eu. Claro, graças a Deus a gente tem um benefício maior, tem um dinheiro maiorzinho pra nós, entendeu, mas assim, o dia que não tiver eu não vou tá reclamando, porque eu acho que tem muita gente que precisa. Eu tava falando pra minha filha: “meu deus, tem muita gente que ficou sem esse benefício. E tinha gente que precisava muito mesmo”. E tem gente que às vezes não precisa e tá recebendo. Então se algum dia meu nome sair da lista, eu sei “opa, tem outra pessoa que tá precisando mais”. Eu sempre pensei assim, sabe. Que nem ali na época da pandemia, tavam dando cesta básica, aí deram uma pra mim e uma pra minha filha, eu disse “gente, não precisa, a gente mora na mesma casa, é uma cesta básica só, deixa pra outra pessoa”. Eu sempre sou dessa opinião, sabe, eu sempre penso no próximo (E9)

As mulheres foram ainda questionadas sobre a atual situação do Programa Bolsa Família: quais os limites do Programa? Há espaço para melhorias, a fim de atender melhor às necessidades das mulheres e suas famílias? Esse questionamento permitiu uma avaliação mais abrangente e crítica sobre a efetividade do programa. As respostas fornecidas pelas mulheres podem revelar aspectos importantes para o aprimoramento das políticas sociais e a garantia de que o Programa Bolsa Família alcance seus objetivos de forma mais abrangente e inclusiva - ato de liberdade e autonomia.

Em relação aos limites do Programa, algumas mulheres indicaram que o valor repassado pelo governo poderia ser maior (E1, E3, E5 e E6), especialmente para as famílias em que a mãe é a única provedora, conforme exposto por E1:

Ai eu acho que isso aí eles deveriam fazer uma pesquisa e mudar, mãe que precisa mesmo, de verdade, tinha que receber pelo menos mil reais pra pagar tudo. Daí pagava a água, pagava a luz, porque a água, e a luz também vem bem cara. Então eu acho que com mil reais uma mãe consegue pagar água, e luz, e o gás e comprar

¹¹ O receio do desamparo social pelas beneficiárias ficou evidenciado também na recusa de algumas mulheres contactadas em participar da pesquisa.

alguma comida. Não vou dizer comprar um monte, mas feijão, arroz, macarrão, essas coisas dá pra comprar. O básico dá pra comprar.

Em contraste, E2, E8 e E9 declararam-se satisfeitas com o Programa do jeito que está. Nas palavras de E2: “eu não tenho nem o que por nem tirar, pra mim tá mais que suficiente”. E8 concorda, e acrescenta: “Tipo agora, eu achei legal, eles aumentaram mais 50 reais por criança. Eu tenho duas né, eu recebia 600, agora recebo 700, então meu deus, alegria, e assim, pra mim isso já tá ótimo, tá me ajudando bastante”.

Ao final das entrevistas, algumas mulheres apresentaram ainda suas ideias e proposições para aprimorar o PBF, principalmente fundamentadas em suas vivências pessoais. Isso demonstra uma outra perspectiva de emancipação: a autonomia também como um olhar crítico sobre o projeto que lhes beneficia (FOUCAULT, 1990). A primeira questão levantada foi em relação à educação, não dos filhos mas das próprias mulheres beneficiárias:

Eu acho, sinceramente, eu queria fazer um curso técnico. Sério. Dinheiro, coisa, a gente recebe e tudo. Mas eu queria fazer algum curso técnico, sei lá, pra especializar, fazer alguma coisa, entendeu. Porque claro, pra gente é bom, todo mês cair ali um dinheiro é legal, mas eu queria fazer uma coisa assim. Porque uns 20 anos atrás era fácil aqui, tanto que meu primeiro marido fez curso de vigilante e tudo de graça. Fazia...teve gente que fazia faculdade aqui em Florianópolis de graça, e hoje tu já não tá conseguindo fazer mais isso, já tá tudo escasso né. Então eu queria assim que facilitassem pra vida das pessoas, investir pra pessoa estudar, lutar, fazer alguma coisa. Até pra essa geração, até pras minhas filhas, mas pra mim também (E4)

Fica evidente, a partir da fala de E4, que existe uma perspectiva das mulheres de não dependerem desse recurso no futuro, contrariando um preconceito bastante difundido de que os beneficiários de políticas de transferência de renda são “acomodados” e “não querem trabalhar”. Como visto, a maioria relevante das mulheres mantiveram suas atividades laborais enquanto beneficiárias, mas são diversas as dificuldades a serem enfrentadas no mercado de trabalho informal e, sem qualificação, as oportunidades de conquistar empregos mais promissores são reduzidas, como enfatizado por E7: “às vezes tem gente que diz ‘ah vá procurar emprego que tem bastante’. Mas também não é assim, às vezes a pessoa procura uma qualidade, uma classificação, e a pessoa não atinge aquilo ali, então é difícil a pessoa arrumar um emprego às vezes”.

Apesar de ter sido identificado na literatura a existência de programas complementares voltados para a educação e profissionalização dos beneficiários do Bolsa Família, as titulares

entrevistadas afirmaram não ter conhecimento sobre tais iniciativas na região de Florianópolis. Nesse sentido, uma das propostas que emergem deste estudo é a ampliação de serviços de educação formal e profissionalização para as mulheres beneficiárias, com vista a aprimorar as habilidades dessas trabalhadoras e facilitar seu acesso a empregos mais qualificados e bem remunerados, contribuindo assim para o aumento de sua autonomia.

Numa perspectiva bastante propositiva que reafirma a dimensão da análise crítica e da autonomia feminina, para E3, uma maneira pela qual o Programa poderia reforçar ainda mais a autonomia das mulheres seria através de uma maior conscientização sobre seus direitos reprodutivos, em parceria com os hospitais.

Eles ter uma ideia de fazer uma campanha em hospital, pra ligar as mães que querem. Tem mães que meu deus, tem “300 filho pequeno”. Então fazer uma campanha pra ligar aquelas que querem. Eu tiro por mim mesmo, eu tive 6 filhos, eu fui ligar no meu sexto filho, que eu ainda fui ligar por causa da idade e porque eu dei eclâmpsia, porque se não eles não tinham ligado. De repente eu tinha mais filho. Porque eu não posso tomar comprimido porque eu sou hipertensa, entendeu, então é uma coisa que eu acho que o bolsa família deveria fazer uma campanha com os hospitais, ver quem quer ligar e fazer o cadastro (E3).

Atualmente, são diversos os métodos contraceptivos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, e a nova lei sobre a laqueadura já está em vigor: hoje, a idade mínima para a esterilização voluntária é de 21 anos e não é mais exigido o consentimento do parceiro. Ademais, a liberação para pessoas sem filhos (que atendem à idade mínima) optarem por esse procedimento é uma realidade concreta (SENADO FEDERAL, 2023). Isto posto, reforça-se a necessidade de maior conscientização das mulheres sobre seus direitos reprodutivos, a saber, o direito de requerer métodos contraceptivos ou procedimentos como a laqueadura tubária gratuitamente no SUS, se assim desejarem.

Ampliando essa perspectiva crítica e autônoma, outro ponto que merece destaque foi levantado por E5, que ressalta a importância de se estabelecer mecanismos de inclusão direcionados à educação das crianças e dos jovens no âmbito formal, o que poderia contribuir para uma educação não excludente, não preconceituosa e, portanto, não racista. Com pesar, a mãe relata ter tirado o filho de uma escola de alta qualidade devido a episódios de racismo praticados por outras crianças:

Acho que podia melhorar mais a educação, também...olha, o meu sonho era o Colégio Aplicação tá, pra todos os meus filhos, era o meu sonho a vida inteira. Se eu te contar que esse ano daí eu consegui pro meu filho mais novo, e eu consegui pra ele por cotas para negro né, nossa senhora, começamo o ano já ganhando na

trimania¹², bem dizer, era uma felicidade. Mas meu filho não pôde ficar, pela falta de educação das outras criança. Sabe por que? Porque começaram com racismo, bullying, aí nós como sendo pessoa mais velha não guentamo a incomodação que ele trazia, e tirei do Aplicação¹³. Sinceramente, não guentamo. Eu chorei 2 dias, porque eu pensei assim ó: como que essas crianças vem da casa delas com essa falta de educação? De ficar incomodando o outro, não deixar ele estudar? Aí meu filho usava umas trança no cabelo, que eu fiz, e incomodaram, incomodaram. Aí eles fizeram um teatro no colégio, alguma coisa assim, sobre racismo pras crianças e passou um pouco. Aí depois de um tempo um outro lá ameaçou ele de soco e arma, aí eu dizia pro meu filho “pois pega e diz pra ele que você tem um canhão, que vai dar um socão”, mas não adianta porque é o jeito dele, ele não se defende, me dava até uma agonia. Aí foi por causa desse guri que nós tiramo ele do Aplicação, porque eu pensei: no futuro, quando ele crescer, o que eu tô fazendo com ele? Porque o Aplicação era um sonho meu, não dele, daí eu disse: “quer saber de uma coisa, eu vou tirar”. Mas eu chorei tanto, queria ter falado com a mãe desse menino pra mostrar pra ela tudo que eles fizeram com a gente, de tirar o menino de estudar em um colégio bom, sabe. O diretor devia ter feito igual eu faço lá em casa, pegar e dizer assim “olha, a professora não precisa de você tá, é você que precisa dela, então eu exijo respeito pela professora, pelos colegas, tem que ir pra estudar”. Os pais, a escola, tem que ser assim.

Em suma, com a análise das entrevistas à luz das categorias genealógicas (microfísica, poder-saber, poder-relacional, positividade do poder e emancipação) foi observado que o Programa Bolsa Família não apenas fornece assistência financeira, mas também atua como um agente transformador, criando uma plataforma para que as mulheres exercitem sua autonomia de maneira mais assertiva e influente nas relações microfísicas e comunitárias de poder. Isso, por sua vez, não só molda suas vidas individuais de maneira mais positiva, mas também contribui para uma mudança (produtividade) progressiva nas dinâmicas sociais mais amplas.

Olhando-se, portanto, para a emancipação enquanto processo, apesar de certos limites, pode-se afirmar que o Programa Bolsa Família contribui, em grande medida, para a geração de maior autonomia para as mulheres beneficiárias e suas famílias. Práticas de emancipação estão presentes nas atitudes e posturas das mulheres chefes de família das comunidades vulneráveis aqui estudadas, quer seja em relação à gestão dos recursos financeiros, quer seja na forma de posicionarem-se e conduzirem-se a si mesmas e aos demais nas relações de poder.

¹² O Trimania Cap é um título de capitalização de pagamento único, da modalidade Filantropia Premiável, com atuação na região Norte Catarinense.

¹³ O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina é uma escola pública e gratuita de alta qualidade que atende estudantes do primeiro ano do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio no bairro Trindade, em Florianópolis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi orientada para atender ao objetivo de analisar as práticas de emancipação das mulheres na gestão familiar geradas a partir do Programa Bolsa Família. A fim de viabilizar tal análise, optou-se por elaborar uma pesquisa de campo a partir das experiências das mulheres beneficiárias e ex-beneficiárias do PBF das comunidades do Maciço do Morro da Cruz, da cidade de Florianópolis. No escrutínio dos efeitos sociais do Programa foram utilizadas categorias de análise propostas na genealogia foucaultiana (a saber, microfísica do poder, poder-saber, poder-relacional, positividade do poder e emancipação).

Conforme já exposto, o Programa Bolsa Família é uma política social de transferência condicionada de renda, que visa, por meio do auxílio financeiro e da instituição de condicionalidades, garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, e fortalecer seu acesso a direitos básicos como educação, saúde e assistência social.

Para verificar como se configuram as práticas de autonomia exercidas pelas mulheres no contexto familiar e também social, três objetivos específicos foram delineados.

No primeiro objetivo específico, buscou-se elaborar uma revisão de literatura a fim de identificar as contribuições do Programa Bolsa Família para o desenvolvimento social das mulheres no período entre 2003-2010. Assim, foram levantados dados acerca do histórico da proteção social no Brasil, a elaboração do PBF enquanto política social, sua estrutura de funcionamento e os principais resultados obtidos durante seus primeiros anos de vigência. A partir da realização destas abordagens no referencial teórico, contemplou-se o primeiro objetivo específico desta pesquisa.

Com o segundo objetivo específico, buscamos analisar os efeitos do Programa Bolsa Família nas relações de poder dentro da gestão familiar à luz da genealogia foucaultiana. Para tanto, foram selecionados escritos de Michel Foucault, sobretudo de seu eixo de pesquisa genealógico, mas também parte de sua investigação acerca da genealogia da ética. O terceiro objetivo específico, por sua vez, configurou-se em analisar a relação entre a literatura e as experiências das mulheres entrevistadas no âmbito das práticas de emancipação familiar e social. Desta maneira, por meio do levantamento de dados secundários e primários, foram apresentadas as transformações nas relações de poder familiar e social das mulheres entrevistadas possibilitadas pelo recebimento do benefício do Bolsa Família, bem como seus efeitos na condução de suas condutas, que caracterizam práticas de emancipação.

Primeiramente, foram coletados dados secundários, por meio de pesquisa documental que incluiu, além de publicações e relatórios oficiais, materiais disponibilizados por meio digital, como livros e artigos científicos. Para iniciar a coleta de dados primários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres beneficiárias e ex-beneficiárias da política social residentes das comunidades do Maciço do Morro da Cruz, contactadas com o auxílio de uma escola local. Desta maneira, tanto o segundo objetivo específico, quanto o terceiro, foram contemplados.

A partir da apresentação e análise dos dados obtidos, foi possível observar que o Bolsa Família contribui para uma maior autonomia pessoal e social das mulheres beneficiárias (e suas famílias) em variadas dimensões: no âmbito microfísico, ou seja, no ambiente familiar, a renda proveniente do Programa significa o aumento da autonomia financeira das mulheres, o que, por sua vez, amplia o seu espectro de escolhas e produz efeitos positivos na sua capacidade de decisão — não apenas quanto à alocação dos recursos domésticos, mas também nos assuntos importantes da vida cotidiana.

Na dimensão do poder-saber, percebeu-se que o Programa contribui para a manutenção das crianças e adolescentes na escola, ao mesmo tempo em que as práticas de cuidado com a saúde da família são reforçadas pelas condicionalidades. Ademais, a escolha da mãe enquanto titular e, portanto, gestora do benefício é tida como justa pelas entrevistadas, uma vez que reconhecem a capacidade das mulheres em gerir melhor e de forma mais eficaz os recursos disponíveis para as necessidades do lar e dos filhos.

No que se refere ao poder relacional, as transformações nas dinâmicas de poder ocorreram tanto a nível social quanto no contexto familiar. No contexto social, o benefício recebido pelas mulheres propiciou maior movimentação pela esfera pública, o que culmina em uma maior integração à comunidade e possibilidade de socialização. Além disso, fica evidente um aumento da confiança por parte dos comerciantes locais ao venderem produtos a crédito para essas mulheres. No âmbito familiar, a diminuição da dependência econômica das mulheres em relação a parceiros ou outros membros da família revela novas possibilidades de se conduzir nas relações de poder. Destaca-se, também, a possibilidade de libertarem-se de relacionamentos difíceis e passarem mais tempo de qualidade com os filhos.

Quanto à positividade do poder, o acesso ao crédito, antes limitado ou até mesmo inexistente, a possibilidade de comprar mais e investir na casa, nos filhos e em si próprias constituem novas produtividades. Com o recebimento do benefício e a possibilidade de

organizar-se financeiramente, as mulheres passam a se sentir mais seguras, mais alegres e mais autônomas.

Por fim, pode-se inferir que as transformações e produtividades supracitadas são indicativos de práticas de emancipação das mulheres beneficiárias do Bolsa Família das comunidades estudadas, conforme discutido na categoria 5 (emancipação). Ainda que por vezes discretas, as mudanças percebidas pelas entrevistadas revelam a emergência de elementos que contribuem para uma maior autonomia nos espaços familiar e social: maior independência financeira, aumento na capacidade decisória, ampliação do espectro de escolhas, novas possibilidades de condução das condutas e alterações nas relações de poder e ética.

No entanto, torna-se relevante salientar que a grande maioria das mulheres entrevistadas ainda é beneficiária depois de todos esses anos. Nesse sentido, ressalta-se que, apesar de contribuir para a emancipação feminina em alguns graus (conforme discutido a partir de Foucault), o Programa ainda tem muito a melhorar na capacitação das mulheres para que não dependam mais do benefício no futuro.

O ganho na autonomia das mulheres também fica evidenciado a partir de suas sugestões para o aprimoramento do Programa, pois revela um olhar crítico em relação à política social, dentre as quais destacamos: 1) A necessidade de maior divulgação, por parte dos CRAS, dos programas complementares de qualificação e profissionalização disponíveis para os beneficiários do PBF; 2) Maior conscientização das mulheres sobre seus direitos reprodutivos em parceria com os hospitais ou postos de saúde, a fim de ampliar sua capacidade de escolha; e 3) A criação de iniciativas voltadas para a educação sobre a inclusão em colaboração com as instituições escolares, pois, ao ampliar o acesso da população em situação de vulnerabilidade a ambientes previamente pouco frequentados ou nunca explorados, é crucial considerar que novos obstáculos, como o preconceito, estigmatização e outros, podem surgir como impedimentos ao pleno aproveitamento desses espaços.

Deste modo, vê-se que os objetivos deste estudo foram atendidos, assim como a pergunta de pesquisa foi respondida. No entanto, é necessário reconhecer as limitações desta pesquisa, uma vez que foi concebida a partir de dados coletados em três comunidades vulneráveis de uma cidade litorânea do sul do Brasil. Portanto, a fim de que mais estudos desta natureza sejam produzidos e a efetividade das políticas sociais como catalisadores para a emancipação dos indivíduos em situação de pobreza seja debatida com mais frequência no meio acadêmico, recomenda-se que pesquisas mais aprofundadas no campo organizacional

sejam elaboradas a partir do estudo das experiências de outras comunidades de outras regiões do país, ampliando os estudos organizacionais sobre as práticas de poder e estados de emancipação na gestão da vida nos mais diferentes espaços de ação humana.

6. REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael; TURETA, César. Teoria ator-rede e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. *Organizações & sociedade*, v. 16, p. 647-664, 2009.

ALLEN, Amy. Emancipação sem utopia sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista. *Novos estudos CEBRAP*, p. 115-132, 2015.

ANTUNES, Marta. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. **Empoderamento e direitos de combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil**, p. 91-116, 2002.

AMBROSINI, Tiago Felipe. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 12, n. 47, p. 378-391, 2012.

A POLLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a Produção do Conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

ASSMANN, Selvino José; NUNES, Nei Antonio. Michel Foucault ea genealogia como crítica do presente. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, v. 4, n. 1, p. 2, 2007.

AZEVEDO, Darana Carvalho de; BURLANDY, Luciene. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. *Revista Katálysis*, v. 13, p. 201-209, 2010.

BANTZ, Charles R. Organizing and the social psychology of organizing. *Communication studies*, v. 40, n. 4, p. 231-240, 1989.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. 2001.

BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. *cadernos pagu*, 2019.

BECCARI, Marcos Namba. Foucault, regimes de verdade e a construção do sujeito, de Daniele Lorenzini. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 37, p. 192-204, 2020.

BRAUW, Alan de; GILLIGAN, Daniel O; HODDINOTT, John, e ROY, Shalini. The Impact of Bolsa Família on Women's Decision-Making Power. *World Development Vol. 59*, pp. 487-504, 2014

BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **O portal dos Psicólogos**, v. 185, p. 1-12, 2008.

CABRERA, Cecilia Correa. Características e tendências dos Programas de Transferência de Renda na América Latina: destaque às experiências brasileira e peruana. 2015.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. **BOLSA FAMÍLIA**, p. 15, 2013.

CALGARO, Cleide. O programa bolsa família e a teoria da justiça de John Rawls: a emancipação e a autonomia dos beneficiários. *Revista Electrónica Direito e Sociedade-REDES*, v. 4, n. 2, p. 91-103, 2016.

CAMARGO, Camila Fracaro et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa Bolsa Família. IPEA. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Governo Federal, 2013.

CARDANO, Mario. Manual de pesquisa qualitativa. A contribuição da teoria da argumentação. Tradução: Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

CARDOSO, Roberta Elpídio. Os efeitos de poder resultantes do uso de aplicativos de mensagens instantâneas nas rotinas de trabalho de servidores de uma instituição pública de educação. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2020.

CASTRO, Edgardo. El vocabulario de Michel Foucault. **Buenos Aires: Prometeo**, v. 3010, 2004

CAVALCANTE, P. L. C. Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: uma abordagem comparada entre Brasil, México, Chile e Colômbia. *Revista do Serviço Público*, [S. l.], v. 62, n. 2, p. p. 105-118, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v62i2.64. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/64>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CAVEDON, Neusa Rolita. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, v. 23, 1999.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. **Rio de Janeiro: Ens-Cpes**, v. 120, 2018.

CEPAL. Panorama Social de América Latina 2009. United Nations, 2009. Disponível em <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1232>>. Acesso em: 26 jul 2022

CHERON, Cibele; SEVERO, Elena Erling. Apanhar ou passar fome? A difícil relação entre dependência financeira e violência em Porto Alegre, RS. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 9, 2010.

CHIA, Robert. From modern to postmodern organizational analysis. *Organization studies*, v. 16, n. 4, p. 579-604, 1995.

CMAP. Relatório de Avaliação: Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/gastos-diretos/relatorio_avaliao-cmag-2020-pbf.pdf>. Acesso em: 28 jul 2022

COOLE, Diana. Emancipation as a three-dimensional process for the twenty-first century. *Hypatia*, v. 30, n. 3, p. 530-546, 2015.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Boitempo Editorial, 2021.

COOPER, Robert; LAW, John. Organization: Distal and proximal views. In: For Robert Cooper. Routledge, 2015. p. 199-235.

COUTO, Maria Carolina do Amaral; SAIANI, Carlos César Santejo; KUWAHARA, Mônica Yukie. Contracepção e autonomia das mulheres na decisão pela gravidez: efeitos do Programa Bolsa Família. **Economia e Sociedade**, v. 31, p. 229-255, 2022.

COLIN, Denise Ratmann Arruda; PEREIRA, Juliana Maria Fernandes; DE MASSARANI GONELLI, Valéria Maria. Trajetória de construção da gestão integrada do Sistema Único de Assistência Social, do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família para a consolidação do modelo brasileiro de proteção social. **Bolsa Família**, p. 47, 2013.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvenga; DE AQUINO XIMENES, Daniel. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. **BOLSA FAMÍLIA**, p. 109, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 538-554, 1989.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto - 2 ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007

- CURRALERO, Cláudia Baddini et al. As condicionalidades do programa bolsa família. Governo Federal, p. 151, 2003.
- DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; BÖHM, Steffen; MENDONÇA, Patrícia Maria Emerenciano de. Organizing resistance movements: contribution of the political discourse theory. *Revista de Administração de Empresas*, v. 54, p. 141-153, 2014.
- DELEUZE, Gilles. 2020. Michel Foucault: o poder. Editora filosófica politeia, São Paulo.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. São Paulo: Forense Universitária, p. 231-278, 1995.
- DUARTE, Márcia de Freitas; ALCADIPANI, Rafael. Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, v. 23, p. 57-72, 2016.
- EIZIRIK, Marisa Faermann. Poder, saber e práticas sociais. *Psico*, v. 37, n. 1, 2006.
- FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. *Psicologia em estudo*, v. 9, p. 409-416, 2004.
- FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. Entre o assistencialismo e a emancipação: uma análise da relação entre estado e sociedade civil, a partir das experiências do Programa Bolsa Família no entorno do Distrito Federal. 2010.
- FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em estudo*, v. 8, p. 31-38, 2003.
- FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa-3. Artmed editora, 2008.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Iluminismo e crítica. Mímio. Florianópolis. 1999. p. 1-16. (Tradução de Selvino José Assmann).
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. In: Microfísica do poder. 2005.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 13 Ed. Paz e Terra, 2021.
- FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da. Estratégia, poder-saber. In: Estratégia, poder-saber. 2010. p. LXVI, 396-LXVI, 396.
- FOUCAULT, Michel et al. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. **Ditos e escritos**, v. 5, 2004.
- FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros. 2010.
- FOUCAULT, Michel. O Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Editora Martins Fontes, São Paulo, 2022
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. Dreyfus, H.; Rabinow, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique?(Critique et Aufklärung). **Bulletin de la Société française de philosophie**, v. 84, n. 2, p. 35-63, 1990.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Leya, 2014.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, 2010.
- GARCIA, Simone Ribeiro. O Boeing Bolsa Família: pouso e decolagem em Aracaju. In: SUÁREZ, Mireya et al. O programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero: relatório de pesquisa. Brasília, DF: MDS; AGENDE, 2006.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas – RAE*. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar.-abr. 1995.
- Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnc/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em: 12 agosto 2022.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. **Cadernos de ética e filosofia política**, v. 2, n. 19, p. 7-27, 2011

GUIMARÃES, Heitor Moreira Lurine. PENSAR O PODER COM FOUCAULT: reflexões sobre dominação, resistência e emancipação a partir de A Vontade de Saber. **PÓLEMOS**–Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília, v. 10, n. 19, p. 124-152, 2021.

HAEBERLIN, Martín Perius; DA SILVA, Rodimar Silva. Erradicação da pobreza: Contribuições do Programa de Transferência de Renda para o cumprimento do ods 1 (objetivo do desenvolvimento sustentável 1) da Agenda 2030 da ONU. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social. Belém**, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2019.

HENRIQUES, Ricardo et al. Desigualdade e pobreza no Brasil. In: Desigualdade e pobreza no Brasil. 2000. p. 739-739.

HIRATA, Helena. Globalização, trabalho e gênero. *Revista de Políticas Públicas*, v. 9, n. 1, p. 111-128, 2005.

JANNUZZI, P. M. et al. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.

JÚNIOR, Helvécio Miranda Magalhães; JAIME, Patricia Constante; DE LIMA, Ana Maria Cavalcante. O papel do setor saúde no Programa Bolsa Família: histórico, resultados e desafios para o Sistema Único de Saúde. **BOLSA FAMÍLIA**, p. 93, 2013.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KANT, Immanuel, Resposta à pergunta: o que é o iluminismo, in *A paz perpétua e outros opúsculos*,. Lisboa, Edições 70, 1990.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, p. e56509, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. O governo do homem endividado. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; VEIGA, Alinne. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 6, n. 10, p. 31-56, 2012.

LEANDRO, Maria Engrácia. Transformações da família na história do Ocidente. **Theologica**, v. 41, n. 1, p. 51-74, 2006.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. **FOUCAULT, M. Microfísica do poder**, v. 25, p. 7-23, 1979.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, p. 901-908, 2009.

MARINS, Mani Tebet Azevedo. Bolsa Família: questões de gênero e moralidades. Editora da UFRJ, 2017.

MACHADO, Rita de Cassia Fraga; GIL, Vanessa. ECONOMIA FEMINISTA: DESVALORIZAÇÃO, TRABALHO DOMÉSTICO E DESIGUALDADE. *Historiæ*, v. 7, n. 1, p. 96-112, 2016.

Marcondes, N. A. V., & Brisola, E. M. A. (2014). ANÁLISE POR TRIANGULAÇÃO DE MÉTODOS: UM REFERENCIAL PARA PESQUISAS QUALITATIVAS. *Revista Univap*, 20(35), 201–208. <https://doi.org/10.18066/revunivap.v20i35.228>.

MAGALHÃES, Kelly Alves. Programa Bolsa Família: operacionalização, integração e desafios à emancipação de famílias em situação de vulnerabilidade social. 2008.

MATTEI, Lauro. Políticas sociais de enfrentamento da pobreza na América Latina: uma análise comparada entre Brasil e Argentina. *Revista Katálisis*, v. 18, p. 222-230, 2015.

MENDES, Mary Alves. Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambigüidade da questão. *Anais*, p. 1-13, 2016.

MISSE, Michel. Impressões de Foucault: entrevista com Roberto Machado. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, p. 17-30, 2017.

MOREIRA, Nathalia Carvalho et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 403-423, 2012.

MORTON, Gregory Duff. The power of lump sums: Using maternity payment schedules to reduce the gender asset gap in households reached by Brazil's Bolsa Família conditional cash transfer. *World Development*, 113, (2019) 352-267

MOURA JR, James Ferreira; SARRIERA, Jorge Castellá. Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: caminhos possíveis. *Implicações Psicossociais da pobreza*, p. 163-288, 2016.

NUNES, Nei Antonio. Investigando as Categorias Foucaultianas: o olhar genealógico sobre os modos de condução das condutas. *Revista de Ciências HUMANAS*, v. 47, n. 1, p. 100-116, 2013

PACHECO, Diego. A política de cotas para ingresso no ensino superior como prática de inovação social emancipatória. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2020.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLÓ, Leticia. From Bolsa Família to Brasil Sem Miséria. **Bolsa**, 2013.

PASCAL, Túlio. Foucault e a Resistência: da Biopolítica à Estética da Existência. 2017.

PASSOS, Luana; WALTENBERG, Fábio. Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação?. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 33, p. 517-539, 2016.

PESCE, L.; ABREU, C. B. M. Pesquisa qualitativa: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. *Rev FAEEBA [Internet]*. 2013.

PASE, Hemerson Luiz; MELO, Claudio Corbo. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **Revista de Administração Pública**, v. 51, p. 312-329, 2017.

PIMENTEL FILHO, José Eduardo. Kant e Foucault, da aufklärung à ontologia crítica. *Griot: Revista de Filosofia*, v. 5, n. 1, p. 21-35, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, p. 179-201, 2004.

RACZYNSKI, Dagmar. Sistema Chile Solidario y la política de protección social de Chile: Lecciones del pasado y agenda para el futuro. Santiago: Cieplan, 2008.

RASELLA, Davide. Impacto do Programa Bolsa Família e seu efeito conjunto com a Estratégia Saúde da Família sobre a mortalidade no Brasil. 2013.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família–2ª edição revista e ampliada: Autonomia, dinheiro e cidadania. SciELO-Editora UNESP, 2014.

REICHENHEIM, M. E. et al. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros [Violence and injuries in Brazil: effects, advances attained and future challenges]. *The Lancet–Saúde no Brasil*, 2011.

REVEL, Judith. Michel Foucault: conceitos essenciais/Judith Revel; tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. **São Carlos: Claraluz**, p. 37, 2005.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. *Empoderamento” e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 5-9, 2002

SANTANA, Wilma Luiza. Monitoramento & avaliação de programas de segurança alimentar e nutricional, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (MDS). 2013.

SEN, Amartya K. What is development about. *Frontiers of Development Economics: The future in perspective*, v. 1, p. 506-513, 2000.

SENADO FEDERAL, 2023. Rádio Senado. Já está em vigor a lei que facilita a laqueadura e a vasectomia Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/06/ja-esta-em-vigor-a-lei-que-facilita-a-laqueadura-e-a-vasectomia>>. Acesso em: 2 agosto 2023

SENELLART, Michel. *As artes de governar: do "regimen" medieval ao conceito de governo*. Editora 34, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katálysis*, v. 13, p. 155-163, 2010.

SILVA, Maria Ozanira et al. A pobreza enquanto categoria teórica de fundamentação e foco de intervenção dos programas de transferência de renda na América Latina. *Revista de Políticas Públicas*, p. 193-200, 2016.

SILVA, Larissa Costa Buonafina; GATTO, Maria Fernanda; COSTA, Ana Monteiro. Desigualdade de gênero: uma análise sobre a dupla jornada de trabalho da mulher. *Conjecturas*, v. 22, n. 6, p. 630-643, 2022.

DA SILVA, Simone Tavares. CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA. *Manduarisawa*, v. 5, n. 1, p. 194-210, 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. *A pesquisa científica. Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral; OLIVEIRA, Raquel Gusmão. Funções e transformações da família ao longo da história. **Anais do I Encontro Paranaense de Psicopedagogia**, p. 57-57, 2003.

SIMONI JUNIOR, S. Políticas de transferência de renda e de assistência no Brasil: descontinuidades recentes e os desafios colocados pela Covid-19. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, [S. l.], v. 20, n. 40, p. 210-236, 2021. DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.186413. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/186413>. Acesso em: 2 ago. 2022.

SOARES, Sergei et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. **Bolsa família**, v. 2010, p. 27-52, 2003.

DE SOUSA, José Raul; DOS SANTOS, Simone Cabral Marinho. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020.

SOUZA, Renan Teodoro; PINTINHA, Marcos Eduardo. Direitos humanos na sociedade moderna líquida: a trajetória das políticas sociais desde o Welfare State até as políticas brasileiras de inclusão social. **Iniciação Científica**, v. 5, n. 1, 2020.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Civilização Brasileira, 2022.

STUKER, Paola. *Sobrevivências: transferência condicionada de renda e processos de emancipação feminina da violência doméstica*. 2021.

TEDESCHI, Losandro Antonio; TEDESCHI, Sirley Lizott. A História das Mulheres (séc. XX-XXI): entre poder, resistência e subjetivação. *Revista Tempo e Argumento*, v. 11, n. 26, p. 508-529, 2019.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista de Nutrição*, v. 18, p. 439-457, 2005.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo; OLIVEIRA, Braulio. Diretrizes para a adequação metodológica e integridade da pesquisa em administração. *Revista Administração em Diálogo*, v. 14, n. 1, p. 79-107, 2012.

VISKER, Rudi. *Michel Foucault: genealogy as critique*. Verso, 1995.

WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, n. 1, p. 27-32, 2001.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso Editora, 2016.